

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

ELISA RACY CARLINI

Da Resistência às Conquistas:
Mulheres Assentadas e a Busca por Autonomia

ARARAQUARA - SP

2020

ELISA RACY CARLINI

**Da Resistência às Conquistas:
Mulheres Assentadas e a Busca por Autonomia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de mestrado da Universidade de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientada: Elisa Racy Carlini

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA-SP

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C279r Carlini, Elisa Racy

Da resistência às conquistas: mulheres assentadas e a busca por autonomia/Elisa Racy Carlini. - Araraquara: Universidade de Araraquara, 2020.

108f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profª. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

1. Alimentos artesanais. 2. Circuitos curtos de comercialização.
3. Mulheres. 4. Vigilância sanitária. I. Título.

CDU 577.4


FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Elisa Racy Carlini*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Thauana Paiva de Souza Gomes
Centro Universitário Estágio



Prof. Dra. Maria Lúcia Ribeiro
UNIARA - Araraquara



Prof. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP 19 de março de 2020.

Dedico esse trabalho às mulheres apagadas da história do mundo, que lutam e resistem diariamente a toda forma de injustiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Prof^a. Vera L. S. Botta Ferrante por toda a ajuda e atenção oferecidas desde o início, fazendo com que o desenvolvimento desse trabalho fosse possível. Sou grata pelos preciosos direcionamentos e pela paciência durante esse período. À CAPES, pelo auxílio financeiro que garantiu dedicação exclusiva à pesquisa e a sobrevivência em tempos tão difíceis.

Os agradecimentos estendem-se também aos companheiros e companheiras do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), que muito me ajudaram nesse percurso. A multidisciplinaridade do grupo contribuiu muito com o meu aprendizado.

Também essenciais foram as amigas e amigos que caminharam ao meu lado nesses anos e deram incentivo para que eu finalizasse a pesquisa, mesmo diante de toda dificuldade enfrentada nesse caminho. Em especial, ao Augusto Paschoalino, parceiro de NUPEDOR e amigo querido, pelas inúmeras conversas, por toda ajuda que sempre está disposto a dar e por todo carinho que tem por mim.

Aos professores que, direta e indiretamente, me conduziram à busca pelo conhecimento, e às guerreiras e prestativas funcionárias da secretaria do programa de mestrado da Universidade de Araraquara, Silvinha, Ivani, Tati e Fernanda, que diariamente contribuem com o nosso trabalho, mesmo diante de toda injustiça que sofrem.

Às mulheres camponesas, por cederem seu precioso tempo para contarem suas histórias e por serem essa inspiração de luta e resistência.

Agradeço à minha família por acreditar que seria possível chegar até aqui e, apesar da distância, estar sempre perto em pensamentos. Ao meu companheiro de vida, Julio, por todo apoio emocional, financeiro, por me ouvir, ler meus devaneios e por suportar minhas crises durante esse período. Aos meus sogros, que foram muito importantes nesse processo, obrigada pelo suporte que deram e dão até hoje.

Por fim, em especial, à minha amorosa sobrinha, Maria Eduarda, que me faz acreditar na vida diariamente e enche meu coração de alegria e amor. Que esse trabalho e outros que virão lhe sirvam de estímulo para que nunca desista de buscar o encantamento pela vida e pelo conhecimento.

Resumo

A agricultura familiar sempre enfrentou barreiras para acessar mercados, dentre outros motivos, em virtude da lógica sanitária que relaciona à segurança dos alimentos a processos científicos e químicos. A manutenção dessa lógica afeta diretamente as mulheres, essencialmente responsáveis pela produção e comercialização de alimentos artesanais. A perspectiva feminista lança luz sob essa relação, expondo aspectos relacionais entre os circuitos curtos de comercialização, o aparato estatal, o saber ecológico e a emancipação de mulheres assentadas, extraídos de entrevistas, realizadas durante a pesquisa, documentos e literatura relacionada aos temas. A metodologia adotada para a realização das entrevistas foi a abordagem qualitativa, compreendida por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com o auxílio de um roteiro de entrevista, com mulheres assentadas produtoras e comerciantes de alimentos artesanais e com os representantes do poder público do município de Araraquara (SP). Já para a seleção dos participantes, combinaram-se as técnicas de amostragem intencional e bola de neve. Visualizar e analisar essa conjuntura, explicitou a construção da identidade feminista na ação coletiva como ferramenta de resistência e enfrentamento da lógica capitalista vinculada ao agronegócio, além de enraizar valores de soberania alimentar, economia justa e saber tradicional.

Palavras-chave: Alimentos Artesanais. Circuitos Curtos de Comercialização. Mulheres. Vigilância Sanitária.

Abstract

Family farming has always faced hurdles to access markets, among other reasons, due to the sanitary logic that relates food safety to scientific and chemical processes. Maintaining this logic directly affects women, who are essentially responsible for the production and trade of handmade food. The feminist perspective sheds light on this relationship, exposing relational aspects between the short food supply chains, the state system, ecological knowledge and the emancipation of settled women, extracted from interviews, carried out during research, documents and literature related to the themes. The methodology adopted for conducting the interviews was the qualitative approach, understood through semi-structured interviews, carried out with the help of an interview script, with settled women producers and handmade food traders and with the representatives of the public power of the municipality of Araraquara (SP). For the selection of participants, intentional sampling and snowball techniques were combined. Visualizing and analyzing this conjuncture, explains the construction of feminist identity in collective action as a tool of resistance and confronting the capitalist logic linked to agribusiness, in addition to rooting values of food sovereignty, fair economy and traditional knowledge.

Key words: Handmade food. Health Surveillance. Short Food Supply Chains. Women.

SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMA:** Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre
- AMCA:** Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista
- ANVISA:** Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- CBA:** Código Brasileiro de Alimentos
- CCC:** Circuito Curto de Comercialização
- CENTRU:** Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
- CNPq:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNS:** Código Nacional de Saúde
- CODASP:** Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
- CONSEA:** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CONTAG:** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOBELA:** Cooperativa do Assentamento Bela Vista
- COOPAM:** Cooperativa de Produtores do Assentamento Monte Alegre
- CSA:** Comunidade que Sustenta a Agricultura
- DAAE:** Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFSP:** Instituto Federal de São Paulo
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
- ITESP:** Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- MAPA:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NEA:** Núcleo de Estudos em Agroecologia e Economia Feminista
- NUPEDOR:** Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural
- OMS:** Organização Mundial da Saúde
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- OP:** Orçamento Participativo
- P.A.:** Projeto de Assentamento
- PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos
- RIISPOA:** Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
- SAF:** Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIM: Serviço de Inspeção Municipal

SOF: SempreViva Organização Feminista

SUASA: Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

TCLE: Termo de Consentimento Esclarecido

UBA: Universidad de Buenos Aires

UFSCAR: Universidade Federal de São Carlos

UICN: União Internacional para a Conservação da Natureza

UNB: Universidade de Brasília

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNIARA: Universidade de Araraquara

SUMÁRIO

ARQUEOLOGIA DA PESQUISA	12
INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA	19
I. Universo empírico: o município de Araraquara e os assentamentos	19
II. Procedimentos metodológicos: Os caminhos da pesquisa	21
CAPÍTULO I. As mulheres protagonistas da pesquisa	24
1.1 Assentamento Bela Vista do Chibarro	24
1.2 Assentamento Monte Alegre	26
1.3 As associações: AMA e AMCA	33
1.3.1 Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista	33
1.3.2 Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre: Pioneirismo na organização	39
CAPÍTULO II. O nascimento das lutas feministas	43
2.1 Conquistas e resistências	43
2.2 Associações e cooperativas como estratégias de resistência	47
CAPÍTULO III. A produção de alimentos	50
3.1 O espaço da cozinha e a questão de gênero	50
3.2 Sabedorias e Conhecimentos: A luta pela inter-relação dos saberes	54
3.3 Os alimentos estéreis e a Soberania Alimentar	56
3.4 O papel das mulheres na conservação ambiental	59
CAPÍTULO IV. Legislação alimentar e os órgãos reguladores	63
4.1 Vigilância Sanitária: Uma Revisão Histórica	63
4.2 O artesanal e a Lei de inspeção de produtos artesanais	67
CAPÍTULO V. Circuitos Curtos de Comercialização: Perspectiva de autonomia para as mulheres	73
5.1 Caracterização e importância dos circuitos curtos para as mulheres	73
5.2 Agronegócio, supermercados e os pequenos produtores	76
5.3 A transição: superação e outros modelos possíveis	79
RESULTADOS E DISCUSSÕES	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE	102
I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	102
1.1 TCLE Vigilância Sanitária	102
1.2 TCLE Mulheres Assentadas	105
II. Roteiro para entrevista semiestruturada	107

ARQUEOLOGIA DA PESQUISA

Os caminhos de uma pesquisa nem sempre são lineares. Em seu curso, passa por encontros e rupturas de pensamentos que a transformam. Quem se propõe a percorrer esse caminho, modifica-se diariamente através das experiências cotidianas individuais e do mergulho que se faz no universo que se investiga. No percurso dessa, não foi diferente. Ao longo de seu desenvolvimento, muitas ideias foram ressignificadas, o que possibilitou atribuir nova roupagem ao trabalho durante o processo.

Inicialmente, a análise se concentraria em abordar apenas a relação entre a Vigilância Sanitária, entendida como aparato legal do Estado, e a produção e comercialização de alimentos artesanais feita por agricultores assentados no município de Araraquara (SP), sem distinção entre homens e mulheres. A hipótese levantada era de que a Vigilância Sanitária se apresentava como o grande entrave da comercialização desses produtos e definisse o futuro dessa atividade. No entanto, após iniciados os primeiros contatos com as teorias, com os trabalhos do grupo de pesquisa NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara, e com os sujeitos da pesquisa, uma nova realidade se descortinou. Ao investigar a história e o processo de produção dos alimentos artesanais pelos agricultores, veio à tona o papel das mulheres nessa atividade, uma vez que, majoritariamente e historicamente, estão à frente dessa ocupação.

Decidiu-se, por esta razão, alterar os rumos da pesquisa, e as mulheres passaram a ser as sujeitas¹ da pesquisa, não excluindo, no entanto, a análise sob a ótica da Vigilância Sanitária. Sua existência continuou sendo importante para a investigação e entendida ainda como um dos entraves no desenvolvimento dessa atividade pelas mulheres. A pesquisa debruçou-se em identificar as origens e consequências dos entraves da produção e comercialização de alimentos artesanais na vida das mulheres do campo. Entendeu-se que, por meio de uma economia alternativa, isto é, não relacionada ao mercado formal, estão relacionadas à busca por autonomia fora dos núcleos familiares e independência financeira frente à subordinação dos maridos e ao trabalho reprodutivo não remunerado. Em consequência disso, a questão das mulheres não poderia deixar de ser central.

¹ A palavra "sujeito" no feminino foi adotada por uma postura feminista

Ao mesmo tempo em que os primeiros passos dessa investigação iniciavam-se, outra pesquisa sobre comercialização era desenvolvida pelo grupo NUPEDOR em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidad de Buenos Aires (UBA), intitulada “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais” (CNPq/MCTIC N° 016/2016). Ela teve como proposta o levantamento dos circuitos curtos de abastecimento alimentar, visando analisar alternativas de comercialização que favorecessem a autonomia do produtor, uma produção diversificada e descentralizada e a segurança alimentar; e teve como universo empírico os territórios brasileiro e argentino. Para a sua análise, levou-se em consideração a questão da segurança alimentar e nutricional (SAN) como um princípio norteador de políticas públicas voltadas às necessidades básicas da população, principalmente, quanto à oferta e produção de alimentos. Por esse motivo, foi pertinente inter-relacionar as pesquisas, já que ambas abordam questões de comercialização e alimentação. No entanto, o projeto CNPq não contemplou, em seu âmbito, a questão da mulher no contexto da produção e comercialização e as relações desta com a Vigilância Sanitária. Sendo assim, achou-se oportuno complementar o hiato relacionado à expressividade desse grupo social vulnerável à produção e comercialização de cadeia curta de alimentos artesanais e à soberania alimentar na perspectiva do direito humano.

Além dessa complementação, a pesquisa mostrou-se relevante por dar sequência a um conjunto de recentes trabalhos sobre mulheres assentadas realizado por pesquisadoras do NUPEDOR. Trabalhos que também se complementam por ser um tema ainda não esgotado, em virtude de seu caráter complexo, sensível, cheio de nuances conceituais e resultado de um longo processo histórico alicerçado na exploração das mulheres. Tais trabalhos, que dão ênfase a questões como ervas medicinais, quintais agroecológicos, produção orgânica, financiamento de créditos para mulheres, foram citados ao longo da pesquisa, por se inter-relacionarem com as questões da comercialização e alimentação discutidas no âmbito dessa investigação.

Diante das práticas do grupo NUPEDOR em associar pesquisa e extensão, objetivando dar à produção do conhecimento retorno social, considerou-se de significativa importância o desenvolvimento dessa dissertação. Seu resultado poderá auxiliar tanto a continuidade das pesquisas relacionadas às mulheres assentadas quanto a construção de programas e políticas

públicas, em todos os níveis governamentais, voltadas à elas e aos temas relacionados nessa pesquisa.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a produção da agricultura familiar sempre enfrentou barreiras e dificuldades para acessar mercados, entre outros motivos, em virtude da lógica sanitária que relaciona a segurança dos alimentos a processos científicos e químicos. Tal lógica acaba favorecendo as comidas ultraprocessadas e industrializadas que são vendidas nas grandes redes de supermercados, subjugando produtos feitos de forma artesanal, orgânica e natural (CINTRÃO, 2018). No contexto da produção e comercialização de alimentos artesanais, a manutenção dessa lógica acaba afetando diretamente as mulheres, já que são elas que mantêm laços estreitos com essa prática em razão de seu papel histórico no espaço da cozinha dentro dos núcleos familiares. O que se pretendeu aqui foi fazer uma reflexão acerca do entendimento da lógica por trás das leis sanitárias, como e quanto podem atingir as mulheres, identificar os principais entraves encontrados por elas na comercialização e as estratégias utilizadas para superá-los. No entanto, é importante ressaltar que tais leis não são dirigidas especificamente a elas, mas, sim, aos produtos.

Revelaram-se como sujeitas dessa pesquisa sete mulheres assentadas do município de Araraquara (SP), produtoras e comerciantes de alimentos artesanais. Mulheres, estas, que no impulso de agregarem renda à família e de obterem seu próprio recurso financeiro encontraram na cozinha o apoio para a realização desse desejo, pois é nela que deposita-se sua autoconfiança. Agrupam-se em associações ou individualmente, formal ou informalmente, na tentativa de obterem renda própria e alterarem suas realidades.

Essa relação entre as mulheres, a cozinha e a comercialização dos produtos é descortinada por meio de uma análise sob a perspectiva feminista, que disponibiliza uma ótica para compreendermos alguns aspectos dos entraves da comercialização de circuito curto (CCC), isto é, comercializado dentro de um limite territorial², e a luta pela emancipação financeira e individual das assentadas. O viés feminista exige sempre olhares cuidadosos e sensibilidade na investigação, em razão da sua complexidade. Adentrar o universo familiar das mulheres do campo olhando para as relações patriarcais e paternalistas ali existentes requer cautela, pois pode despertar sentimentos e memórias desconfortáveis.

Como objetivo geral, foram identificados os entraves enfrentados pelas mulheres assentadas da região de Araraquara na produção e comercialização de circuito curto (CCC) de

² O conceito de Circuito Curto de Comercialização será trabalhado em capítulo posterior

alimentos artesanais, debruçando-se a entender suas origens e consequências. Já especificamente analisou-se a relação entre as sabedorias tradicionais e os alimentos artesanais que são produzidos e comercializados pelas mulheres assentadas; investigou-se as motivações que as levaram a comercializar esse tipo de alimento e as possíveis mudanças nas condições de vida dessas mulheres com esse trabalho; analisou-se as entrelinhas das legislações sanitárias específicas de alimentos artesanais e discutiu-se a lógica sanitária que associa a qualidade e segurança dos alimentos a processos científicos e químicos, traçando uma relação com a questão da soberania alimentar.

Além disso, para orientar a discussão, considerou-se como hipótese dessa pesquisa que o aparato legal do Estado, entendido como o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação, apresenta-se como elemento determinante na vida das mulheres do campo e no controle alimentar da população. Isso se dá por priorizar a esterilidade dos alimentos, que visa a diminuição de sua contaminação, não considerando os saberes tradicionais atrelados à produção artesanal que justamente relacionam-se com a não esterilidade, o que confere sabor e especificidade aos alimentos, como é o caso dos queijos de Minas Gerais. É importante ressaltar que “esterilidade” não está relacionada com as condições higiênico-sanitárias necessárias para a preparação dos alimentos. Essa lógica acaba dificultando a viabilização das soberanias individuais e financeira das mulheres ao perpetuar leis sanitárias antigas, cujos contextos e finalidades eram outros, e que tornam-se cada vez mais descontextualizadas e generalistas, como é o caso da que orienta a fiscalização dos alimentos artesanais (Portaria do Centro de Vigilância Sanitária CVS nº 5/2005).

Para se trabalhar a questão da produção e comercialização dos alimentos artesanais sob a perspectiva adotada, foi necessário aprofundar o entendimento sobre cada um dos obstáculos apontados como entraves pelas mulheres, desvendando possíveis forças políticas e sua relação com esse aparelho burocrático do Estado. Para isso, foram realizadas entrevistas com mulheres assentadas do Bela Vista do Chibarro e do Monte Alegre e com funcionários da Vigilância Sanitária e da Secretaria de Agricultura do município. As conversas foram gravadas em áudios, mediante assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido (TCLE), processo 11747519.0.0000.5383 aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Araraquara, e transcritas posteriormente para a análise das informações.

Ademais, para subsidiar a pesquisa, trabalhou-se o conceito de alimento artesanal, o que permitiu analisar os desdobramentos relativos aos padrões alimentares da sociedade contemporânea no contexto da soberania alimentar, relacionando com a lógica das leis sanitárias. Já o suporte para as argumentações foi obtido através de teorias sobre sabedorias tradicionais, soberania alimentar, alternativas econômicas, feminismo e outras dentro da Antropologia da Alimentação, Sociologia e Ecologia, que permitiram fazer uma correlação com as questões ambientais, sociais e culturais pertinentes à pesquisa. Abaixo apresenta-se o quadro teórico organizado para melhor visualização.

Posto isso, a relevância do tema assentou-se na produção escassa de trabalhos científicos que abordassem toda essa inter-relação, especialmente com relação às mulheres. Seus resultados poderão tanto subsidiar discussões junto ao poder público, contribuindo com a construção de programas, políticas públicas e leis voltadas a fortalecer as atividades realizadas pelas mulheres, quanto fornecer alternativas ao modelo econômico baseado no lucro que as auxiliem no enfrentamento desses obstáculos e conquistem a emancipação financeira e individual. Além disso, investigar e identificar a presença de dificuldades e barreiras permitiu a aproximação entre os saberes, entre o conhecimento científico e o popular, representados pela Vigilância Sanitária e pelas mulheres, respectivamente.

Quadro Teórico

TEMAS	TÓPICOS	REFERÊNCIAS
Reprodução social do trabalho	Análise Histórica Características	Federici (2017) Gomes (2018) Miles (1989) SOF (2016)
O espaço da cozinha	Contextualização histórica Evolução Mercados Dificuldades Perspectivas	Brumer (2004) Collaço (2009) Esteve (2017) Federici (2019) Ferreira e Wayne (2018) Miles (1989)
Sabedorias e Conhecimentos tradicionais	Conceitos Diferenças Importância	Ferreira e Wayne (2018) Santos (2007, 2014) Toledo e Barrera-Bassols (2015)
Soberania Alimentar e padrões alimentares	Conceito Problemáticas Paradoxos	Aguinaga (2010) Cintrão (2016) Esteve (2014) Katz (2014) Rodrigues (2015) Santos e Santos (2015) SOF (2016)
Mulheres e Conservação Ambiental	Panorama Perspectivas Estimativas Dados e referências	Esteves (2017) Galdino et al. (2017) Leal (2019) Shiva (2018) Siliprandi (2000)
Legislação Sanitária e Alimentos Artesanais	Histórico Evolução Lógica	Andrade (2019) Chiffolleau e Dias (2017) Cintrão (2016, 2017) Costa e Rosenfeld (2000) Cruz e Menache (2014) Silveria e Heinz (2005) Silveria e Zimmermann (2004) Leis, Decretos e Normas
Circuitos Curtos de Comercialização	Caracterização Relevância Perspectivas	Darolt (2013) Galdino (2017) Paschoalino (2019) Marsden (2003) Marsden, Banks e Bristow (2000)
Agronegócio	Contextualização Desenvolvimento Lógica	Azevedo (2004, 2019a, 2019b) Braga (2004) Esteve (2017) Marx e Engel (2008) Rosset (2006) Wilkinson (2007)
Outros modelos possíveis	Contextualizações Cenário atual e futuro Perspectivas	Acosta (2016) Branco et al. (2010) Sawanabori (1993)

METODOLOGIA

I. Universo empírico: o município de Araraquara e os assentamentos

O município de Araraquara configura-se como um importante centro urbano localizado na região central do estado de São Paulo, distante 273 km da capital e ocupando uma área total de 1.003,625 km². Segundo dados de população estimada do IBGE (2019), a cidade tem uma população de aproximadamente 236.072 habitantes, sendo que em torno de seis a sete mil habitantes encontram-se na zona rural.

A região central paulista é caracterizada pelo alto desenvolvimento e dinamismo entre o agronegócio das empresas sucroalcooleiras e madeireiras. No caso de Araraquara, a paisagem agrícola é composta pelas extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, essencialmente laranja e cana-de-açúcar, caracterizando-se pela concentrada estruturada fundiária que confronta com as pequenas propriedades (FERRANTE et al., 2012).

No que diz respeito às pequenas propriedades, os agricultores familiares têm papel fundamental nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município, abastecendo a maior parte da cidade. Porém, apresentam-se altamente descapitalizados e sem apoio institucional. Os assentados destacam-se política e socialmente, pois são resultado da luta pela terra na região mais modernizada do estado (FERRANTE et al., 2012).

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 30 anos, a região de Araraquara conta com três assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois. Hoje o assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o ITESP, 418 famílias que ali residem. A área da Fazenda Monte Alegre era originalmente pertencente à Fepasa (Ferrovias Paulistas S.A.), estando sob gestão da CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os assentamentos foram conquistados (FERRANTE, 2015).

Além desses núcleos do ITESP, existe um assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e atualmente com 203 famílias. O Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste Projeto de Assentamento (P.A.) acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992).

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE; BARONE, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados.

A característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de laranja. Ferrante (2015) afirma que em função desse entorno socioeconômico a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no P.A. Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. Já no P.A. Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária (FERRANTE, 2015). Entretanto, a produção para o autoconsumo e para o mercado local continuam tendo peso significativo no viver dos assentados, assim como as perspectivas de diversificação por meio da produção de base ecológica e da recuperação de suas possíveis tradicionalidades no modo de vida. No entanto,

esse contrassenso das relações nesses espaços fortalece o modelo de comercialização baseado nas cadeias longas, que favorece o agronegócio e as grandes corporações do ramo alimentício, aumentando cada vez mais o abismo entre o rural e o urbano. No entanto, apesar da predominância das cadeias longas e do poder econômico do agronegócio, esses assentados e assentadas tentam criar alternativas de comercialização que desenvolvam a economia familiar e que apontem para uma alimentação mais saudável associada à soberania alimentar.

Desse modo, o município de Araraquara foi escolhido por ter sido identificado, previamente, por meio de pesquisas sobre a região, o conflito acima exposto. Além de estar em uma região de muitas influências fundiárias e econômicas, há um crescente arrendamento e venda de lotes nos assentamentos. Tal fato balizou as discussões durante a pesquisa e serviu como apoio para justificar a urgência de alternativas ao modelo industrial hegemônico de produção e de comercialização.

II. Procedimentos metodológicos: Os caminhos da pesquisa

A metodologia adotada na pesquisa abrange uma abordagem qualitativa, compreendida por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com o auxílio de um roteiro de entrevista (Vide Anexo II), com mulheres assentadas produtoras e comerciantes de alimentos artesanais e com representantes do poder público do município de Araraquara (SP). Ao todo, foram entrevistadas sete mulheres, sendo duas assentadas do Bela Vista do Chibarro e cinco do Monte Alegre. Dentre elas, quatro integram associações de mulheres - duas do Monte Alegre e duas do Bela Vista do Chibarro. As outras três são autônomas. Quanto aos representantes do governo, foram entrevistados dois funcionários da Vigilância Sanitária e um da Secretaria de Agricultura do município. Todas as falas foram gravadas eletronicamente e transcritas para auxiliar a análise dos dados, sempre respeitando os limites e individualidades de cada entrevistada.

Como etapas do processo, no primeiro momento, foram feitos levantamentos e primeiros contatos com as mulheres assentadas e com os representantes do poder público. Depois, deu-se início às entrevistas. Em todas as etapas foram realizadas pesquisas bibliográficas abrangendo livros, teses, dissertações, periódicos científicos, anais de eventos e documentos públicos (tais como pesquisas estatísticas, relatórios e dados oficiais, leis, entre outros), referentes ao tema central da pesquisa. Os dados obtidos foram analisados e

interpretados à luz de literaturas sobre feminismo, legislações sanitárias, tradição e costumes alimentares, produção artesanal, soberania alimentar, Circuitos Curtos de Comercialização, sabedorias tradicionais e ecologia.

Quanto à seleção dos participantes, combinaram-se duas técnicas de amostragem: intencional e bola de neve. A amostragem intencional permite a seleção de uma amostra representativa que cobre as diferentes categorias de atores sociais, como, por exemplo as mulheres agricultoras assentadas, gestores e técnicos da Vigilância Sanitária e demais comunidades locais, se necessário. Esta abordagem foi seguida pela amostragem de "bola de neve" que ofereceu a oportunidade de seguir as várias relações e articulações pessoais e institucionais que ocorrem. Essa técnica utiliza cadeias de referências e torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. A sua execução se constrói por meio de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como "sementes", com o objetivo de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa e ajudar o pesquisador a iniciar seus contatos e a encontrar o grupo a ser pesquisado. Em seguida, as pessoas indicadas pelas "sementes" indicam novos contatos com as características desejadas, e assim sucessivamente (VINUTO, 2014).

Os dados coletados foram transcritos, organizados e analisados segundo o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (1992). Este método foi considerado apropriado para o estudo em questão pelo fato de alocar grande importância ao contexto da fala dos atores sociais. De acordo com Gomes (1998), a compreensão deve ter como ponto de partida o interior da fala do entrevistado. E, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala. De forma geral, o processo de análise dos dados obedeceu aos seguintes passos propostos por Minayo (1992) e retomados por Gomes (1998) para operacionalização do método hermenêutico-dialético: (i) ordenação dos dados: consiste no mapeamento de todos os dados obtidos, que inclui a transcrição de gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados da observação; (ii) classificação dos dados: com base na fundamentação teórica, após a releitura dos textos, seleciona-se o que há de relevante ("estruturas relevantes dos atores sociais"), com o propósito de elaborar categorias específicas, determinando o conjunto de informações presentes na comunicação; (iii) análise final: neste último passo, procura-se estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões colocadas pelo estudo com base em seus

objetivos. Dessa maneira, promover relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

CAPÍTULO I. As mulheres protagonistas da pesquisa

Sete mulheres produtoras e comerciantes de alimentos artesanais, residentes em dois assentamentos no município de Araraquara (SP), Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, foram protagonistas da pesquisa. Com suas confluentes histórias, diferenciam-se quanto ao detalhamento, mas têm como motivador o mesmo sentimento.

A seguir, são apresentadas as características mais relevantes da trajetória de vida cada uma delas, desde a instituição dos assentamentos até o presente momento.

1.1 Assentamento Bela Vista do Chibarro

Dentro do assentamento Bela Vista, Joana³ destaca-se por fazer parte, e tomar a frente, de uma associação de mulheres produtoras de alimentos artesanais. É agricultora e residente no local desde sua formação, há 30 anos. Junto com seus pais, integrou o grupo que esteve acampado na área, no final da década de 80, com o objetivo de obter o direito pela terra, o que resultou na criação do assentamento Bela Vista do Chibarro.

Viveu no lote de sua mãe até o ano de 2005. Após casar-se, passou a morar com o marido no lote da sogra, onde permanece até hoje com a filha, mesmo tendo ficado viúva. Cuida sozinha de parte da área, fazendo todo o trabalho de plantar, cuidar e comercializar, além do trabalho reprodutivo não remunerado presente na vida das mulheres. Ao redor da casa, possui uma produção de quintal onde é possível encontrar uma variedade de espécies frutíferas, leguminosas, hortaliças e ainda um espaço para o cultivo de cana e eucalipto, de onde tira parte do sustento.

Joana identifica-se como mulher camponesa e da luta, o que a motivou a se unir com outras e criarem uma associação só de mulheres (AMCA)⁴ dentro do assentamento, da qual hoje está como presidenta. A atividade da associação é voltada para a produção de alimentos artesanais como pães, doces, geleias, e venda direta de hortifrutis, que são feitos com parte de ingredientes cultivados nos lotes das integrantes e depois comercializados em feiras realizadas no município de Araraquara (SP), não extrapolando seus limites.

³ O nome verdadeiro foi substituído para preservar a identidade das entrevistadas.

⁴ Será descrita no subcapítulo a seguir.

É uma importante figura de liderança e resistência dentro do assentamento, encabeçando discussões, participando ativamente de projetos e representando as mulheres frente ao poder público. É uma liderança bastante ativa, tendo participado da capacitação da Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em Brasília - DF para atuar no sindicato, o que resultou em sua inclusão no Sindicato da Agricultura Familiar da região de Araraquara como representante do assentamento.

Porém, toda essa sobrecarga de trabalho e funções materializou-se em diversos problemas de saúde, dificultando o desenvolvimento pleno de suas atividades. Por ocupar um papel de destaque na associação e centralizar ações e decisões, muitas vezes, deixa de produzir e a comercializar por conta de questões pessoais. Essa posição de centralidade acaba influenciando diretamente na dinâmica e andamento da associação, assim como na vida das outras companheiras. Do grupo, é a única que possui carro, um dos motivos que justificam sua centralidade, ficando responsável por toda a movimentação do transporte dos alimentos para a comercialização, assim como por resolver assuntos burocráticos referentes à associação.

No mesmo assentamento, Carmen também aparece como protagonista da pesquisa ao apresentar-se como agricultora, assentada, mulher de luta e produtora de alimentos artesanais. Reside no assentamento desde a sua constituição, e hoje está como vice-presidenta da Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista (AMCA). É divorciada e cuida do lote praticamente sozinha, contando com a ajuda de sua irmã, que reside em Campinas, apenas aos fins de semana.

De acordo com seu relato, quando o pai era vivo, a parte agricultável do lote era ocupada pela cana, o que não é permitido pelo INCRA. Hoje, embora sua fala afirme existir "apenas uma horta para autoconsumo e alguns alimentos para comercialização", consegue enumerar uma variedade de mais de 17 espécies de frutíferas, mais de 10 leguminosas e uma extensa lista de ervas medicinais existentes em sua produção de quintal. Também tem uma pequena produção de pimentas que vende exclusivamente para um comprador de Minas Gerais, além de possuir bastante conhecimento sobre as ervas e receitas caseiras.

Seu protagonismo não se dá apenas por fazer parte da AMCA, mas, principalmente, por também ser uma liderança dentro da associação e do assentamento. Em seus relatos, foi

bastante enfática ao contar sobre sua trajetória em movimentos sociais e que sempre esteve preocupada em melhorar a condição de vida de toda a comunidade, antes mesmo de se fixar no assentamento. Participou de diversas pastorais ao longo de sua vida e, desde 1998, alimentava o desejo de criar um grupo só de mulheres e algo para os jovens no Bela Vista. Motivada por esse desejo de melhoria, compôs o grupo inicial que discutia a necessidade da união entre mulheres e, assim, fez parte da criação da AMCA, podendo aplicar na associação suas experiências anteriores.

Hoje, é uma das mulheres que estão à frente da cozinha, tanto nos preparos quanto na organização e desenvolvimento de novas receitas.

1.2 Assentamento Monte Alegre

No assentamento Monte Alegre, cinco mulheres apareceram como importantes protagonistas da pesquisa. Dentre elas, Lúcia destaca-se por ser uma das lideranças de uma associação de mulheres, produzir alimentos artesanais e se autodeclarar mulher camponesa. Reside no assentamento desde o início de sua criação e, hoje, está como presidenta da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre (AMA)⁵, que produz e comercializa produtos de panificação em uma padaria dentro do assentamento, em feiras do município e eventos. Não participou da criação da associação, mas a decisão de participar do grupo, em 2006, foi motivada pelo desejo de tornar-se independente do marido financeiramente e de se fortalecer na terra sem que precisasse sair do assentamento para obter renda, assim como muitas mulheres se veem forçadas a fazer.

Sua vida se divide entre cuidar da produção do lote, junto com o marido, e de seu quintal de autoconsumo (com mais de trinta espécies diferentes de frutíferas), da produção da padaria e, como as outras mulheres, dos cuidados da casa. Toda a renda obtida com seu trabalho na padaria é de seu controle, dividindo as contas da casa com o marido. Embora sinta-se quase sempre cansada e sem tempo para descanso e lazer, já que trabalha seis dias na semana, sente-se orgulhosa do que conquistou e faz questão de afirmar que identifica-se como uma mulher camponesa.

⁵ A associação está descrita em subcapítulo abaixo

Nunca morou na cidade e não se imagina nesse espaço. Deixa claro que a culinária está em seu sangue, tendo desenvolvido esse gosto já na infância e trabalhado a vida toda fazendo comida. Quando chegou no assentamento, já sabia fazer pães e utilizou essa habilidade para obter renda, produzindo em sua casa e entregando para os clientes do próprio assentamento, motivo pelo qual foi convidada a participar da associação.

No lote, ela e o marido cultivam milho, frutas, e parte dessa produção abastece a padaria da associação para a confecção dos pães, doces e sucos. Os produtos artesanais produzidos ali, além de serem vendidos no próprio local, também são vendidos na Feira da Roça para a Mesa, toda terça-feira, no DAAE de Araraquara. Assim como na AMCA, é a única integrante que possui veículo para o transporte das mercadorias, por esse motivo fica encarregada de representar a associação nas feiras e eventos. No entanto, por não possuir habilitação para a condução do veículo, o deslocamento é feito pelo marido, dono do carro, ficando esse auxílio subjugado ao seu “humor”, de acordo com suas próprias palavras. Por conta desse entrave, iniciaram um fundo de caixa para a compra de um veículo exclusivo para a associação, e outra integrante está providenciando a habilitação. Desta forma, acreditam que terão maior autonomia e conseguirão fazer economia nas compras das matérias-primas para a produção, já que, na maioria das vezes, acabam comprando em supermercados pela praticidade.

Outra protagonista da pesquisa e integrante da associação é Lurdes, que além de ser uma das fundadoras, também é agricultora, assentada e liderança no grupo. Após sofrer muita resistência do falecido marido, conseguiu sua independência individual e financeira frente à diretoria da associação, estando nessa atividade há 18 anos. Foi uma das que participou ativamente de todos os trâmites burocráticos para a sua formalização, da inclusão das demandas da associação no Orçamento Participativo (OP) do município, da construção do prédio próprio após receber o terreno e o material vindo do dinheiro do orçamento e dos primeiros passos ainda sem equipamentos e com muitas dificuldades financeiras.

Nessa atividade, aprendeu a arte da panificação com os cursos oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), mas também utiliza receitas de família trazidas pelas companheiras. Como sabedoria tradicional, acredita que o humor de cada uma influencia na qualidade dos produtos e utiliza essa sabedoria na hora de escolher quem vai fazer a produção do dia. A escala de tarefas da padaria também acontece para que

diminuem os conflitos inerentes a todo coletivo. Em sua fala, relata haver muitas divergências no grupo e que elas desencadeiam muito estresse em todas elas. No entanto, o objetivo inicial da associação é o que as motivam a resistir e continuar juntas por um bem maior, que é a resistência na terra e a autonomia das mulheres.

Hoje, Lurdes é casada novamente e não sofre resistência quanto ao seu trabalho fora do lote, pois já desenvolvia essa atividade antes do casamento. No lote, ela e o marido dividem o trabalho da roça, mas é ela quem cuida de todo o trabalho doméstico, somando-se as inúmeras histórias de mulheres pelo mundo.

Dentro do assentamento Monte Alegre, a trajetória de mulheres autônomas, fora do associativismo, também desponta no contexto da pesquisa. A história de Diva é uma das que trouxe luz e desafios para o desenvolvimento do estudo, uma vez que carrega algumas contradições. A sua indicação, feita por outra moradora do assentamento, deu-se pelo histórico com a Vigilância Sanitária. No entanto, ela não assume essa versão durante a entrevista, o que motivou algumas reflexões ao longo da discussão.

Junto com o marido, Diva é conhecida, dentro e fora do assentamento, pela produção de derivados da cana-de-açúcar. Os dois chegaram ao assentamento no início da década de 90, tendo passado por muitos problemas e adversidades durante a primeira década. Quando conseguiram se estabelecer e erguer a casa no lote, iniciaram a produção de rapadura e melado, atividade que já desenvolvia em Guariba, sua cidade de origem. Ela era detentora do conhecimento da receita, tendo aprendido com um primo, que aprendeu com a avó.

No início, coletavam a cana nos brejos para produzir as rapaduras e a produção era feita em um barraco adaptado ao lado da casa onde moravam no início, na agrovila do assentamento. Nessa época, dividiam-se entre o feitiço da rapadura e outras atividades para complementar renda. Aos poucos foram se fortalecendo e comprando os equipamentos necessários para aumentar a produção, até conseguir produzir cerca de 150 a 200 rapaduras por dia. Esgotavam a produção, comercializando dentro e fora do assentamento, inclusive em cidades vizinhas, menos em Araraquara, município que exige que o produto siga as normas da Vigilância Sanitária. Nas outras cidades, nunca tiveram problemas com a comercialização, embora a embalagem do produto não seguisse as normas exigidas. Após conseguir a adequação do rótulo, passou a comercializar em uma feira na cidade de São Paulo, organizada pelo ITESP, uma vez por ano, e assim foi por quase uma década.

Por anos produziu os subprodutos da cana, ficando o marido encarregado, principalmente, da comercialização fora do assentamento. Quando ele não pôde mais continuar por conta de problemas de saúde, uma de suas filhas ocupou o lugar do pai. No entanto, encerraram a atividade em 2017 por não resistirem mais ao trabalho pesado e pela dificuldade com o transporte da cana, da lenha e na comercialização, já que nenhuma das duas possuía carteira de habilitação. Após o encerramento da atividade, toda a região continuou em busca das rapaduras, forçando-a, por um tempo, a produzir uma pequena quantidade aos fins de semana.

Além da produção de rapadura, Diva e as filhas eram as responsáveis pelo trabalho doméstico, característica comum a todas as mulheres entrevistadas. Hoje, dedicam-se à produção e comercialização de horticultura, cuja atividade não permite descanso. O trabalho é contínuo para que a horta se mantenha viva, diferente da produção de rapadura que, apesar de exaustivo, permitia tempo de ócio e gerava maior renda. Por esse motivo, ela e os filhos têm a intenção de retomar a atividade da rapadura. Conta que as exigências para a produção e comercialização impedem a retomada, embora já tenham comprado boa parte do material para a reforma do barracão. Exigências essas que excedem as possibilidades de gastos da família e que vão desde a reforma do barracão até a comprovação de procedência da lenha, passando pela elaboração do rótulo adequado aos padrões sanitários.

Diva foi a grande idealizadora da atividade. Carregou a sabedoria e o conhecimento necessário para o feitiço da rapadura e a manutenção da família durante todos esses anos, mas foi com o nome do marido que o produto ficou conhecido. Ele era o responsável pela comercialização fora do assentamento, o que lhe atribuiu o reconhecimento em detrimento da valorização e protagonismo do trabalho da mulher. Aqui, evidencia-se o conflito proposto na investigação, destacando o trabalho subjugado e sobrecarregado da mulher, assim como a subestimação da sabedoria necessária para a produção do alimento.

Ainda pelo viés da mulher autônoma camponesa, a agricultora Jussara também aparece como figura importante nesse contexto. É casada, produtora de alimentos artesanais e dona de um restaurante na cidade de Motuca - SP. Mora com o marido e os dois filhos no lote da mãe, que adquiriu após permanecer acampada na área por oito anos para que tivessem direito à terra.

Antes de se dedicar exclusivamente ao restaurante, produzia e comercializava pães, bolos, geleias e hortifruti em feiras no município de Araraquara. Com a inauguração do restaurante, em 2018, passou a dedicar-se exclusivamente a ele, deixando de realizar as outras atividades, embora continue produzindo frutas e hortaliças, sem a utilização de agrotóxicos, milho em sistema convencional de produção, e criação de porcos e galinhas destinados ao autoconsumo da família.

O gosto pela cozinha manifestou-se na infância, aprendendo receitas e técnicas com as mulheres de sua família. Costumava cozinhar todos os dias o almoço para os pais levarem à roça, e sentia prazer em inventar receitas. Na casa, era a responsável pela cozinha e pelos trabalhos domésticos, já que sua irmã mais velha havia saído de casa após o casamento. Hoje, continua a criar receitas, usando produtos frescos como principais ingredientes em seu restaurante, e, assim como aprendeu desde criança, acredita que seu humor interfere no resultado de cada produto, utilizando essa sensibilidade e conhecimento para aprimorar seus produtos.

Sua história de vida tem uma trajetória de luta dentro e fora do assentamento, e não se resume ao ambiente familiar. Durante quase sete anos, foi a única mulher a fazer parte da Cooperativa do Assentamento Monte Alegre (COOPAM), ocupando o cargo de tesoureira na diretoria. Conta que sofreu muita resistência e machismo do grupo, que não levava em consideração boa parte de suas propostas e reivindicações. No entanto, manteve-se persistente durante todos os anos em que esteve à frente da diretoria no intuito de provar sua capacidade e valor.

Nesse período, participou da organização de várias feiras em Araraquara, dentre elas a Feira das Padarias e a Feira da Estação Ferroviária, onde também comercializava seus produtos. Após sua saída da COOPAM, passou a dedicar-se à produção de pães e bolos e a comercializar na Feira da Roça para a Mesa, organizada pelo NUPEDOR. Durante esse período, abriu uma pizzaria e manteve as duas atividades coexistindo, mas, ao expandir o negócio inaugurando um restaurante, sentiu-se sobrecarregada e foi obrigada a encerrar a participação na feira. O ingresso na faculdade de ciências contábeis também contribuiu para que finalizasse a participação nesses espaços, passando a comercializar apenas na feira do município de Rincão, aos domingos. Nessa mesma época, também participou do projeto sobre ervas medicinais, de iniciativa do grupo NUPEDOR, que deu origem a uma associação mista.

Por divergências, não permaneceu no grupo, o que a motivou a não se interessar por nenhum outro grupo, preferindo seguir seu caminho individualmente, embora mantenha contato com as mulheres associadas do assentamento. No entanto, mesmo tendo optado pelo restaurante, alimenta o desejo de retomar à produção de pães e bolos, motivada pelo sonho de abrir uma padaria artesanal ao lado do restaurante.

Para finalizar, a história Márcia soma-se a das outras mulheres ao apresenta-se como mais uma mulher autônoma, assentada, agricultora e produtora de alimentos artesanais. Tem uma cozinha própria para a panificação ao lado de sua casa, no lote, onde produz pães, doces, roscas, queijos, pimentas e polpas de frutas para a comercialização em uma feira no município de Matão.

Há três anos, iniciou nessa atividade motivada a obter renda e autonomia individual. Por suas habilidades culinárias, tendo aprendido já na infância após perder sua mãe aos onze anos, seguiu na produção de pães sozinha, não despertando interesse em participar de associações por ver na atividade autônoma maior liberdade para trabalhar. Nesse caminho, nunca sentiu resistência do marido fazendo oposição a sua escolha, inclusive tem seu apoio semanalmente no momento da montagem da barraca na feira. Márcia faz o transporte dos produtos em seu próprio carro, não dependendo de ninguém nessa dinâmica. Na feira, comercializa seus alimentos artesanais e ovos, e diz não ter enfrentado problemas com a Vigilância Sanitária no território de Matão. Tece elogios à organização da feira do município, pois tem liberdade na comercialização e clientes fiéis que buscam seus produtos justamente pelas características artesanais. Chega a vender em média 45 pães, 08 bolos, 12 bandejas de roscas, além de dúzias de ovos, em cada dia de feira. Considera que é um bom valor semanal, conseguindo cobrir os gastos e obter lucro, já que elimina os atravessadores desse processo.

No lote, além de produzir alimentos artesanais, ainda tem um grande canteiro de ervas medicinais, horta e bananas, que cultiva apenas com esterco. É profunda conhecedora das propriedades curativas das ervas e as utiliza em benefício próprio, da família e dos vizinhos quando procurada, mas não comercializa, porque acredita precisar de conhecimentos científicos para isso. Conta que como sempre morou em sítio, costumavam aprender cuidados médicos para emergências. Seu pai aplicava injeções nos filhos quando necessário, tendo ensinado à ela, que com dez anos já sabia o ofício. Foram conhecimentos que adquiriam ao

longo do tempo, passando por gerações, e que hoje não são permitidos de serem realizados por uma série de questões.

Na casa, é ela quem faz todo o trabalho doméstico, não havendo divisão de tarefas entre ela e o marido, que cuida da produção do lote, “come e dorme”, segundo suas próprias palavras. Carrega o peso de todo o trabalho reprodutivo ao longo de uma vida inteira e ainda encontra forças para manter a sua independência financeira e autonomia frente ao marido.

As histórias de vida de todas essas mulheres fortalecem o discurso proposto na pesquisa uma vez que indicam as posições de liderança que ocupam dentro e fora do núcleo familiar, além de fazerem parte da estatística de mulheres sobrecarregadas pelo trabalho invisível não remunerado e de buscarem suas autonomias através da produção e comercialização de alimentos artesanais.

1.3 As associações: AMA e AMCA

1.3.1 Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista

A história de luta da Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista (AMCA), em Araraquara (SP), evidencia-se diante do contexto de mulheres subjugadas pelo sistema durante séculos, que resultou em profundas desigualdades e violências. No meio rural brasileiro, entendido como um espaço sócio-político, geográfico e cultural, onde tramas e contradições revelam-se por meio das questões agrárias, agrícolas, dos conflitos ambientais e das disputas de poder (SILVA, 2008), essas desigualdades e violências acabam sendo ainda mais evidentes. A criação da associação relaciona-se intrinsecamente com o histórico de luta das mulheres rurais, como a Via Campesina e a Marcha das Margaridas, que surge em reivindicação a seus direitos por uma vida justa e igualitária.

Tendo como pano de fundo esse contexto, a idealização da AMCA despontou da união de mulheres dispostas a encontrarem alternativas de trabalho e sobrevivência dentro do modelo econômico vigente e de uma construção social patriarcal que em nada favorecem suas realidades: mulheres e assentadas. Em 2015, a partir da iniciativa de seis mulheres incentivadas pela busca de suas autonomias individuais e independência financeira, decidiram formar a associação, motivadas também pelo histórico de ineficiência dos financiamentos de créditos individuais para as mulheres que, na prática, sempre ficam em posse dos maridos, como aponta Izidoro (2017).

A semente da AMCA foi cultivada a partir de frequentes conversas entre as mulheres do assentamento, que buscavam meios de se ocupar e dar autonomia econômica às mulheres assentadas. O processo de construção da associação iniciou-se com as seis mulheres, mas em pouco tempo o grupo já contava com a presença de catorze, o que pode ser entendido como indício da urgência de uma transformação. Hoje, há mais seis em processo de inclusão no grupo.

Durante quatro anos a associação contou com um nome fantasia, cuja formalização dependia de um CNPJ pendente por motivos financeiros. Hoje, o processo de formalização está em andamento, o que permitirá adquirir créditos, efetivar a inclusão de novas integrantes e participar de compras governamentais.

A organização e administração da associação conta com os cargos de presidenta⁶, vice-presidenta, secretárias e tesoureira, além das outras companheiras integrantes. Do total das vendas, vinte por cento (20%) da renda é revertida ao fundo de caixa da associação e o restante dividido entre as mulheres que participam ativamente no momento de cada produção sob a forma de diárias. Das catorze mulheres, duas trabalham fora do assentamento para complementar renda, as demais dependem exclusivamente do trabalho na AMCA.

De acordo com elas, à época das conversas iniciais, ainda no governo Dilma, a ineficiência dos financiamentos de créditos reservados às mulheres (Pronaf Mulher) foi o principal incentivo do grupo para a tomada de decisão, uma vez que esse crédito nunca chegava à elas. Eram financiamentos feitos em seus nomes, mas destinados aos maridos para que utilizassem na produção do lote. Geralmente, essa prática é feita quando o marido já utilizou o crédito em seu nome e se endividou.

No assentamento, sempre soubemos, o tempo todo, que todo o tempo em que a gente vive lá a gente não tem nada para as mulheres. O que tem para as mulheres não é diretamente para as mulheres. Sai financiamento, mas eu nunca ouvi falar assim “Esse PRONAF é para a mulher”. Se caso sai, a gente não está sabendo. Só se sair no nome, mas o financiamento não chega até na esposa. Fica com o marido (JOANA, 2019)⁷.

Izidoro (2017) aponta que, nesse contexto da ineficiência do crédito, a mulher assume a dívida com o marido, entretanto não recebe nenhum benefício, apenas o ônus. Diante desta realidade, sentem necessidade de buscar outros meios para obter sua própria renda. Para conquistarem sua autonomia financeira, as mulheres assentadas desenvolvem estratégias, como é o caso da união em associações e da inclusão de suas demandas no Orçamento Participativo (OP) do município.

Essas mulheres estão sempre em busca de alternativas de trabalho e geração de renda que proporcione uma melhora em suas condições de vida, como é o caso de Carmen, citada anteriormente, que desde 1998 tentava organizar um grupo só de mulheres. Quando morava na cidade, fez trabalhos comunitários em pastorais. Assim que chegou ao assentamento, tentou formar uma pastoral para as crianças, mas não obteve apoio. Em seguida, dedicou esforços na implementação de uma fábrica de costura de jeans só com mulheres, mas também

⁶ As palavras “presidenta” e “vice-presidenta”, no feminino, foram adotadas por uma postura feminista da autora.

⁷ Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, Araraquara, 2019. Arquivo .mp3 (55m52).

não teve êxito. Mesmo diante de negativas e desmotivações, não desistiu. Em 2015, reuniu-se com outras mulheres e fundaram a AMCA.

Naquela época, as mulheres estavam saindo do assentamento para trabalhar na zona urbana, motivadas pela dificuldade em trabalhar na terra. Algumas quiseram associar-se, outras não se interessavam em manter-se na roça e resistiram à associação. Carmen percebeu, então, que poderia aplicar na AMCA sua experiência com as pastorais, pois via na potencialidade do assentamento uma oportunidade de fazer as mulheres obterem seu próprio dinheiro.

As motivações para a criação da associação quase sempre permeiam o universo masculino. Em entrevista, a presidenta da associação afirma que “nada disso teria acontecido se fosse casada”, assim como Carmen, que quando questionada sobre a inspiração que a motivou a criar algo só para as mulheres, respondeu enfaticamente: “Porque já tem muita associação de homens. Tudo é para os homens”.

A AMCA surge com o propósito de realizar algo que proporcionasse autonomia econômica às mulheres do assentamento, e foi com a associação que viabilizaram esse caminho. Durante dois anos, construíram o estatuto que definiria suas atividades e missões e, em 2017, finalmente oficializaram-se. Além de poder buscar recursos para o desenvolvimento das atividades enquanto associação, o estatuto teve como diretriz o trabalho pedagógico e de empoderamento voltado às mulheres do assentamento, a agroecologia e a produção de alimentos sem agrotóxicos.

A gente não coloca nada de química, de maneira nenhuma. Até porque o próprio estatuto está lá para isso. A ideia dessa associação, uma associação que demorou dois anos, é de fazer a diferença, né? A ideia de fazer a diferença, de se preocupar com as drogas dentro do assentamento, é se preocupar com o que é ser mulher dentro de um assentamento, é o que é ter voz, fazer parte dessa produção. A gente produz muito e nada se mostra. É a mulher que toma conta do quintal, nossos quintais são bem férteis. Você chega no quintal e tem de tudo lá. Então, a ideia é a gente pegar tudo o que a gente tem e passar para a frente, colocar no mercado (JOANA, 2019)⁸.

No início, por não contarem com os entraves do processo burocrático, as mulheres associadas imaginaram que teriam uma caminhada descomplicada. Acreditaram que logo após a formalização legal da associação teriam acesso ao financiamento de crédito, que possibilitaria investir nos equipamentos necessários para o desenvolvimento da AMCA. No

⁸ Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (55m52).

entanto, para a formalização, era necessário um CNPJ, o que exigia investir recursos. E foi só em 2019, quase cinco anos após a constituição da associação, que conseguiram dar entrada na abertura do CNPJ, ficando durante todo esse tempo impossibilitadas de participarem de compras governamentais, editais e adquirirem financiamento.

A jornada dessas mulheres, enquanto associadas, foi, e ainda é, de muita resistência. No início, a produção e comercialização eram voltadas apenas à venda de hortifruti cultivados nos lotes, mas após a realização de cursos como os de Boas Práticas Alimentares e de confecção de pães oferecidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR - Campus Lagoa do Sino) em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) de Araraquara, respectivamente, começaram a também produzir alimentos artesanais como pães, bolos e geleias, agregando valor à matéria-prima cultivada em seus quintais e ampliando seu potencial de comercialização. A partir desses cursos, começaram a ser procuradas para a realização de *coffee breaks* em festas e eventos, como os simpósios realizados pelo NUPEDOR, o que fez com que tivessem mais um canal de divulgação de seus produtos e mais uma fonte de renda.

Durante esses anos, participaram de outros cursos que foram essenciais tanto para a formação profissional quanto para a formação individual dessas mulheres. Reconhecem que o curso de Agroecologia, organizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Economia Feminista (NEA), do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia São Paulo – IFSP, Câmpus de Matão, deu autonomia e empoderamento à elas. Além dos conhecimentos adquiridos na formação, se sentiram fortalecidas e capazes de realizar o propósito mesmo diante de tantas barreiras.

Esse curso dá uma certa autonomia para a gente, sabe? A importância de você não usar veneno... te dá uma auto-estima muito grande enquanto mulher. Esse curso te renova. Então, para a gente chegar aonde a gente chegou... Então, isso fortalece a gente. Esses cursos fortalecem, eles falam que nós somos capazes. Hoje, a gente senta lá na cozinha, como ontem... Ontem eu não participei, mas tinha duas companheiras que fizeram vinte pães. Elas fizeram pão, embalaram, tem que embalar esse pão, colocaram na caixa e quando estava pronto, elas me ligaram para buscar (JOANA, 2019)⁹.

Muitos foram e ainda são os entraves encontrados por essas mulheres, porém a luta e resistência delas acaba sendo a característica marcante desse processo. Além das barreiras burocráticas, a questão do transporte também é um grande desafio para elas. Enfrentam a

⁹ Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (55m52)

distância entre o assentamento e a cidade dependendo de um único veículo para transportar toda a produção para os destinos de comercialização, sendo insuficiente e ineficiente em muitos momentos. Além do transporte, uma cozinha apropriada também era uma das providências urgentes. No início, cozinham e produzem nas próprias cozinhas, mas era preciso um lugar ideal para que pudessem trabalhar com frequência e armazenar os produtos e matéria-primas. Mais uma vez a questão financeira impossibilitava o seu desenvolvimento, somando-se às exigências das normas sanitárias para a construção do local, o que dificulta até hoje o pleno andamento das atividades do grupo.

Para a AMCA, o dinheiro do Orçamento Participativo (OP) do município seria um bom alento diante das dificuldades que enfrenta, mas a sua inclusão na demanda do OP ainda não foi prioridade para o assentamento. Em 2017, conseguiram um pequeno apoio da prefeitura que cedeu um pedreiro para que reformassem o espaço onde seria a futura cozinha da associação: a antiga casa do INCRA, dentro do assentamento, que estava desativada. No entanto, o dinheiro para a compra dos materiais ficou por conta do grupo.

Ano retrasado, se não me engano, o prefeito de Araraquara esteve lá no assentamento. Aí, ficamos sabendo que ele ia vir e nós, rapidamente, arrumamos uma equipe de quatro mulheres para ir conversar com ele. Aí, a gente chegou para conversar com ele. A gente já tinha noção que tinha um espaço. Um espaço pequeno, mas tinha, lá na casa do INCRA, que é um centro comunitário. Tinha uma casinha abandonada, abandonada mesmo. Aí, a gente pegou essa equipe, foi conversar com ele para negociar, para ver o que ele podia fazer para dar uma força para a gente. Aí, ele falou o seguinte: “A prefeitura está quebrada. Não tem dinheiro para nada. Mas se vocês quiserem usar o pedreiro que está na escola. Ele vai dar uma reformada na escola...”. Ele foi no assentamento para ver o casarão, para ver o postinho e também a escola. Nós pegamos ele na escola. Ele falou assim “O pedreiro está aqui, se vocês tiverem material, pode usar o pedreiro”. Aí, a gente começou ir atrás, vender as verduras, a gente continuou vendendo as verduras. A gente fazia cestas para conseguir o dinheiro para comprar material (JOANA, 2019)¹⁰.

Hoje, a cozinha ainda não está finalizada, faltam ajustes necessários às exigências de padrões sanitários e muitos equipamentos. Tais exigências referem-se às adequações físicas do espaço como equipamentos adequados, azulejos, telas de proteção nas portas e janelas, banheiros adequados, além dos cursos de Boas Práticas já realizados por elas (Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004) e da adequação da rotulagem dos produtos necessário para a comercialização (Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969).

¹⁰ Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (55m52).

Tudo o que possuem na cozinha foi fruto de doações ou conquistado com a renda da comercialização dos produtos, alcançando aos poucos a adequação necessária. Acreditam na rede de apoio que construíram e se orgulham de, mesmo com dificuldades, não dependerem integralmente do poder público para alcançarem seus objetivos. Empenham-se em reforçar que a concretização da associação só foi possível graças ao trabalho das mulheres e da rede externa de apoio construída. Para elas, as dificuldades nunca foram motivadoras da desistência.

Uma coisa que me emociona muito é que na minha cabeça eu tinha certeza que a gente só ia conseguir empacotar um pão, colocar uma geleia dentro de um vidro se a gente conseguisse o financiamento, que seria daqui mais um ano e olha lá. Eu achava que a gente ia ter que participar de um financiamento. Hoje a gente consegue. A gente fez, uns dois meses atrás, sessenta potes de geleia durante um dia, e a gente pode fazer quantas geleias, quantas frutas a gente tiver, dentro da nossa própria cozinha, procurando ter todos os cuidados para que essa geleia venha ficar bem conservada. Ela pode ficar até um ano, assim passou pelos professores. Então, isso para a gente é motivo de muita alegria, porque a gente chega nos lugares e oferece nosso pão, e esse nosso pão a gente usa o que tem no quintal. A gente usa a mandioca, a gente usa a abóbora, a cenoura que está lá na horta. Isso, para mim, é muito... (JOANA, 2019)¹¹.

Eu falo isso hoje, mas se você me perguntasse isso há uns vinte anos, eu talvez não responderia isso, porque a ideia da associação, sem dúvida, para ela andar seria um financiamento. E hoje, o que a gente vê? A gente está conseguindo andar, mas por quê? Porque a gente está com esses apoios. A gente tem o pessoal da Uniara que apoia, você está entendendo? A gente tem o pessoal da UNESP que apoia. A gente tem o pessoal do SEBRAE. A gente tem o pessoal lá de Matão, a Alexandra. Então, isso fortalece. Eu acredito que o que está fazendo a associação chegar até hoje é isso, é de vocês falarem assim “Olha, nossa, que legal, vocês estão fazendo, vocês vão fazer”. Isso é bom, isso que faz a gente acreditar que a gente pode, que a gente faz. Então, assim, a gente quer um dinheirinho? A gente precisa e muito, mas muitas das vezes, a gente vê ali no assentamento, quanto financiamento já foi pegado e não foi para frente. Tanto cooperativa quanto associação (JOANA, 2019)¹².

A iniciativa de construção e o desenvolvimento da associação trouxe esperança às mulheres envolvidas no processo e hoje sentem orgulho de serem associadas e do trabalho que estão desenvolvendo, mesmo com a desconfiança dos maridos. Tal desconfiança pode ser observada na contundência da fala a seguir, mostrando o expressivo conflito de gênero estabelecido entre esses sujeitos, resultado de uma sociedade patriarcal. Esse enfrentamento fortalece a iniciativa estratégica da luta feminista das mulheres da AMCA frente à essa

¹¹ Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (55m52).

¹² Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (55m52).

opressão, destacando seu papel fundamental na consolidação da autonomia das mulheres dentro das famílias.

Uma das coisas mais fortes foi os maridos. Quando eles viram, eles quiseram entrar também na associação. Ai, pronto. O que acontece? Esses maridos conversam com as esposas em casa. Então, quando a esposa chegava na reunião, ela já estava com a cabeça pronta. “Olha, é bom por causa disso, é bom não fazer... A gente fala tanto em igualdade, como é que a gente quer separar? Por que separação?”. Então, eu acho que foi... Eu diria assim, não foi o primeiro, porque só para a gente fazer o estatuto foi um desafio muito grande, mas o outro desafio foi tentar manter a associação só com mulheres, por causa dos maridos. Eles pegaram firme. E eram mulheres, principalmente duas delas, muito importantes dentro da associação, inclusive uma é tesoureira e a outra secretária. Então, elas eram mulheres muito pensantes, mas que no final de tudo o marido ainda chegava lá... E a gente falava. Teve uma hora que eu falei “Olha, essa conversa que você está tendo não é sua”, porque não tinha condição (JOANA, 2019)¹³.

Inicialmente, por influência deles, algumas foram reticentes à ideia de um grupo só de mulheres, mas, com algum esforço e muita conversa entre elas, conseguiram seguir na parceria junto às associadas. Já outras ainda são impedidas, muitas vezes, de irem às reuniões ou aos mutirões no lote, e outras ainda foram compelidas pelos maridos a abandonarem o grupo sob a ameaça de terem que escolher entre eles e a associação. Essas atitudes são vistas com bastante angústia por muitas do grupo, o que as motivam a ajudar e incentivar as mulheres que passam por essa situação, formando também uma rede de apoio.

1.3.2 Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre: Pioneirismo na organização

Em outro assentamento de Araraquara, a Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre (AMA) também se coloca frente à estrutura patriarcal e sua invisibilidade, surgindo como alternativa econômica e de autonomia nesse contexto de mulheres oprimidas no campo.

A AMA surge em 2008, contando com a participação de 25 mulheres, cuja finalidade era proporcionar o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural de suas associadas, agricultoras integrantes da comunidade rural do projeto de Assentamento Monte Alegre VI. Como toda associação, tais finalidades são estabelecidas em estatuto e, desta forma, a AMA propõe sua atuação nos seguintes seguimentos:

- I. Na promoção da cultura, esporte e defesa do patrimônio histórico e artístico;

¹³ Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (55m52).

- II. Na promoção da saúde e da educação gratuita às integrantes da comunidade rural do projeto de Assentamento Monte Alegre Seis, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida;
- III. Na preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- IV. Na promoção do desenvolvimento econômico de suas associadas por meio da produção agrícola e agroindustrial, da compra e da venda conjunta de insumos e produtos, e da contratação de estudos, projetos e pareceres nas áreas de atuação;
- V. Na promoção e aprimoramento técnico-profissional das associadas, por meio de divulgação, formação, treinamento e qualificação profissional voltados aos sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- VI. Na experimentação de novos modelos sócio-educativos e
- VII. No desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação das informações e conhecimentos técnicos relacionados às atividades mencionadas.

O primeiro grande êxito do grupo foi a construção da Padaria Comunitária, concretizada após a participação e conquista de recursos financeiros por parte dessas mulheres nos fóruns do Orçamento Participativo do município de Araraquara (SP). Após o recebimento do dinheiro e a construção do prédio, a padaria foi inaugurada em dezembro de 2008, com uma área para a produção de pães e bolos, um espaço para comercialização dos produtos e um ambiente para recepção dos clientes.

Durante o percurso enquanto associação, as mulheres participaram de cursos de culinária, de boas práticas alimentares, de comercialização, entre outros, oferecidos pelo ITESP em parceria com o SENAR e por grupos de pesquisa de universidades como a UNIARA e UNESP. Com isso, puderam melhorar os serviços e a produção da padaria.

No início, toda a produção era feita na cozinha da escola do núcleo VI com equipamentos que traziam de suas próprias casas. A escola está localizada ao lado do terreno da padaria, e a cozinha foi cedida para que iniciassem os trabalhos. Utilizavam ingredientes comprados na cidade, mas após a consolidação da associação, ainda antes da inauguração do espaço próprio, passaram a valorizar a utilização das matérias-primas produzidas no próprio assentamento, em especial o que era produzido nos quintais das integrantes, mantendo até hoje esse princípio.

Hoje, a padaria, que é carinhosamente chamada de Padoca pelos ciclo-turistas frequentadores do local, faz parte da rota do turismo rural do assentamento. Toda manhã de domingo os ciclistas se reúnem na padaria como ponto de encontro do grupo, o que tornou-se essencial para o desenvolvimento da associação. Além do domingo, os ciclistas organizam periodicamente eventos no local, como as provas de *mountain bike*, trazendo visibilidade ainda maior para a associação.

Ao longo desses dez anos, a AMA passou por muitas mudanças e hoje resistem na associação apenas quatro mulheres. São essas quatro mulheres as encarregadas da produção e comercialização dos produtos na própria padaria, na Feira da Roça para a Mesa e na Feira Noturna da antiga Estação Ferroviária, em Araraquara. Além disso, assim como a AMCA, também oferecem o serviço de “*coffee break*” em festas e eventos, tendo iniciado essa atividade no Simpósio de Reforma Agrária realizado pelo grupo NUPEDOR, da UNIARA. Com essas vendas, aumentaram substancialmente a renda familiar e também suas auto-estimas, pois deixaram de depender dos maridos. A maioria dependia exclusivamente deles, sendo questionada toda vez que precisasse de dinheiro para compras pessoais. Algumas sofreram resistência deles ao iniciarem com o projeto de associação, como pode ser observado no trecho de fala a seguir:

Tem uns que “dá” e outros que não “dá”, você sabe como homem é, né? “Você quer dinheiro para quê? Vai gastar para quê?”. Aí, a gente botou na cabeça que a gente tem que viver, tem que ser independente. Ficar dependendo de marido para quê? Inclusive, na inauguração da padaria, o finado do meu marido nem chegou a vir. Falava que eu não estava indo trabalhar, que eu estava indo atrás de outras coisas. É desse jeito que ele falava para mim. Aí, eu falava: “Mas um dia você vai ver. Se você tiver vivo até lá, você vai ver a nossa vitória”. E eu chorava, mas resisti. Falava para a outra companheira: “não vamos abandonar, não vamos deixar a peteca cair, vamos segurar”. E seguramos até construir aqui (LURDES, 2019)¹⁴.

Mesmo diante dessas conquistas e superações nesse espaço de lutas coletivas, os padrões culturais não deixam de influenciar na divisão sexual do trabalho, nas tomadas de decisões e nas esferas do poder, os quais são evidenciados nas falas da entrevistada. Ela relata sobre a necessidade de algumas companheiras chegarem em casa em horário determinado pelo marido para que realizassem suas atividades domésticas. Assim como nas falas das mulheres da AMCA, aqui algumas ainda precisam da aceitação de seus companheiros para

¹⁴ Entrevista concedida por Lurdes [11. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. arquivo .mp3 (1h10m).

exercerem suas atividades fora do lar, o que é ressaltado na afirmação de FERRANTE (1998) a seguir:

[...] a ação política ameaça a 'moral' da mulher: muitas delas, quando assumiam a posição de líder ou representante tinham que falar com muita gente, ir sempre à cidade, sozinhas ou com um grupo do qual o marido, muitas vezes, não participava. Qualquer descontentamento com as opiniões das mulheres abria margem para uma série de difamações, no bar, nas ruas da agrovila, no campo de futebol. Logo os maridos pressionavam para que suas mulheres não mais participassem das reuniões e – se fossem líderes – abdicassem dos cargos assumidos (FERRANTE, 1998, p. 137).

Além do entrave relacionado à questão dos maridos, outros empecilhos também impedem o pleno desenvolvimento da AMA. Assim como para a associação do assentamento Bela Vista, o transporte também é um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres, e que é intensificado pela distância entre os lotes e a padaria e entre o assentamento e a cidade. Ficam dependentes do marido de uma das integrantes para realizar os transportes aos pontos de comercialização. Hoje, preparam-se para resolver essa questão com a compra de um carro exclusivo para a padaria. Assim, poderão ter autonomia plena e realizar as compras de matéria-prima com mais facilidade e economia, além de poder expandir a comercialização, o que antes dependia das possibilidades do marido.

Diante dos dois históricos concretos, as associações apresentam-se como vetores de liberdade para as mulheres: tanto para suavizar os gastos e burocracias quanto para o fortalecimento da luta feminista camponesa frente ao machismo patriarcal e a divisão sexual do trabalho nos lares. No entanto, mesmo com todas as conquistas, ainda aparecem cerceadas pelas burocracias e engessamento do aparato estatal, do qual deriva a dependência como obstáculo para as mulheres na sociedade regida pelo capital.

CAPÍTULO II. O nascimento das lutas feministas

2.1 Conquistas e resistências

A luta das mulheres camponesas remonta à Idade Média na Europa, mais especificamente ao embate entre o proletariado medieval e senhores feudais. Tal como as bruxas perseguidas em séculos anteriores, o enfraquecimento e anulação do poder e autonomia das mulheres no campo foram cruciais para estancar a sangria da crise do feudalismo e a consolidação, e posterior manutenção, do regime capitalista. Paralelamente, movimentos baseados na igualdade e cooperação surgiam por todo o continente europeu, sendo duramente reprimidos (FEDERICI, 2017).

A crise da economia feudal, de acordo com Federici (2017), aliada à mudanças estruturais nas relações produtivas, possibilitou o processo de consolidação do capitalismo, que cristalizou-se apoiado na escravização dos povos africanos e americanos e na expropriação dos meios produtivos das trabalhadoras e trabalhadores europeus. Porém, estes dois fatores (a escravização e a expropriação) não foram o bastante. O processo demandou a dominação das mulheres como meio de reprodução da força de trabalho e a transformação dos corpos em instrumentos de trabalho. As mulheres sofreram não apenas toda sorte de dominação de seus corpos e força de trabalho, como também foram lançadas para a base do capitalismo, emolduradas em um sistema de acumulação de diferenças e divisões sociais que perdura até os dias de hoje (FEDERICI, 2017).

No período das grandes navegações e descobertas de novos territórios, enquanto homens desbravavam mares em viagens exploratórias, e que mais tarde teriam seus nomes marcados na história do mundo, as mulheres não tiveram o mesmo destaque, nem tão pouco seus nomes registrados em grandes feitos. Miles (1989), analisa que:

Durante tudo isso, as mulheres em toda parte cuidavam de seus filhos, ordenhavam vacas, lavravam os campos, lavavam, assavam, limpavam e cozinhavam, curavam os doentes, sentavam-se junto aos moribundos e preparavam os mortos, exatamente como nesse momento, em algum lugar, as mulheres estão fazendo, ainda hoje. A extraordinária continuidade do trabalho das mulheres (...) é a razão de sua invisibilidade. A visão de uma mulher amamentando um bebê, mexendo uma panela ou limpando o chão é tão natural quanto o ar que respiramos e, do mesmo modo que o ar, não atraiu qualquer análise científica antes dos tempos modernos (MILES, 1989, p. 174).

Esse breve histórico reafirma a análise de Federici (2017), que mostra que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não seria herança, mas sim intrínseca ao capitalismo, construída sobre diferenças entre homens e mulheres e reconstruída para cumprir novas funções sociais. Nesse sentido, o processo histórico de constituição da figura masculina e do capitalismo tem forjado também a desvalorização da natureza e da figura feminina, que se interligam. Pelo lado da natureza, percebe-se o predomínio da forma de produção industrial e agrícola mundial, destacando as relações estabelecidas de degradação do meio ambiente e, do lado da mulher, constrói-se uma história focada na violência, exclusões sociais, econômicas e culturais, não priorizando o verdadeiro papel e importância da mulher para a manutenção da vida no planeta (GOMES, 2018).

Hoje, de modo geral, essa realidade opressora e discriminatória contra as mulheres continua a ser reproduzida como manutenção da estrutura capitalista, potencializando-se na figura do Estado, que negligencia políticas públicas eficientes voltadas a elas, deixando-as sujeitas à invisibilidade. São mulheres que sofrem pela falta de acesso às condições dignas de sobrevivência, pela opressão patriarcal e peso da dependência financeira e emocional dos maridos e, muitas vezes, pelas condições insalubres a que são frequentemente expostas.

No que tange às mulheres do campo, objetos dessa pesquisa, há também que se ressaltar o trabalho não remunerado que exercem nos lotes. A elas são designadas tarefas as quais não são atribuídos valores monetários, porém suas contribuições econômicas são imensas. Elas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, considerado um trabalho invisível, gratuito e repetitivo. No campo, essa divisão sexual do trabalho pode ser multiplicada e intensificada, pois as mulheres, em sua maioria, são responsáveis por buscar lenha, água, lavar roupas, alimentar os animais, cuidar da horta, dos filhos, capinar o quintal em volta da casa. Tais atividades não só não possuem valor econômico como são consideradas de ajuda ao marido e/ou obrigações de seu papel dentro da família (SOF, 2016).

Diante desse histórico de forças inter-relacionadas, o papel de destaque das mulheres assentadas é reforçado, o que evidencia também a importância da pesquisa, prestando-se a demonstrar como as relações de poder e de dominação sobre a mulher e a natureza continuam se estabelecendo na sociedade capitalista, mesmo com a crescente luta das mulheres em resistência.

Ao se falar em atos de resistência de mulheres, é importante ressaltar a Marcha das Margaridas como exemplo desse contexto de insurgência das mulheres do campo na história brasileira reivindicando direitos. Um movimento, organizado por mulheres do campo a cada quatro anos, que carrega o nome de Margarida Alves e de Elizabeth Teixeira, duas mulheres que tiveram seus nomes marcados na história da luta camponesa do país.

A Marcha das Margaridas, em sua primeira edição, coloca as agricultoras publicamente pela primeira vez como produtoras rurais, reivindicando também o direito a serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento individualizado por parte da sociedade e, principalmente, pelo Estado. É um movimento de resistência que tenta reafirmar a posição e papel de mulheres do campo rompendo a invisibilidade (SILVA, 2008). É organizada pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e teve seis edições até o momento (2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019), tendo como bandeiras a garantia permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais; acesso à terra e valorização da agroecologia, uma educação que não discrimine as mulheres, o fim da violência sexista, o acesso à saúde, a ser ou não ser mãe com segurança e respeito; autonomia econômica, trabalho, renda, democracia e participação política (SILIPRANDI, 2011).

Esse movimento é produto e processo das relações sociais que materializa-se em uma ação coletiva, propiciando às suas integrantes um sentimento de coletividade e de pertencimento.

O caráter coletivo em si lhe atribui uma descrição fenomenológica e sociológica, tendo em vista que as mulheres trabalhadoras rurais compartilham espaços e tempos, comportamentos e características semelhantes, na relação com o modo de vida no campo, das atividades produtivas e com as relações sociais presentes no meio rural (SILVA, 2008, p. 51).

Talvez seja o mais expressivo movimento de reivindicação feminina camponesa existente no Brasil e é através dessa atuação que as mulheres do campo vêm alcançando inúmeras conquistas.

O nome e história desse movimento é atribuído à Margarida Alves, uma mulher paraibana, nascida em 1943. Sua história de resistência tem início quando insere-se no Sindicato Rural de Alagoa Grande, sua cidade natal, em 1973, do qual foi tesoureira e depois

presidente até 1982. Foi sinônimo de persistência e de luta contra as injustiças no campo e uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). Sua dedicação ao trabalho foi evidenciada em contatos e confrontos permanentes com o latifúndio. Margarida se revelou uma grande defensora das(os) trabalhadoras(es) do campo e travou muitas lutas em defesa dos direitos trabalhistas. No período em que esteve à frente do sindicato, mais de 600 ações trabalhistas foram movidas contra usineiros e donos de engenhos na região da Paraíba, tendo a grande maioria parecer favorável aos(as) trabalhadores(as) rurais, o que provocou a revolta dos latifundiários. Com isso, Margarida passou a sofrer ameaças de morte e atentados contra a sua integridade física e contra a sua vida. Foi assassinada em agosto de 1983 em frente a sua casa, diante do marido e do filho. Desde então, seu nome é tido como referência para os movimentos sociais do campo e de mulheres (CORDEIRO, 2006).

Outra mulher símbolo desse movimento é Elizabeth Teixeira. Também paraibana, foi uma das primeiras mulheres a se destacar na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Junto com seu marido, participou de organizações sindicais e da Liga Camponesa, e criaram a Liga de Sapé, que contou com apoio de muitas autoridades partidárias, da Igreja Católica e de alguns juristas. O objetivo da Liga era defender direitos trabalhistas e desenvolver trabalho de assistência social, o que revoltou proprietários de terras, desencadeando pressões para que saíssem da região. Nessa época, Elizabeth e o marido moravam no lote de seu pai e resistiram em sair, o que culminou na morte de seu marido em uma emboscada, em 1962, deixando-a viúva com os filhos. Descobriu-se depois que a armação foi tramada em acordo com seu pai, o que fez com que Elizabeth deixasse o lote (SILVA, 2008).

A ditadura militar trouxe muitas transformações na vida dela. Foi presa e exilou-se por 17 anos no interior do Rio Grande do Norte, ficando todo esse período longe dos filhos, que a tiveram como morta. Quando da morte do marido, jurou continuar a luta a qualquer custo, em nome da dor, revolta e solidariedade em prol das lutas camponesas. Elizabeth enfrentou o medo, sobreviveu à violência e às separações físicas, que foram responsáveis pelos cortes nos seus laços afetivos, transformando-a em um símbolo de coragem (SILVA, 2008).

Cada uma com sua história, transformaram-se em exemplos de coragem e de luta pelo ideal da reforma agrária, dos direitos e da liberdade. São referências para as mulheres e para

as lutas sociais no campo e exemplos da resistência marcada pela combatividade e ousadia de mulheres que sobreviveram a décadas de violência.

2.2 Associações e cooperativas como estratégias de resistência

Os ideais de luta e movimentos reivindicatórios organizados por essas mulheres camponesas tiveram muitos frutos, dentre eles o surgimento de diversas associações e cooperativas implementadas por todo o Brasil. Essas organizações podem ser enxergadas como a materialização da força da união das mulheres do campo no âmbito da comercialização, embora ainda haja muitas nuances e conflitos na relação coletiva, onde quer que ela aconteça. Hoje, no Brasil, já podemos contar com diversos exemplos de sucesso na formação desses grupos, cujas mulheres encontravam entraves na comercialização. Ao se agruparem, conseguem se organizar e alavancar o desenvolvimento das vendas de seus produtos, o que individualmente parece ser fatigante, pois enfrentam barreiras burocráticas, financeiras e baixa autoestima, uma questão delicada que a autonomia econômica pode contribuir para sua melhoria.

Um desses exemplos de sucessos, está a associação Rede Xique-Xique, no Rio Grande do Norte, criada em 2004. Com o mote “agroecologia, feminismo e economia solidária”, elas fortaleceram um grupo de mulheres que enfrentavam dificuldades para comercializar seus produtos, principalmente por conta dos atravessadores que ficavam com a maior parte do lucro. Criaram feiras e hoje já envolve mais de 416 famílias de 18 municípios do Estado. Para o fortalecimento da rede, essas mulheres chegaram à conclusão, por meio de reuniões e discussões, que a agroecologia não se consolidaria onde as mulheres sofressem violência ou tivessem seu trabalho desvalorizado. Desta forma, sua maior bandeira de luta e resistência foi o feminismo, e através dele puderam ecoar vozes para que outras mulheres se engajassem nesse processo e tivessem suas vidas modificadas (SOF, 2016).

No âmbito da pesquisa, as duas associações são observadas como exemplos dessa relação entre união de mulheres e o desenvolvimento de suas autonomias. Dentre as mulheres produtoras de alimentos artesanais estudadas, estão a Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista (AMCA) e a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre (AMA), já apresentadas anteriormente. São dois grupos que tiveram a mesma motivação para sua criação e seus ideais convergem com os da Marcha das

Margaridas e da Rede Xique-Xique: autonomia econômica por meio da economia solidária, agroecologia, reconhecimento e remuneração de seu trabalho, realização pessoal, além de contribuir economicamente com as despesas da casa. Unidas, acreditaram que poderiam ser ouvidas e solucionar problemas tanto de ordem do assentamento quanto de ordem pessoal.

Individualmente, encontravam muitas barreiras e dificuldades, desde a produção até a comercialização. Cuidar da casa, do lote, cultivar, trabalhar na manipulação e preparação dos alimentos e comercializar era trabalho impossível para uma pessoa só. Vislumbraram, na formação da associação, a resolução dos seus problemas, pois teriam as tarefas divididas e estariam unidas em resistência na terra. Encontraram no espaço da cozinha e nas sabedorias culinárias, adquiridas ao longo de suas vidas no trabalho doméstico, um meio de obter renda que não as distanciassem da casa.

Além das associações de mulheres nos dois assentamentos, há outras formas de união das trabalhadoras do campo, mas que não são exclusivamente de mulheres. No assentamento Bela Vista, coexiste a Cooperativa Mista do Assentamento Bela Vista (COOBELA), cujos membros são homens e mulheres, que comercializam seus produtos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Banco de Alimentos, por exemplo. Já no assentamento Monte Alegre, há a Cooperativa de Produtores do Assentamento Monte Alegre (COOPAM), que teve uma única mulher cooperada fazendo parte da diretoria como tesoureira durante seis anos, uma das sujeitas dessa pesquisa. De acordo com ela, sofreu muitas resistências por ser mulher durante seus anos como cooperada, como pode ser observado em seu relato:

Não botavam fé no meu trabalho, tinham que ver para crer. Às vezes, alguma coisa que eu falava, não davam crédito. Tudo aconteceu. Nas reuniões, eu falava, mas não tinha apoio. Mas eu fui bem resistente, nunca baixei a cabeça pela dificuldade, pelas pessoas. Sempre fui para a frente, sempre lutei. Quando eu estava lá, eles já estavam acostumados e não viam o valor que eu tinha lá dentro. Só deram valor quando perderam. Para você ver, eles vieram me chamar para fazer comida no evento que estão organizando, porque falaram que eu tinha capacidade para fazer. Quando sai de lá, não abaixei minha cabeça, eu fui em busca dos meus objetivos, tanto que estou aqui trabalhando (JUSSARA, 2019)¹⁵.

Percebe-se que nessas duas associações, embora com a presença de mulheres, há homens à frente de todo o processo, invisibilizando o trabalho feminino ao desconsiderarem suas falas, proposições e posicionamentos, uma das motivações para a criação das associações só de mulheres.

¹⁵ Entrevista concedida por Jussara [11. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (53m).

Considera-se, então, a organização das mulheres camponesas como um movimento feminista, um movimento que luta pela transformação social do seu território e de suas realidades, sobretudo buscando a equidade de gênero. Organizadas, buscam alterar a realidade do espaço agrário em que vivem, construindo cotidianamente ações e propostas de transformação do modelo de produção para que se reconheçam e se façam reconhecer como parte da sociedade.

CAPÍTULO III. A produção de alimentos

3.1 O espaço da cozinha e a questão de gênero

Uma dona de casa deveria saber matar seu próprio porco, truncando as juntas com precisão a fim de prepará-las para a tina de salgar. Sua família só teria pão se ela conhecesse todos os estágios do processo a partir da semeadura e incluindo colher, respigar, joeirar, moer, armazenar e assar, tudo muito corretamente. Em todos os países, igualmente, era a mulher que fermentava cerveja e cidra mais ao norte, fazia cinco mais ao sul, enquanto que na África as mulheres quissamãs, de Angola, subiam nas palmeiras para recolher a preciosa cerveja de palmeira (MILES, 1989, p. 185).

Historicamente, a tarefa de cozinhar é responsabilidade das mulheres dentro dos núcleos familiares. São elas que responsabilizam-se sozinhas pelos trabalhos domésticos, adquirindo autonomia e poder ao tomar decisões sobre o preparo dos alimentos, o cuidado da casa e da roupa e sobre a educação dos filhos. Além de tudo, as mulheres ainda tomam decisões referentes às vendas de alimentos produzidos por elas, tais como ovos, queijo, doces, pães, geleias, entre outros (BRUMER, 2004). No entanto, é preciso ressaltar que o ambiente da cozinha e essas responsabilidades não são naturalmente femininos.

Ao longo do tempo, o espaço da cozinha acabou forçado a esse gênero, mas não significou que as mulheres exerciam essa tarefa sem consciência do saber. Pelo contrário, elas cozinham respondendo à condição que lhes foi imposta e reafirmando não ser uma mera condição biológica, mas, sim, cultural. Isso é evidenciado quando se observam as sabedorias tradicionais transmitidas pelas gerações de mulheres através de receitas e modos de preparo dos alimentos. As diferentes etapas da culinária são sempre carregadas de significados, transmissões de saberes e tradições culturais. No entanto, o comando desse espaço pelas mulheres é considerado invisível quando atribuído à cozinha doméstica e reverenciado no caso da alta gastronomia. O que muda é quem está no comando de cada uma delas. Atualmente, o espaço da cozinha tem sido apropriado por homens, que ressignificaram o ato de cozinhar ao acessar e ganhar valor de mercado, passando a ser considerado como trabalho (FERREIRA; WAYNE, 2018).

Como consequência, tornou-se um ambiente majoritariamente masculino e extremamente machista. Mesmo com a forte presença e significado da mulher no restaurante através das memórias e receitas servidas, os homens assumiram o comando da cozinha, sendo designados como “chefs”, palavra do gênero masculino (COLLAÇO, 2009). Atribui-se às

mulheres um papel secundário nesse espaço, mais um contrassenso característico das relações patriarcais do modelo capitalista que subjuga a mulher a lugares inferiores em uma hierarquia social.

Muitas vezes, as dificuldades e ambiguidades expressas pelas mulheres ao se discutir o salário para o trabalho doméstico provêm do fato de reduzirem os salários para o trabalho doméstico a uma coisa, a uma quantia de dinheiro, em vez de tratá-lo a partir de uma perspectiva política. A diferença entre esses dois pontos de vista é enorme. Entender o salário doméstico como uma coisa, e não como uma perspectiva, é separar o resultado final de nossa luta da luta propriamente dita e não compreender a importância disso para desmistificar e subverter o papel ao qual as mulheres têm sido confinadas na sociedade capitalista (FEDERICI, 2019, p. 40).

Quando as mulheres tentam acessar “mercados”, encontram sempre barreiras, seja nas cozinhas de restaurantes, seja comercializando os alimentos de forma mais independente, por exemplo. Fica claro, baseando-se nas afirmações de Ferreira e Wayne (2018), que a invisibilidade do saber culinário como trabalho vai além do ambiente doméstico. Ela é preservada quando busca utilizar esse conhecimento como forma de se obter renda através da venda de alimentos feitos nas próprias cozinhas. Além de encontrarem toda essa estrutura reprimindo sua introdução no mercado de trabalho, as mulheres também encontram barreiras estabelecidas pelo Estado ao tentarem comercializar seus produtos de forma autônoma. A atividade de produção e comercialização de alimentos artesanais esbarra em leis sanitárias e sofre com a ausência de políticas públicas específicas que lhes garantam o sustento por meio dessa atividade. Ao mesmo tempo em que leis sanitárias são necessárias para garantir condições adequadas higienização, engessam a prática saudável e produtiva dos alimentos vivos. E é aqui que encontra-se seu significativo poder de resistência.

Toda essa contextualização nos envia à realidade das mulheres do campo, pois segue a mesma lógica, e se intensifica. Apesar do papel fundamental da mulher na agricultura e na alimentação da família, de acordo com Esteve (2017), ela é invisível no modelo agrícola do país e são as mais atingidas pela fome, em razão de não ter acesso à terra (em alguns casos), máquinas, crédito agrícola, formação e tomada de decisões, o que é enfatizado na afirmação a seguir:

Vemos como o modelo agroalimentar não é determinado apenas pela lógica de um sistema capitalista, que antepõe interesses particulares às necessidades coletivas, mas também pela lógica de um sistema patriarcal que invisibiliza, desvaloriza e subordina o trabalho das mulheres (ESTEVE, 2017, p. 80).

Falar das mulheres do campo é falar de um histórico de lutas e resistências. Uma história que tem enfrentado uma trama de retrocessos com o crescente aumento da violência nesse espaço (PASTORAL DA TERRA, 2018), motivada, sobretudo, pela disputa por terras e incentivo ao agronegócio, característica da agenda política do atual governo federal. Por esse motivo, é necessário exaltar todo esforço que essas mulheres fazem no sentido de resistir na terra e reafirmarem suas identidades.

Diante desse contexto e da responsabilidade de traçar uma discussão sobre o tema “terra, mulher, alimentação e direitos”, é essencial lembrar a experiência das mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, quando conquistaram o direito à terra que ocupavam, propuseram que as casas fossem construídas em um só complexo para que elas continuassem compartilhando o trabalho doméstico, lavando e cozinhando juntas, revezando com os homens, do mesmo modo como haviam feito durante toda a ocupação. Desta forma, estariam prontas para correr e dar apoio umas às outras em caso de violência doméstica (FEDERICI, 2019).

Defender que as mulheres devem assumir a liderança na coletivização do trabalho reprodutivo e da moradia não é naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina; é recusar-se a apagar as experiências coletivas, o conhecimento e as lutas que as mulheres acumularam no que se refere ao trabalho reprodutivo, cuja história tem sido uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo (FEDERICI, 2019, p. 323).

Por essa perspectiva discute-se, aqui, a relação das mulheres assentadas com a produção e comercialização de alimentos, focando nos entraves encontrados nessa atividade, por entender que o peso de cada um deles é maior quando o trabalho é desenvolvido por mulheres. Para Esteve (2017), a comercialização, atividade que faz parte da esfera pública, é tradicionalmente realizada pelo homem, ligando e estreitando sua relação com o produto, mesmo sendo a mulher a detentora do saber e da técnica de todo o processo. Mais uma vez subjuga-se o trabalho e a habilidade da mulher. Essa característica da produção e comercialização é o que mantém os papéis do que é masculino e feminino na nossa sociedade.

É importante destacar que essa batalha pelo reconhecimento do trabalho e rompimento da invisibilidade dessas mulheres não muda sua relação com o trabalho reprodutivo não remunerado. A incorporação na esfera do trabalho remunerado acarreta carga extra de tarefas, já que continuarão a desenvolver as mesmas atividades dentro dos núcleos familiares

(ESTEVE, 2017). Um relatório produzido pela OXFAM Brasil¹⁶, publicado em janeiro de 2020, mostra em números os valores desse trabalho não remunerado exercido pelas mulheres. Apontam que o valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por mulheres a partir da faixa etária de 15 anos é de US\$ 10,8 trilhões ao ano, três vezes maior do que o estimado para todo o setor de tecnologia do mundo. Avalia-se que o trabalho gratuito de mulheres e meninas ao redor do mundo chegue a 12,5 bilhões de horas todos os dias.

Carvalho e Myrrha (2019) também estimam esse custo extra do trabalho das mulheres multiplicando o valor da hora trabalhada de uma empregada doméstica formal pelo tempo de trabalho excedente. Esse tempo excedente corresponde à diferença entre o tempo do trabalho remunerado mais o tempo com afazeres domésticos das mulheres em relação ao dos homens. O cálculo permitiu saber o valor médio do custo de 1 hora trabalhada em serviço doméstico realizado por domésticas para cada faixa etária decenal, no Brasil, em 2014. O resultado obtido foi que para a faixa de 10 a 19 anos, o salário médio da hora dedicada a serviços domésticos custava R\$ 4,49. Com relação às mulheres de 20 a 29 anos, esse valor hora era de R\$ 4,94; para as de 30 a 39 anos, esse valor chegava à R\$ 5,04 e para as mulheres acima de 60 anos a hora chegou a R\$ 6,46. Por meio dessa análise foi possível verificar qual seria o benefício previdenciário que as mulheres teriam direito se esse trabalho excedente fosse considerado como uma contribuição para o Estado. Portanto, o valor atual dessa estatística para o montante do trabalho excedente de uma mulher de 20 anos até os seus 60 anos para a sociedade brasileira é de R\$ 24.226,48 (CARVALHO; MYRRHA, 2019).

É importante ressaltar que quando uma mulher ocupa-se de um trabalho remunerado fora do ambiente doméstico, quem assume a tarefa de cuidados em seu lugar é outra mulher, geralmente negra e pobre, que continuará sendo responsável pelas tarefas domésticas de sua própria casa quando retornar. Isso manterá a trama da não remuneração ativa, pois o sistema capitalista se alimenta dessa desigualdade social e do papel da mulher dentro dos núcleos familiares.

Diante dessa contextualização, a cozinha, elemento do ambiente doméstico, deve ser reforçada como o coração de uma casa, um veículo de comunicação que permitirá

¹⁶ Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, brasileira criada em 2014, que tem como princípio a construção de um Brasil mais justo, sustentável e solidário, eliminando as causas da pobreza, as injustiças sociais e as desigualdades. A Oxfam Brasil faz parte de uma rede global, a Oxfam, que tem 20 membros que atuam em cerca de 90 países no total, por meio de campanhas, programas e ajuda humanitária.

compreender as estruturas da sociedade, e assumir o seu comando é ter poder de alterar essas estruturas (FERREIRA; WAYNE, 2018).

3.2 Sabedorias e Conhecimentos: A luta pela inter-relação dos saberes

"Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias". (Eduardo Galeano)

É preciso distinguir conceitualmente conhecimento e sabedoria para se compreender a amplitude do conceito de sabedorias tradicionais. São dois modelos ideais e dominantes de conhecer a realidade. Formas de crer, reconhecer e significar o mundo por meio de práticas individuais e sociais. No entanto, o conhecimento baseia-se em teorias, que produzem hipóteses alicerçadas em um raciocínio objetivo, aceitando-se sua universalidade. A sabedoria, por sua vez, é menos apegada à teorias, pois baseia-se em conhecimentos empíricos, em suas próprias experiências e em crenças compartilhadas socialmente, mantidas através de testemunho. Adquire-se conhecimento por meio de capacitação, ao contrário da sabedoria que é adquirida através das vivências cotidianas e da forma de ver e viver as coisas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

A chave da permanência da espécie humana no planeta está contida, essencialmente, na capacidade de desvendar e categorizar a diversidade dos elementos e processos do mundo natural. A memória individual e coletiva da nossa espécie transmite essa capacidade de compreensão do meio, possibilitando a configuração das primeiras comunidades humanas no entorno desse arcabouço. Com a ascensão do modelo industrial, a racionalidade humana é posta sob uma perspectiva imediatista, orientada por conceitos como progresso, desenvolvimento e modernização. Essa ótica consumista e tecnocrática relega o conhecimento pré-industrial ao campo do arcaico, dado como primitivo e inútil. Esse distanciamento entre a nossa consciência de espécie, acumulada ao longo da trajetória humana, e o conhecimento moderno carrega em si a destruição crônica da capacidade de recordar. O fim da memória aprisiona a era moderna no tempo presente, limitando nossa consciência das dimensões históricas, sociais e espaciais da realidade do planeta (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Pensando por essa perspectiva, a Ecologia de Saberes seria, então, uma possibilidade de reversão da condição de hierarquização de conhecimentos, uma vez que leva em consideração a forma como grupos sociais amplos representam o seu mundo, isto é, o mundo a que pertencem, portanto, sobre o qual eles têm possibilidades de mudança. O conceito de Ecologia dos Saberes resultou exatamente da necessidade de articular diferentes conhecimentos, científicos e populares, com o objetivo de fortalecer as ações coletivas, já que nelas há perspectivas e conhecimentos diferentes sobre os temas que as congregam. Esse conceito se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento e que os saberes são todos incompletos (SANTOS, 2007).

Para Santos (2014), um saber é melhor do que outro para certos objetivos. Isso quer dizer que, para diferentes objetivos, é preciso diferentes conhecimentos. Os conhecimentos não estão em pé de igualdade, nem são todos válidos igualmente. Pelo contrário. A Ecologia dos Saberes obriga a definir os objetivos para aquilo que queremos. Portanto, faz parte de um aparato epistemológico, isto é, de construção e validação de conhecimento, onde o aspecto cognitivo não se separa do aspecto político.

Nas epistemologias dominantes do norte, de um lado estão os conhecimentos e os projetos científicos e, do outro lado, está a política. Já para a Ecologia de Saberes, é preciso unir esses dois campos, que são distintos, mas só vivem articuladamente quando se vislumbra a possibilidade de um mundo melhor. Portanto, os conhecimentos que entram na Ecologia de Saberes são aqueles que podem ajudar nesses objetivos. Mas é claro que, em uma sociedade saturada pela monocultura do conhecimento científico, não se pode esperar grandes resultados já nos primeiros exercícios, e que todos os conhecimentos estejam em pé de igualdade (SANTOS, 2014).

Ecologia de Saberes é a ideia de possibilidade de uma convivência que tem que ser construída entre diferentes saberes incompletos e que tem diferentes perspectivas. Cada um deles tem seus preconceitos, suas limitações, diferentes linguagens, e é preciso criar diálogos que permitam que essa ecologia emergja. Ecologia de Saberes é, portanto, todo o processo de construção e validação do conhecimento a partir das experiências daqueles que têm sofrido sistematicamente as injustiças, opressões, discriminações do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (SANTOS, 2014).

Os saberes tradicionais e a lógica sanitária são confrontados pelos ideais da Ecologia de Saberes, separando-os em um abismo. A lógica sanitária, com a imposto superioridade hegemônica, disputa espaço com os saberes tradicionais na realidade concreta das mulheres. Para se enxergar essa região de conflito, é necessário ater-se à origem das sabedorias culinárias dessas mulheres. Historicamente responsáveis pela manutenção do espaço doméstico, alimentação do lar e pela arte culinária, as mulheres carregam o poder de transformar os alimentos, de temperar e destemperar. São saberes que fazem parte de um complexo de valores, recordações, reconhecimentos e pertencimento e que, portanto, são experiências adquiridas nas vivências diárias (FERREIRA; WAYNE, 2018).

Atribuir a sabedoria culinária das mulheres a essa lógica sanitária baseada apenas nos conhecimentos científicos é apagar a história de vida de cada uma delas no espaço da cozinha, subjugando o saber. Quando elas se propõem a comercializar os alimentos produzidos nas suas cozinhas, querem, sobretudo, levar esse complexo de valores a outras pessoas, querem se comunicar com o mundo por meio da cozinha. Não reconhecer essa transmissão de saberes, por meio de imposições e policiamentos descontextualizados, é sobrepor o conhecimento à sabedoria, hierarquizando a relação entre os saberes - o popular e o científico - e estabelecendo uma relação de poder entre eles.

3.3 Os alimentos estéreis e a Soberania Alimentar

A lógica das normas sanitárias está diretamente relacionada com o conceito de "segurança sanitária dos alimentos", cuja idealização se deu para a exportação das grandes empresas, principalmente as da carne (SOF, 2016). Tais normas distanciam-se da realidade da agricultura familiar por impor exigências com custos excessivos, o que coloca em risco suas conquistas por não se enquadrarem nos padrões sanitários. Como bom exemplo do efeito negativo das normas sobre alimentos artesanais produzidos com sabedorias tradicionais estão os queijos artesanais de leite cru, típicos de algumas regiões do estado de Minas Gerais. Em sua tese sobre os problemas na comercialização desse tipo de queijo, Cintrão (2016) chama a atenção para o modo de vida das populações que os produzem e que esses produtos fazem parte de suas rendas. Além disso, são também produtos identitários nas regiões de produção. Observa, ainda, que há controles sanitários globais e de marcos regulatórios discriminatórios e

pouco sensatos nessa lógica, pois os procedimentos de esterilização excessivamente vigilantes levam a uma dieta de alimentos esterilizados que pode ter consequências negativas até para nosso sistema imunológico, além de restringir a liberdade de escolha dos cidadãos de optar por estes alimentos.

A esterilização tem o objetivo de aumentar o tempo de vida dos alimentos nas prateleiras e facilitar a vida cotidiana, sendo um apelo estratégico que só favorece a indústria alimentícia. O consumo de alimentos criolos, ancestrais, vivos, distanciou-se da realidade das civilizações com a padronização alimentar. Produtos artificiais, produzidos e embalados industrialmente substituíram esses alimentos e tomaram conta dos hábitos alimentares em âmbito mundial, provocando, inclusive, uma enorme perda da biodiversidade.

Por conta desse distanciamento dos seres humanos com as tradições, muitos rituais e práticas alimentares têm desaparecido. O processo de fermentação de alimentos e bebidas, que os humanos realizam desde antes do apontar da história (KATZ, 2014), é um exemplo que se destaca quando o assunto são normas sanitárias. Em consequência da industrialização, esse processo foi abandonado nos lares e nas comunidades. A fermentação é uma sabedoria tradicional, uma técnica desenvolvida por meio da observação de fenômenos naturais e da manipulação de condições por tentativa e erro, tendo sido praticada por diversas culturas ao longo de milênios. É a transformação de alimentos pelas enzimas produzidas por várias bactérias e fungos. São elas que produzem as bebidas alcoólicas, conservam alimentos e os tornam mais digeríveis, menos tóxicos e mais saborosos. A fermentação é um fenômeno natural mais amplo do que as práticas culinárias, sendo realizada até pelas células. Todos os seres vivos coevoluíram com ela, inclusive os seres humanos. Por esse motivo, o corpo humano abriga uma complexa microbiota nativa, sendo que a maioria é encontrada no intestino, que tem a função de metabolizar nutrientes e produzir algumas vitaminas essenciais ao organismo. Além disso, as bactérias intestinais agem como defesa contra patógenos invasores e são capazes de alterar genes relacionados às reações imunológicas. Porém, as mudanças no métodos de produção e preparação de alimentos, além do consumo excessivo de alimentos hiperesterilizados, processados e calóricos, influenciaram a microbiota intestinal e têm sido relacionadas às diversas patologias contemporâneas (KATZ, 2014).

Hoje, de acordo com o autor, a fermentação é considerada um método obscuro e corre o risco de se perder. Grande parte da literatura produzida no século 20 sobre fermentação,

influenciada pela industrialização, dissemina a ideia do afastamento da produção artesanal comunitária, de pequena escala, para se aproximar das fábricas. Em nome da higiene e segurança alimentar, propõem substituir as tradicionais culturas de fermentos e rituais transmitidos entre gerações por culturas criadas em laboratório. Diante dessa questão, os padrões e normas sanitárias atuantes hoje têm enorme contribuição nessa rejeição, uma vez que são responsáveis por incriminar a presença de fungos e bactérias, disseminando a falsa ideia de que todos representam riscos para a saúde, quando, na verdade, como mostrado por Katz (2014), não são.

É importante, no entanto, salientar que o que se discute aqui não é a negação de condições básicas de higiene na produção dos alimentos para o consumo humano, mas o condicionamento irracional a que a sociedade é levada no que diz respeito aos padrões e referências alimentares. Toda essa influência do modo de vida industrial na alimentação afeta de maneira arbitrária a soberania alimentar dos povos de todo o mundo. O direito humano à alimentação e soberania alimentar está previsto no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e no artigo 6º da Constituição Federal, no entanto, não garante a realização desse direito na prática.

No campo conceitual, soberania é entendida como uma autoridade superior que não sofre influência e limitações de nenhum outro poder. No contexto dessa investigação, esse conceito assenta-se no entendimento do fenômeno estatal, que utiliza o avanço das organizações produtivas do capital sobre o campo para controlar o alimento e manter-se imperialista ao deixar de produzir o alimento necessário para exportar *commodities*. Surgem, assim, as organizações camponesas contrapondo-se a esse modelo, que ressignificam o conceito de soberania, principalmente, com a inserção das mulheres na Via Campesina. Isso porque as pautas de discussão são pensadas de acordo com a realidade em que estão inseridas, já que é cobrado da mulher o papel social de prover a família por meio da alimentação adequada e dos cuidados. Essa posição das mulheres do campo as levam a questionar e a se organizar no intuito de impulsionar uma transformação social, passando a chamar a atenção para a questão da soberania alimentar (SANTOS; SANTOS, 2015).

O conceito de soberania alimentar, proposto pela Via Campesina, em 1996, causou impacto, pois foi lançado em momento de acirramento das lutas de classe, impulsionado pelas crises econômicas e pelo triunfo do neoliberalismo. De acordo com Esteve (2014), um dos

principais objetivos era favorecer a agricultura local, camponesa, a pequena escala de comercialização, e acabar com a concorrência desleal aos pequenos produtores. Em seu documento, ele foi definido da seguinte maneira:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...] (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud Campos, C; CAMPOS, R., 2007, p.7).

Por essa definição, é possível perceber o paradoxo da questão. Há um enorme contrassenso com a realidade atual do Brasil e coloca-se em enfrentamento com as instituições governamentais. Em um momento de distopia e gigantescos retrocessos políticos e econômicos do país, falar em soberania dos povos parece absurda ilusão. Pautas importantes foram atacadas pelo atual governo ao reduzir políticas públicas e extinguir conselhos de representatividade, como é o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão voltado ao combate à fome no Brasil. O conceito de soberania alimentar coloca a questão das mulheres, alimentação e comercialização no centro da discussão, uma vez que são as mulheres que mais sofrem com a insegurança alimentar no país e vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens, em razão de toda sua invisibilidade na sociedade (RODRIGUES, 2015). Por isso, falar em soberania alimentar é falar em autonomia, valorização, identidade e atender às reivindicações dessas mulheres para garantir o acesso a direitos humanos básicos.

As mulheres organizadas ressignificam o conceito de soberania, reconstruindo-o por meio do viés econômico, político, energético, tecnológico, ambiental, do corpo etc. Portanto, a produção de uma soberania alimentar construída para os povos é a luta das camponesas e camponeses (AGUINAGA, 2010).

3.4 O papel das mulheres na conservação ambiental

“O lugar que almejamos é a terra onde os humanos ainda são tão perigosos quanto divinos, onde o que é derrubado cresce de

novos, e onde os ramos das árvores mais elas florescem por mais tempo.

A mulher oculta conhece esse lugar.

Ela conhece esse lugar.

Ela conhece.

E você também.”

(Clarissa Pinkola Estés, *A ciranda das mulheres sábias*)

A agricultura e a alimentação desempenham um papel fundamental na vida das mulheres. De acordo com dados da FAO, no hemisfério sul, entre 60% e 80% da produção de alimentos é realizada por elas, e 50% em todo o mundo (ESTEVEZ, 2017). Isso mostra a importância fundamental do papel da mulher na conservação ambiental e da biodiversidade de alimentos na região, o que garante a presença e manutenção da soberania alimentar da população. Compreende-se que "são as mulheres as principais fornecedoras de comida, encarregadas de trabalhar a terra, guardar sementes, processar os alimentos, coletar frutos, obter água e vender no mercado" (ESTEVEZ, 2017, p. 79). Realizam todo esse trabalho nos chamados quintais, que são espaços de experiências produtivas criadas socialmente pelas próprias mulheres e se caracterizam por influenciarem diretamente na alimentação da família, fazendo com que desfrutem dos mais variados alimentos, como frutas, legumes, verduras e plantas medicinais para o tratamento de doenças, etc. (LEAL, 2019).

Na maioria das propriedades, as mulheres são as responsáveis pela manutenção dos policultivos, o que garantirá a preservação da biodiversidade. Desta forma, elas encontram nos quintais um espaço no qual detêm autonomia para tomada de decisões, já que elas não têm o mesmo poder de participação em outros espaços da propriedade. Em seus quintais, as espécies cultivadas são escolhidas por elas, assim como a manutenção do local, com pequena ou nenhuma participação dos maridos. Essa composição de espécies permite a combinação de várias culturas entre elas as frutíferas, hortaliças, medicinais e arbóreas, que possuem funções específicas para a propriedade. Além disso, esses locais vêm produzindo colheitas sustentáveis por séculos, utilizando os recursos naturais, na maioria das vezes, de forma eficiente (GALDINO et al., 2017).

O cultivo biodiverso em quintais está presente na vida de todas as entrevistadas da pesquisa, que utilizam para o autoconsumo familiar e como matéria-prima na produção dos alimentos artesanais comerciáveis, como é o caso das frutas para a preparação de geleias, sucos e doces, e das raízes para a confecção dos pães. No entanto, embora elas façam uso dos

produtos obtidos nesses quintais na preparação dos alimentos, não reconhecem esse espaço como sendo de produção.

Certamente, o não reconhecimento da importância de seu papel frente à conservação da biodiversidade se dá pelo caráter de trabalho não remunerado do cultivo de quintais, já que não visa obtenção de renda com o produto *in natura*, como é na agricultura. Isso indica que essas práticas sob responsabilidade das mulheres são desqualificadas pelo modelo de economia convencional. É por isso que uma discussão através de um olhar feminista sobre a economia, comprometido com a biodiversidade, com os ecossistemas e com a produção para a vida, é necessária (LEAL, 2019).

Na perspectiva da economia feminista, as mulheres têm produzido a partir de suas práticas, colocando o cuidado da vida como um objetivo a ser perseguido. Isso significa ressaltar a importância da valorização do trabalho dessas mulheres não apenas em termos monetários, mas pelo sentido e contribuição desse trabalho que envolve a construção de relações, a promoção de saúde e cuidados e sobretudo a possibilidade da construção de um modelo de produção que viabiliza a conservação da biodiversidade.

O papel essencial da mulher na produção e conservação ambiental traz à tona a necessidade de repensar a resistência feminina a fim de acolher o ecofeminismo, isto é, incorporar às discussões feministas às questões ambientais. O movimento ecofeminista traz em sua concepção uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação da mulher. Do ponto de vista econômico, existe uma confluência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico se apropria das mulheres e da natureza por meio da utilização de recursos naturais sem custos, isto é, a serviço da acumulação de capital. Para tentar superar essa visão, o movimento é sustentado por uma visão teórica que propõe a transformação das relações de gênero que estejam articuladas com a mudança do paradigma produtivo. É uma visão que indica ações que sejam capazes tanto de incluir as mulheres rurais nas decisões importantes da sociedade e da família, como fazer avançar a luta ambiental (SILIPRANDI, 2000). A grande importância do ecofeminismo, segundo Shiva (2018), está em reconhecer que a natureza não só está viva, mas que também somos parte dela. Compreende que as mulheres têm um potencial diferente, não violento, de não dominação e morte, de cuidados e compartilhamentos.

O relatório produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), publicado em janeiro de 2020, mostra a relação entre o aumento da violência contra mulheres e meninas e a crise climática global. O documento aponta a estreita ligação entre a violência de gênero e a exploração de mulheres e meninas com a competição por recursos gerada pelos impactos do aquecimento global e a destruição do ambiente natural. Os pesquisadores encontraram, por exemplo, abuso sexual na indústria da pesca ilegal no sudeste asiático e na África oriental e austral. Os pescadores se recusavam a vender peixe para as mulheres se elas não praticassem sexo. Também foi constatado aumento dessa violência contra as defensoras e ativistas ambientais que tentam conter a destruição de suas terras, recursos naturais e comunidades, sendo a violência sexual usada para reprimi-las, minar seu status dentro da comunidade e desencorajar outras de se apresentarem. Na maior parte do mundo, as mulheres já estão em desvantagens e carecem de direitos à terra e direitos legais, ficando vulneráveis à exploração (HARVEY, 2020).

A teoria ecofeminista, portanto, pode trazer várias contribuições revolucionárias à medida que chama a atenção para aspectos que não costumam ser considerados nas políticas de desenvolvimento, tais como as implicações que determinadas atividades econômicas têm sobre as condições de vida e trabalho das mulheres. Ao dar importância para o que não é economicamente relevante, como a cultura local, a qualidade de vida, os valores, questiona visões de desenvolvimento baseadas unicamente em critérios como produção e produtividade (SILIPRANDI, 2000).

CAPÍTULO IV. Legislação alimentar e os órgãos reguladores

4.1 Vigilância Sanitária: Uma Revisão Histórica

Antes de se chegar à discussão sobre as normas que regulam especificamente a produção e comercialização dos alimentos artesanais, é preciso traçar um histórico das leis sanitárias no país que cabem à esfera da pesquisa. Para isso, o trabalho de Costa e Rozenfeld (2000), intitulado *Constituição da Vigilância Sanitária no Brasil*, e a tese de Cintrão (2016), serviram como base para essa revisão.

Costa e Rozenfeld (2000) traçam o histórico da Vigilância Sanitária no Brasil e relacionam o seu surgimento à chegada da família real ao Brasil, em 1808. Tal fato provocou mudanças relacionadas à inserção do país nas transformações mundiais do capitalismo e às necessidades de aumento de produção, defesa da terra e saúde da população. Com a intensificação do fluxo de mercadorias, passageiros e embarcações, motivada pelas rotas comerciais inglesas, aumentou a necessidade do controle sanitário para evitar doenças epidêmicas e se criar condições de aceitação dos produtos brasileiros no mercado internacional. Nessa época, as atividades sanitárias já tinham caráter fiscalizador, julgador e punitivo, e as autoridades detinham o poder de tributar e de arrecadar taxas. Estabeleceram também normas para o controle sanitário dos portos, instituíram a quarentena, controle de alimentos, inspeção de matadouros, açougues públicos e medicamentos. Ao final do período monárquico, no que se refere a investimento, a indústria de alimentos já ocupava o segundo lugar e a de produtos químicos e análogos, o terceiro.

Com o fim da escravidão, de acordo com Costa e Rozenfeld (2000), o fluxo de imigrantes europeus intensificou-se para atender às necessidades de força de trabalho que a economia em expansão exigia. Logo veio a expansão da produção cafeeira no comércio internacional, fazendo com que as cidades portuárias melhorassem para garantir as condições sanitárias capazes de possibilitar a exportação de mercadorias e a chegada de imigrantes para trabalhar nas lavouras.

No período republicano, constituíram-se os órgãos de Vigilância Sanitária nas unidades da Federação, intensificando a produção de normas e a fiscalização do espaço urbano. No entanto, por conta do crescimento da população nas cidades e dos graves problemas sanitários, as pressões internacionais sobre as importações aumentaram, o que se

tornou uma ameaça às classes dominantes e a acumulação do capital, pois comprometia o comércio portuário. Foi na época que previu-se pela primeira vez o Código Sanitário e em 1889 os estados passaram a dispor de Código próprio, antes da elaboração do Código Sanitário Federal de 1923.

O advento da Primeira Guerra Mundial alavancou a indústria brasileira de exportação devido ao declínio dos países envolvidos no conflito, fazendo com que empresas estrangeiras do ramo de alimentos e químico-farmacêutico se instalassem no país. Por esse motivo, em 1923 é estabelecido o Regulamento Sanitário Federal, que incluiu praticamente a totalidade da vida social na ordem sanitária, e se fixaram exigências normativas minuciosas, muitas vezes inaplicáveis (COSTA; ROZENFELD, 2000).

Após esse marco regulatório, muitas modificações por meio de decretos foram feitas ao longo dos anos com o intuito de atender às exigências do mercado e das transformações econômicas do país. Dentre os Decretos, muitos se dirigiam aos alimentos. Foi quando, em 1950, a Lei de nº 1.283 tornou obrigatória a prévia fiscalização de todos os produtos de origem animal, assim como o registro dos estabelecimentos industriais. Atribuiu-se esse controle ao Ministério da Agricultura, cabendo aos estados e municípios fiscalizar os produtos de circulação restrita aos seus territórios. Essa lei e a estrutura centralizada tinham o objetivo de atender às exigências dos países importadores, sobretudo dos Estados Unidos, e tornar a carne brasileira mais competitiva no mercado internacional. Em março de 1952, Getúlio Vargas assina o Decreto nº 30.691 aprovando o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), revogado em março de 2017. Em 1956, o regulamento sofreu alterações em 60 artigos, e na sequência, em 1962, foi realizada uma das mais substanciais alterações envolvendo 224 artigos e revogação de outros 12. Somam-se a essas, mais sete revisões parciais que alteraram artigos específicos visando atender demandas pontuais e ajustes na legislação para atender acordos de mercado, como no caso das negociações do Mercosul (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2017).

Ainda de acordo com Costa e Rozenfeld (2000), ao final do governo Kubitschek, em 1961, regulamentou-se o Código Nacional de Saúde (CNS) e atribui-se ao Ministério da Saúde a atuação na regulação de alimentos, estabelecimentos industriais e comerciais, pessoal, veículos, e na distribuição, na propaganda comercial e no controle de resíduos de

pesticidas. Desde então, o controle de alimentos industrializados se dividiu entre os Ministérios da Saúde e da Agricultura, gerando-se, muitas vezes, conflitos de competências ou indefinições. Nesse período, surgiu o Decreto nº 50.040/61, estabelecendo normas reguladoras do emprego de aditivos químicos em alimentos e criou-se a Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos. Nessa mesma década, o mundo sofreu o impacto de graves casos envolvendo consumo de alimentos e de medicamentos. O painel normativo na área de alimentos foi muito modificado com a instituição do Código Brasileiro de Alimentos (CBA) pelo Decreto-Lei nº 209/67, que continha as normas de defesa e proteção da saúde individual e coletiva, desde a produção até o consumo de alimentos. Dois anos depois, o Decreto-Lei nº 986/69 revogou o CBA, introduziu o conceito de padrão de identidade e qualidade e instituiu as normas básicas sobre alimentos, em vigor até hoje. Nenhum dos dois decretos menciona as competências do Ministério da Agricultura.

Já na década de 1970, Costa e Rozenfeld (2000) apontam que a Organização Mundial da Saúde (OMS) editou resoluções sobre condições higiênicas na cadeia de produção e na manipulação de alimentos e sobre os efeitos das técnicas modernas da industrialização de alimentos na saúde, inclusive de resíduos, aditivos e contaminantes. Essas resoluções influenciaram as medidas de regulamentação no país. Com o fim da ditadura militar em 1985, o primeiro governo civil incorporou técnicos do movimento pela reforma sanitária e pela primeira vez uma equipe de sanitaristas assumiu o órgão nacional de Vigilância Sanitária. Essa reforma compartilharia a sua ação com a dos profissionais das Secretarias Estaduais de Saúde e tinha o objetivo de romper com o modelo autoritário e centralizador da Vigilância, construindo um novo modo de operar o setor. Em 1987, a equipe da Vigilância Sanitária é afastada em meio a conflitos entre a nova visão e as orientações anteriores. Dentre os casos que geraram tais conflitos estão a contaminação de sucos e gelatinas com excesso de conservantes; as manobras da indústria para impedir o controle dos medicamentos psicotrópicos e entorpecentes; a controvérsia sobre a liberação do uso de adoçantes artificiais em refrigerantes e as precárias condições de fabricação de bolsas de sangue.

Passados dois anos, mais mudanças ocorrem no âmbito das fiscalizações. Em 1989, a Lei Federal nº 7.889 determinou que a competência para a realização da inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal ficaria a cargo da União através do MAPA, das Secretarias de Agricultura dos Estados e Distrito Federal e das Secretarias ou

Departamentos de Agricultura dos municípios. Quatro anos depois, a edição da Portaria 1.428/93 aprovou o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos, as Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na área de Alimentos, e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade para Serviços e Produtos na área de Alimentos (COSTA; ROZENFELD, 2000).

No final da década de 90, é criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio da Lei nº 9.782, para substituir a Secretaria de Vigilância Sanitária, e teve a seguinte finalidade institucional:

Promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e fronteiras (Lei nº 9.782, Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Muitas foram as leis e decretos criados e modificados até momento. Dentro do escopo da pesquisa, a Lei 7.889/89, merece destaque, pois criou o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) dos estabelecimentos cujos produtos de origem animal são comercializados dentro do território municipal. O SIM visa promover a saúde pública e a segurança dos alimentos, por isso inclui em suas atribuições o abate de animais e seus derivados; o pescado e seus derivados; o leite e seus derivados; ovos e seus derivados; mel e cera de abelhas e seus derivados. A fiscalização ocorre na propriedade rural e é feita pelas Secretarias Municipais de Agricultura. Já a inspeção dos estabelecimentos de comércio atacadista e varejista compete aos órgãos de saúde pública por meio da Vigilância Sanitária (CNM, 2015).

No intuito de resolver o problema de funções entre os órgãos de inspeção e da demanda da Agricultura Familiar em não conseguir colocar seus produtos no mercado, criou-se, em 2005, um grupo de trabalho interministerial com participação do MAPA, Anvisa, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Atual Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF) e da Casa Civil. Esse grupo tinha o objetivo de analisar a legislação federal e apontar diretrizes e soluções, pois havia sido constatado que ela era inadequada para a pequena escala de processamento, com exigências desproporcionais em infra-estrutura, fugindo do enfoque sanitário. Como resultado, regulamentou-se, pelo Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), cuja

finalidade era criar uma equivalência entre os selos federais, estaduais e municipais (CHIFFOLEAU; DIAS, 2017).

Embora tenham surgido esforços no sentido de melhorar todo esse sistema, para Chiffolleau e Dias (2017) esse histórico não deixa dúvidas de que a legislação sanitária e a formação dos técnicos especializados nas diferentes áreas é toda voltada para a produção industrial em grande escala e para o mercado exportador. Observa-se, assim, uma tensão na relação entre as normas sanitárias brasileiras e a fabricação de alimentos artesanais, tanto de origem animal quanto vegetal, transformando o alimento em mercadoria. Esse modelo hegemônico de produzir, distribuir e consumir, regulado por normas e restrições, limita a circulação de alimentos, restringe o paladar e padroniza o gosto em função de interesses econômicos.

4.2 O artesanal e a Lei de inspeção de produtos artesanais

O dicionário Aurélio define a palavra artesanal como algo “feito manualmente, sem aparato industrial ou mecânico, sem grandes sofisticções”. A maneira artesanal de se produzir, então, significa que o processo de produção envolve o universo da arte e das tradições, não meramente uma reprodução de técnicas. Cada produtor dá um toque especial ao seu produto, o que faz cada produto único. Esse será o diferencial e o fundamento da produção artesanal, contrapondo-se à industrial, em que o fundamento está justamente na padronização do produto, feita por meio de procedimentos técnicos e operações sob rígido controle, como garantia de que não apresentará variação no que classificam como “qualidade” (SILVEIRA; HEINZ, 2005). Logo, alimento artesanal pode ser entendido como aquele que é produzido com técnicas caseiras como em batedeira, liquidificador de uso doméstico, forno a lenha, processos manuais próprios para cada receita, ingredientes naturais, etc., sem o emprego de máquinas industriais e ultraprocessamento da matéria-prima. No entanto, para Magioli (2018), cabe salientar que não se pode esperar que haja uma generalização dos chamados produtos artesanais de forma a permitir que qualquer um deles possa assim ser denominado pelo simples fato de prover de produção familiar, sem as características de tradição e regionalização próprias.

Antes da atual “gourmetização” dos alimentos artesanais, o artesanal era associado ao atraso e deveria desaparecer com o avanço do desenvolvimento representado pela indústria. O

sistema alimentar dominante, envolve a produção em grande escala, transportada a grandes distâncias e distribuída em grandes supermercados, com longos períodos de prateleira. Para prevenir perdas, o conhecimento científico e tecnológico foi majoritariamente voltado para viabilizar esse modelo, no qual a luta contra os micro-organismos assume importância, significando que a “vida” é um problema e os produtos químicos sintéticos (agrotóxicos, antibióticos, sanitizantes, conservantes, plásticos) são vistos como uma “defesa”, passando a combater tudo o que é vivo. Neste sentido, os produtos artesanais são vistos como de maior risco, porque parecem ser menos esterilizados (CINTRÃO, 2017).

Por conta dessa visão, ao longo do tempo, o modelo de regulação das relações produção-consumo no Brasil, por meio da Vigilância Sanitária, tem exercido poder de polícia, pois sua principal ação é a de fiscalizar e punir. Respeitando os princípios da Constituição Federal Brasileira de 1988, produziu-se intensa atividade regulatória, pois, ao afirmar ser a saúde um direito de todos, ressalta as atribuições da Vigilância Sanitária como obrigação do Estado (COSTA; ROZENFELD, 2000). Isso quer dizer que:

O poder de polícia é inerente ao Estado, é um poder-dever que se concretiza na elaboração de normas jurídicas e técnicas e na fiscalização de seu cumprimento, assim limitando as liberdades individuais, e as condicionando aos interesses coletivos assegurados pelo Poder Judiciário” (COSTA e ROZENFELD, 2000, p. 17).

Para além do cientificismo e jurisdição, ao se pensar no conceito de artesanal, nota-se forte contradição entre ele e as exigências sanitárias previstas na lei. Toda essa definição é retorcida para que caiba na lógica sanitária, mesmo que em suas linhas estejam presentes o discurso do artesanal, tradições e modos de vida, como é o caso da Portaria CVS nº 5/2005 que dispõe sobre a elaboração e comercialização de alimentos artesanais de origem vegetal no estado de São Paulo e que orienta as ações da Vigilância Sanitária do município de Araraquara. Em seu Artigo 2º, define como alimento artesanal "Aquele produzido com características tradicionais, culturais ou regionais, e em conformidade com as exigências específicas de identidade e qualidade estabelecidas pelas legislações de alimentos e aditivos”, embora a legislação de alimentos nacional, disponível na Biblioteca de Alimentos da ANVISA, não traga uma definição do que seja alimento artesanal. A Portaria entende como características tradicionais e culturais “os processos de elaboração de produtos alimentícios que se transmitem de geração em geração, conforme a tradição cultural”. Já as características

regionais são descritas como “os processos de elaboração de produtos alimentícios que se utilizam de matérias-primas de produção da região”.

Em julho de 2019, esteve aberta uma consulta pública com o objetivo de revisar o texto dessa Portaria, sugerindo algumas alterações. Entre elas está a definição de alimento artesanal de origem vegetal, e que propõe a seguinte interpretação, de acordo com Andrade (2019):

Alimento de origem vegetal fabricado sob a forma artesanal é aquele produzido por MEI (Microempreendedor Individual), podendo apresentar, ou não, características tradicionais, culturais ou regionais, em conformidade com as exigências específicas de identidade, qualidade e segurança estabelecidas pela legislação sanitária vigente de alimentos e aditivos (ANDRADE, 2019, s/p.).

Essa sugestão de alteração reforça o caráter mercantilista em suas entrelinhas ao estabelecer que o produtor seja um microempreendedor, uma vez que essa adequação segue a lógica do modelo de mercado da comercialização convencional e não permite que se estabeleça uma nova lógica de se comercializar os produtos artesanais, pensando um comércio mais justo e igualitário. Além disso, evidencia a antinomia da lei, no que se refere ao conceito de artesanal, ao facultar a presença de características tradicionais, culturais e regionais no processo, ficando na iminência de seu esquecimento.

A abordagem sanitária de alimentos artesanais tradicionais tem como foco a preocupação com a adequação das unidades de processamento de matérias-primas de origem vegetal ou animal às normas sanitárias vigentes. Isso implica na elaboração de projetos de implantação de instalações e equipamentos que extrapolam a capacidade de investimento dos produtores e produtoras, forçando-os a permanecerem numa situação de informalidade (SILVEIRA; HEINZ, 2005). O Artigo 6º da Portaria cumpre esse papel ao estipular que a produção deve ser realizada em local distinto das dependências da residência. Isso quer dizer que o produtor deverá construir uma nova cozinha de acordo com as exigências determinadas pelas normas sanitárias.

Essas exigências podem dificultar o acesso das mulheres a essa atividade, afetando-as de maneira bastante impactante. Isso porque esse ofício, como já discutido anteriormente, é um símbolo de resistência, enfrentamento e propulsor de suas liberdades individuais. Por conta da bagagem de conhecimentos e sabedorias que as mulheres adquiriram na cozinha ao longo da história, é de extrema importância que as leis sejam revistas e reformuladas de

maneira que sejam reconhecidas as sabedorias tradicionais e as particularidades territoriais e individuais dessas mulheres, garantindo a inter-relação de saberes e impedindo que o conhecimento científico solape o não-científico.

Já do ponto de vista da comercialização, quando ela passa a acontecer fora dos limites do município, o problema da fiscalização é acentuado. A exigência de adequação às normas da legislação estadual acaba sendo um empecilho para os locais cuja fiscalização municipal já se submeteu a um controle de qualidade dentro de parâmetros mais flexíveis de legislações municipais. Isso quer dizer que, como já discutido anteriormente, essa flexibilização é motivada pelo fato de que a legislação sanitária vigente no Brasil foi criada para atender a grande escala de produção, supondo-se um elevado tempo entre produção e consumo, o que não condiz com a realidade concreta das unidades de produção artesanal de alimentos (SILVEIRA; ZIMERMANN, 2004).

Para Silveira e Heinz (2005), o problema está na inflexibilidade da legislação diante de uma pequena escala de produção e um consumo quase imediato dos alimentos, situação da produção artesanal. Ao associar qualidade à estrutura física, a legislação condena a produção artesanal à informalidade, pois seria necessário um investimento alto para sua regularização. Na produção dos alimentos artesanais de pequena escala, a qualidade dos alimentos está mais ligada à qualidade da matéria prima, à saúde e higiene das pessoas que manipulam os alimentos e à higiene das instalações.

Diante dessa realidade, a questão fundamental é definir critérios de qualidade a serem adotados em circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo, considerando que seu contexto é diverso. Trata-se de se definirem quais os parâmetros mínimos de qualidade que permitiriam a segurança do consumidor (SILVEIRA; ZIMERMANN, 2004).

No Brasil, a inspeção de produtos artesanais é orientada por leis, decretos e portarias que se inter-relacionam. Quando a inspeção é direcionada aos produtos de origem animal existe, além do SIM, a Lei do Selo Arte (13.680/2018), regulamentada em julho de 2019 pelo atual presidente do Brasil. Essa lei modifica um artigo da Lei 1.283/1950 que trata da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e permite a comercialização interestadual de produtos alimentícios produzidos de forma artesanal, com características e métodos tradicionais ou regionais próprios, empregadas boas práticas agropecuárias e de fabricação. De acordo com ela, os produtos alimentícios identificados com o Selo Arte devem

ser feitos com matérias-primas de origem animal produzidas na propriedade ou com origem conhecida. Já os procedimentos de fabricação, devem ser predominantemente manuais e não podem ter aditivos sintéticos como corantes e aromatizantes artificiais. A emissão do Selo e a fiscalização são feitas pelos estados e Distrito Federal, cabendo ao Ministério da Agricultura coordenar a implementação da política e realizar a gestão do sistema de concessão e controle da certificação.

Essa lei se assemelha, de acordo com Cintrão (2016), a um modelo de sucesso na Europa que valoriza os pequenos produtores, desburocratiza a inspeção sanitária de produtos artesanais e fomenta o comércio interestadual. Porém, pode ser que os profissionais do sistema de saúde tenham dificuldade em fiscalizar esses produtos, por ainda não haver critérios definidos para sua classificação.

No que tange à pesquisa, flexibilizar a comercialização, aparentemente, não garante o resgate dos modos de vida e tradições das mulheres produtoras, nem que todas terão as mesmas oportunidades propostas pela lei, já que, de acordo com esta, as exigências sanitárias e de adequação dos empreendimentos continuarão existindo. O que garantirá esse resgate é a valorização e a reprodução desse trabalho por meio de um envolvimento horizontal entre as mulheres e o poder público. Além disso, expandir os horizontes de comercialização vai na contramão do conceito de circuitos curtos, no que diz respeito ao distanciamento do produtor e consumidor. Ao permitir que o alimento percorra longas distâncias, automaticamente será necessária a inclusão de substâncias conservantes em seu preparo para que não pereça, o que acaba contrapondo-se ao conceito de artesanal.

Há uma contradição por definição. Pensar a expansão do comércio interestadual de alimentos artesanais é incorporar-se à mesma lógica capitalista da grande indústria e poderá continuar mantendo ou agravando a situação de vida dessas mulheres e comunidades. Uma nova lei ou readequação das já existentes tem que partir de uma lógica que reconheça tanto os modos de fazer tradicionais quanto as construções, equipamentos, formas diferentes de embalagem e de comercialização, além de repensar os parâmetros de qualidade microbiológica para os alimentos artesanais produzidos por essas comunidades.

Os desafios para a elaboração de leis sanitárias mais adequadas e inclusivas são enormes, pois o marco legal, o conhecimento técnico e científico, estão voltados para a produção industrial em grande escala. Para que se consiga derrubar essa barreira, é preciso se

apoiar na grande biodiversidade de alimentos e formas alternativas de processamentos e comercialização nas zonas rurais e nos pequenos municípios das diferentes regiões (CINTRÃO, 2016). Para isso, é imprescindível o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização.

Por meio da leitura e interpretação dos artigos das leis que regem a fiscalização de alimentos artesanais, percebe-se que, ao impor modelos próximos ao da industrialização ou semi-industrialização de alimentos, essas leis esvaziam o conceito de artesanal e desvalorizam o saber não científico. Há uma lógica por trás dessa regularização, ficando os órgãos competentes obrigados a seguirem a legislação estabelecida, mas que apresenta-se descontextualizada e generalista, sem aplicabilidade no âmbito das individualidades territoriais e culturais, fazendo com que seu uso sobre os produtos artesanais não faça sentido do ponto de vista cultural e da justiça social, mas, sim, do ponto de vista a quem serve.

Por conta dessa lógica, as mulheres produtoras de alimentos artesanais do município de Araraquara também acabam esbarrando nessas leis e exigências ao se proporem comercializar seus produtos. Na maioria das vezes, quando a atividade ganha espaço em feiras ou atinge maior número de consumidores, pode encontrar a presença da fiscalização da Vigilância Sanitária. Coloca-se aqui um embate entre o apreço dos consumidores pelos alimentos artesanais e a jurisdição estatal. Cruz e Menache (2014) afirmam que por um lado os alimentos tradicionais são reconhecidos por meio de projetos de valorização e manutenção de suas características, no entanto, por outro, acabam sofrendo pressão no que diz respeito à sua legalização. Esses alimentos são, em grande parte, produzidos sem autorização ou fiscalização do Estado, seguindo modos de fazer artesanais, pois há uma enorme dificuldade em cumprir as exigências legais, preservando, ao mesmo tempo, características que constituem a arte e o saber envolvidos neste tipo de produção.

É justamente esse o principal entrave que se coloca para várias mulheres produtoras de alimentos artesanais e tradicionais no Brasil. Embora sejam feitos em pequenas estruturas, com utensílios específicos e de modo artesanal, quando o objetivo passa a ser a inserção em mercados formais, torna-se necessário alterar estruturas e adaptar os modos de se fazer. Assim, os desafios para a formalização encontram-se em atender a exigências legais que potencialmente comprometem a singularidade e diversidade desses produtos (CRUZ; MENACHE, 2014).

CAPÍTULO V. Circuitos Curtos de Comercialização: Perspectiva de autonomia para as mulheres

5.1 Caracterização e importância dos circuitos curtos para as mulheres

A lógica da comercialização de alimentos segue os ditames do modelo capitalista de exportação, que tem como via de comercialização as chamadas “cadeias longas” ou “circuitos longos”. Nesse modelo, são vários os elos da cadeia até o produto chegar ao comprador final, fazendo com que seja agregado pouco valor aos agricultores que estão no primeiro elo da cadeia. Por outro lado, com base nos pressupostos da agroecologia, está a comercialização de “cadeias curtas”, “circuitos curtos” ou “redes curtas”, cuja venda é feita de forma direta entre produtores e consumidores (PASCHOALINO, 2019). A construção da ideia de circuitos curtos de comercialização está associada à estruturação de relações de confiança entre quem produz e quem compra, sistemas descentralizados de comercialização, e à perspectiva de serem valorizadas estratégias de fortalecimento da agricultura familiar em territórios de predominância de economias capitalistas extremamente concentradas, como é o caso de Araraquara, que sofre forte pressão do agronegócio (UNIARA, UNB, UBA, 2016).

Os circuitos curtos de comercialização, segundo Paschoalino (2019), potencializam nova relação entre produtores e consumidores, fundamentada em valores e significados como confiança, proximidade e uma nova compreensão sobre o conceito de qualidade. Por meio da comercialização em circuitos curtos, os alimentos são ressocializados e re-especializados, uma vez que são definidos pela localidade e pelo cultivo ou produção. Essa ideia é validada por Marsden, Banks e Bristow (2000), que afirmam ser a característica-chave dos circuitos curtos de produção justamente essa capacidade de aproximar os consumidores e os produtores, e que eles têm ganhado maior atenção com a preocupação crescente com a qualidade dos alimentos consumidos e com a associação cada vez maior do “local” e do “natural” com o alimento saudável. Darolt (2013) também reitera a importância dos mercados locais e da comercialização em circuitos curtos associados à agroecologia como chave para reconectar produtores e consumidores e impulsionar o desenvolvimento local. Já Marsden (2003) vai além. Afirma que a caracterização de cadeia curta não necessariamente está relacionada ao tempo e à distância percorrida, mas ao fato de o produto chegar ao consumidor com informações, dando-lhe condições mínimas de saber dados sobre o lugar e o espaço onde

foram produzidos, os valores, pessoas envolvidas e os métodos empregados na produção. Isso significa que o produto chegará ao consumidor carregado de valor sobre seu processo de produção, diferentemente da relação distante que consumidores têm com produtos adquiridos em grandes redes de supermercados.

A efetivação desse modelo de comercialização tem como objetivo principal ampliar a autonomia dos produtores, aumentar o valor agregado dos produtos e fomentar a promoção de produtos com qualidade (PASCHOALINO, 2019). A construção dessa autonomia dos agricultores não representa apenas resistência, mas uma estratégia para recuperar e revalorizar os processos artesanais de um “saber fazer” vinculado a um processo histórico. Neste sentido, as questões pertinentes à comercialização abrangem uma escala temporal, relacionadas à variedade e quantidade de produtos/serviços ofertados - alimentos in natura, alimentos processados, artesanato; destino das vendas, englobando sobretudo a venda direta (feiras livres, delivery, compra direta em hortas urbanas, programas institucionais) e indiretas (atravessadores, varejões e mercados, contratos como fornecedores de matéria-prima e etc.); atividades de processamento mínimo dos alimentos; os agentes envolvidos (instituições, empresas, redes de consumidores e etc.), o preço pago por mercadoria/serviço; e o percentual da renda familiar relacionada à comercialização em relação a suas outras fontes de renda (UNIARA, UNB, UBA, 2016).

O mercado para a agricultura familiar se diversificou nos últimos anos, resultado dessa relação de confiança com os consumidores, já que passaram a conhecer todas as fases da cadeia produtiva, desde a colheita até a comercialização. Nesse sentido, os quintais se tornam espaços importantes para as mulheres, pois, por meio deles, acabam se conectando a esses mercados, através da forma como comercializam seus produtos, que pode ser realizada diretamente na própria propriedade, em trocas com vizinhos, pequenas feiras, de porta em porta ou outros espaços disponibilizados. Essas práticas permitem aumentar as interações e as redes que ligam seus produtos ao circuito curto de comercialização (GALDINO et al., 2017). A importância dos circuitos curtos para as mulheres assenta-se justamente nessa característica de venda dentro de um limite territorial. Isto na prática representa um ganho de tempo com relação ao acúmulo de atividades desenvolvidas por elas, que passa pelas tarefas domésticas, cultivo dos quintais, produção e venda dos alimentos.

Essa forma de comercialização, essencialmente de alimentos artesanais, impulsiona a reflexão sobre a urgente necessidade de valorização dos espaços historicamente femininos como forma de inclusão da mulher na economia familiar e consequente viabilidade de implantação de sistemas agroecológicos, o que poderá exercer um papel muito importante para a economia local, assim como para o desenvolvimento das autonomias dessas mulheres e para a valorização da agrobiodiversidade da região.

Os circuitos curtos de comercialização, em que inserem-se os produtos das mulheres agricultoras, são uma outra forma de comercialização encontrada para gerar renda dos excedentes da produção dos quintais, assim como um canal especial de venda de seus alimentos artesanais (pães, doces, geleias, roscas, etc.), pelo fato de não poderem ficar estocados e nem viajar longas distâncias. Essa relação social construída não se trata apenas de um ganho em quantidade em suas rendas, mas também em qualidade de produtos para os consumidores, já que são produzidos de forma agroecológica e caseira. Esse processo cria novos valores, promove o resgate da autonomia e a revalorização das agricultoras, não só nas residências, mas na comunidade em geral. No entanto, é importante ressaltar que elas ainda enfrentam alguns desafios relacionados, principalmente, à questão do transporte para o auxílio do escoamento da produção, às políticas públicas voltadas para esse tema e à fiscalização da produção e dos produtos. Além da resolução dessas questões, é iminente levar uma educação informativa para os consumidores, que poderá impulsionar a valorização dos produtos manufaturados pelas mulheres rurais, tendo em vista a complexidade de produção que possuem (GALDINO et al., 2017).

5.2 Agronegócio, supermercados e os pequenos produtores

Com a ascensão do regime capitalista e a intensificação do trabalho alienado, o alimento, antes resultado do meio de vida e subsistência do trabalhador, emerge como mercadoria, agregando valor de troca e distanciando o produtor do produto (MARX; ENGELS, 2008). À indústria agrícola, foi atribuída a proveniência da grande quantidade de alimentos, ressignificando os aspectos simbólicos da alimentação (AZEVEDO, 2004). Assim, os pequenos proprietários agrícolas, menos equipados e com produção voltada ao comércio local, perdem espaço para essas grandes indústrias. Conseqüentemente, esses processos afetam a diversidade alimentar e o direito de cada pessoa sobre a escolha do que consumir (BRAGA, 2004) e também de como e onde comercializar.

Na década de 90, com o crescimento do modelo de economia neoliberal em todo o mundo, as principais empresas do ramo alimentício tornaram-se grandes transnacionais e um dos atores mais importantes no processo de globalização capitalista. Esse surgimento e desenvolvimento foi responsável pela mudança radical em nossa maneira de comer, subordinando nossas necessidades a uma lógica comercial e a interesses econômicos das grandes corporações do setor. Come-se o que é rentável e não o que é realmente saudável. Além disso, são essas empresas que determinam o preço a ser pago ao agricultor pelos produtos e qual o valor a ser cobrado no supermercado (ESTEVE, 2017). O resultado dessa mudança nos padrões alimentares também fez com que as pessoas se distanciassem de hábitos mais caseiros do cotidiano, principalmente nos grandes centros. O ritmo acelerado do cotidiano das populações, resultado do novo mundo globalizado que surgia, fez com que as refeições fossem trocadas por comida rápida congelada ou pedida em aplicativos de celulares, compras em armazéns e quitandas foram substituídas por grandes redes de supermercados onde é possível se comprar de tudo.

Para Esteve (2017), fica claro perceber quem lucra com essa dinâmica, pois trata-se de um oligopólio controlado por poucas empresas do setor, que empobrecem a atividade rural, padronizam a alimentação, precarizam as condições de trabalho, reduzem o comércio local e favorecem o consumo insustentável e irracional. Os supermercados determinam o modelo de agricultura e alimentação, no qual o campesinato não tem lugar. Para a autora:

O objetivo é controlar toda a cadeia alimentar, desde a fonte até a boca, reduzir custos de produção e aumentar o preço final dos alimentos, para obter o máximo benefício econômico (lucro). Ao agricultor, é pago o menor preço possível para a sua produção, condenando-o à miséria e, muitas vezes, ao abandono do sítio. Uma dinâmica que permite à grande distribuição a sujeição do agricultor, e que é extensível a outros fornecedores, numa cadeia de exploração do maior ao menor (ESTEVE, 2017, p. 173).

Quem lucra é quem tem interesses financeiros na manutenção do agronegócio e na produção de patentes e insumos agropecuários. No Brasil, o ano de 2019 representou um grande retrocesso com relação a essa questão. A bancada ruralista no Congresso, hoje, representa o setor com 44% de deputados e 33% de senadores, tendo recebido mais de R\$ 350 mil de executivos ligados ao agronegócio no intuito de aprovar o Projeto de Lei do Veneno, que regulamentou (Vale lembrar que esses venenos já eram utilizados pelos agricultores em todo o país, mesmo sem sua regulamentação) o uso de agrotóxicos no país (AZEVEDO, 2019b), chegando a um total de 382 em 2019, mantendo o nível de registros como o mais alto da série histórica desde 2005, de acordo notícias do site G1 em outubro de 2019. Aqui, novamente, a presença do Estado configura-se como principal agente mantenedor da hegemonia de poder da grande indústria sobre os pequenos agricultores familiares.

Isso mostra como a política não está separada das práticas cotidianas da sociedade, em que suas ações influenciam diretamente na manutenção dessa lógica. Comer como ato político acaba se tornando o apelo da sociedade e de ativistas alimentares. Apelo, este, que ganhou força principalmente depois da extinção do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) pelo atual governo federal. Para Azevedo (2019a), essa questão está diretamente relacionada às discussões sobre comida de verdade na medida em que votamos em representantes dispostos a promover condições de acesso a essa comida. Isso significa, essencialmente, que o acesso de toda a população à comida de verdade implica em vontade política.

A comida de verdade, portanto, é aquela sem venenos, fresca, de produção local e biodiversa. Essencialmente, deve ser produzida pela agricultura familiar, pelos agricultores assentados da reforma agrária, pelo sistema de produção orgânica e de base agroecológica. É passada a hora de se dar a devida atenção às repercussões negativas do sistema agroalimentar convencional, que é responsável por graves impactos socioambientais, e priorizar os sistemas de produção de alimentos que não poluam as águas, o ar, o solo, que contribuam para o equilíbrio do clima e que respeitem a biodiversidade. Além disso, há também a necessidade de

se pensar a alimentação para além de um ato biológico, de manutenção da vida, pois ela vai além de um ato hedonístico, muito embora seja uma dimensão que precisa ser defendida frente a tantas restrições alimentares e a tantas dietas punitivas que retiram alimentos saudáveis e tradicionais (AZEVEDO, 2019a).

Paradoxalmente, as compras em supermercados são associadas à modernidade, autonomia e liberdade de escolha. Tudo o que não venha desses espaços é considerado atrasado, sendo o acesso a esses produtos definidor de status social. Nas populações do campo, não é difícil perceber a chegada desses produtos comestíveis disponíveis nos supermercados, e o constante discurso da possibilidade de acesso a eles. São alimentos que, além de induzirem um novo padrão alimentar, escasso de nutrientes, afastam o consumo daqueles produzidos no campo, frescos e caseiros. Para Esteve (2017), por trás dessas compras está uma estratégia muito bem articulada, imperceptível à maioria das pessoas. Em um supermercado, tudo é concebido para que se compre, e quanto mais, melhor. Cartazes de ofertas com preços muito baratos convidam os consumidores a entrar. Carrinhos de compras são propositalmente grandes para que se preencha o que está vazio. A infinidade de produtos faz com que se preencha esse vazio com produtos que se imagina precisar. A disposição de cada produto não é feita de maneira descuidada, tentando sempre fazer com que os consumidores precisem passar por todo o supermercado para encontrar o que se deseja.

A abertura desses estabelecimentos é responsável pelo fechamento do comércio local e pela perda de postos de trabalho. As consequências negativas que a lógica dos supermercados causa para os envolvidos na cadeia de produção, distribuição e consumo passam pelos camponeses, que são obrigados a acatar termos comerciais insustentáveis que os condenam a sucumbir; pelos consumidores, que são influenciados a comprar produtos de má qualidade e acima de suas necessidades; e pelo tecido econômico local (ESTEVE, 2017). Desta forma, estabelece-se o paradigma de desenvolvimento promovido pelos supermercados.

Pensar a relação entre a Vigilância Sanitária, os saberes tradicionais e a Soberania Alimentar, diante dessa dicotomia, é pensar a subversão das lógicas atuantes e a relação de poder que se estabelece nesse processo, aqui representada pelo Estado, que permite a manutenção dessa lógica, e pelos supermercados, que ditam as regras alimentares das populações. A superação dessa dicotomia exigirá uma integração de saberes e práticas, que deverá sobrepor as vontades de quem governa. A horizontalidade é o que garantirá uma

participação harmônica entre todos os sujeitos envolvidos nessa dinâmica, pois, para que seja justa a todos, a construção do conhecimento deve ser feita coletivamente.

O acesso regular, permanente, desimpedido e suficiente ao alimento, que corresponda às tradições culturais dos povos que constituem o mercado consumidor é um direito humano garantido pela legislação internacional (ROSSET, 2006). Pensar em agricultura familiar é pensar a renovação das economias locais no Brasil e no mundo para além das grandes redes de supermercados “através de uma densificação dos interesses em torno de valores rurais e das localidades, ideia em torno da qual existe um grande movimento de articulação, que vai desde valorização de produtos agrícolas até turismo” (WILKINSON, 2007, p. 157).

5.3 A transição: superação e outros modelos possíveis

Dentro do capitalismo não há solução para a vida. Fora do capitalismo há incerteza, mas tudo é possibilidade. Nada pode ser pior que a certeza da extinção. É tempo de inventar, é tempo de ser livre, é tempo de viver bem (Ana Esther Ceceña, *O Bem Viver*, 2019).

O fantasma do desenvolvimento desenfreado ronda o mundo desde meados do século 20 e sua metáfora transformou-se em uma meta a ser alcançada por toda a humanidade, custe a quem custar. Tudo é justificado na luta para deixar o subdesenvolvimento em busca do progresso. Aceita-se a devastação ambiental e social provocada pelas mineradoras mesmo sabendo que essa atividade é responsável pela acumulação extrativista herdada da colonização e que é uma das causas diretas das profundas desigualdades sociais no mundo (ACOSTA, 2016).

O âmbito econômico, visto a partir da lógica da acumulação do capital, domina o cenário. A ciência e a tecnologia importadas normatizam a organização das sociedades. Neste caminho, de mercantilização implacável, aceitamos que tudo se compra, tudo se vende. Para que o pobre saia de sua pobreza, o rico estabeleceu que, para ser como ele, o pobre deve agora pagar para imitá-lo: comprar até seu conhecimento, marginalizando suas próprias sabedorias e práticas ancestrais (ACOSTA, 2016, p. 60).

No cenário atual do planeta, esgotaram-se todas as possibilidades de busca por esse fantasma, pois ele não existe. Portanto, é preciso inaugurar uma nova caçada e ir em busca de alternativas, formas de organizar a vida fora do desenvolvimento, superando a ideia desse

desenvolvimento convencional que nos foi imposto há séculos, o que implica em superar o capitalismo e sua lógica devastadora. A nova economia deve ser sustentável e garantir o tempo todo processos econômicos que respeitem os ciclos ecológicos sem a necessidade de ajuda externa e sem que se produza escassez de recursos, além de ser sustentável socialmente. Para se enfrentar o modelo de economia ortodoxa, é preciso dar espaço a uma grande transformação, não só nos modos de produção como também nos padrões de consumo das sociedades. É preciso consumir menos, a fim de se obter melhor qualidade de vida, construindo outra lógica econômica que não se baseie na acumulação do capital, mas sim na crescente autodependência comunitária. Então, a nova economia deve satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras, assegurando relações harmoniosas do ser humano consigo mesmo e com a natureza. É disso que fala o Bem Viver (ACOSTA, 2016).

Alternativas de comercialização e de sobrevivência a esse modelo econômico capitalista dentro do contexto de transformação da sociedade, surge o conceito de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). A CSA é uma nova forma de se produzir e comercializar alimentos, tendo surgido no Japão, na década de 1960, quando as mulheres japonesas, preocupadas com o aumento da importação dos alimentos e a perda das terras agrícolas, propõem um novo modelo de consumo e comercialização. Nessa época, o Japão passava por um rápido crescimento econômico e, conseqüentemente, a impressionante industrialização trouxe destruição e contaminação ambiental. Surgiram doenças e envenenamentos causados pelos diversos insumos químicos utilizados nas plantações. Foi assim que os consumidores, preocupados, iniciaram o primeiro projeto CSA, denominado Sistema Teikei, na busca por consumir alimentos não contaminados e que pudessem ter uma relação direta com os produtores (SAWANABORI, 1993).

A CSA constitui-se em uma associação entre agricultores e consumidores, que garante a segurança alimentar e proporciona benefícios para ambas as partes. Na década de 1970, viriam a incorporar esse modelo Europa e Estados Unidos. Já no Brasil, a sua introdução é recente, tendo início em meados de 2013 e estendendo-se por vários estados, inclusive com bastante força no interior do estado de São Paulo, como é o caso de São Carlos (CSA BRASIL, s.d).

Neste modelo de mercado alternativo, os produtores vendem a sua produção aos consumidores, sob a forma de cestas de alimentos, alguns meses antes de iniciarem a produção de suas culturas e, tempo depois, os consumidores começam a receber suas cestas. É um sistema que permite que os agricultores obtenham capital para o desenvolvimento da produção sem a necessidade de se endividarem através de créditos bancários (BRANCO et al., 2010). Essa prática permite que as pessoas conheçam a origem dos alimentos que estão consumindo e ainda fazem o resgate da sazonalidade, respeitando as estações em que os alimentos são produzidos, aproximando o homem da natureza. Além disso, podem manter uma dieta nutritiva baseada em produtos frescos e locais. O consumo de produtos locais permite a aproximação do produtor com o consumidor, eliminando os atravessadores, fazendo com que os consumidores obtenham os produtos a preços justos e ainda se alimentem de produtos frescos (SAWANABORI, 1993).

A CSA, portanto, também aparece como alternativa para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, sobretudo para as mulheres. É uma solução para a dificuldade em se obter financiamento encontrada por elas, significando autonomia e libertação da dependência dos governos e corporações, já que não é subsidiado por nenhum deles. Além disso, essa prática torna-se ainda mais significativa por enquadrar-se na lógica dos circuitos curtos de comercialização, contribuindo com a valorização dos saberes culinários tradicionais e, assim, com o trabalho das mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho reprodutivo das mulheres está profundamente enraizado na estrutura social e econômica capitalista. É indiscutível que o capitalismo levou à superexploração das mulheres, e não provocaria nenhum tipo de conforto se apenas significasse o aumento da miséria e da opressão, entretanto também provocou resistência (FEDERICI, 2019). E foi essa resistência, essencialmente, que explorou-se nessa investigação, sendo encontrada nas falas de todas as entrevistadas, mesmo que nas entrelinhas.

Os resultados da análise das entrevistas, tanto das mulheres quanto dos agentes públicos, com o respaldo da literatura apresentada, confirmam a hipótese e os objetivos levantados para a pesquisa, sendo possível fazer a inter-relação dos temas abordados ao longo do trabalho. Apresentaram convergência de falas, mostrando em suas narrativas a questão do machismo em suas relações pessoais e dentro do assentamento, além de evidenciarem a presença do trabalho reprodutivo não remunerado em suas vidas. Também apontaram as mesmas motivações para a realização da atividade com os alimentos artesanais. Tanto as mulheres associadas quanto as autônomas foram estimuladas pelo mesmo desejo: Autonomia e independência financeira. Autonomia para buscarem suas identidades perdidas na história de apagamento das mulheres dentro dos núcleos familiares, e independência financeira como liberdade frente aos maridos.

Como entraves, as assentadas apontaram a questão financeira, a burocracia para a formalização e para a comercialização nos espaços, o deslocamento para os pontos de vendas, justificados pela distância entre o assentamento e a cidade, e o conflito com os maridos, como principais desmotivadores. A Vigilância Sanitária também aparece, porém com mais contundência naquelas que comercializam no município de Araraquara, devido às posturas mais rígidas do município. Todas enxergam o órgão fiscalizador como um obstáculo, mesmo tendo passado pelos cursos de Boas Práticas e atendido algumas exigências, alegando que seus produtos não chegam nas pessoas como gostariam, por conta dos altos custos necessários para se adequarem às normatizações.

Jussara, umas das protagonistas apresentada anteriormente, aponta que a fase inicial da comercialização de seus alimentos artesanais foi o momento de maior dificuldade, tendo que conquistar clientes oferecendo degustação gratuita até que os produtos ficassem conhecidos. Hoje, os fregueses estão consolidados e buscam por seus produtos. Do ponto de

vista da fiscalização e do papel da Vigilância Sanitária, mesmo não tendo uma cozinha própria para a fabricação dos alimentos e, portanto, não tendo licença expedida pela Vigilância, o órgão não aparece como barreira ao desenvolvimento da atividade. Acredita que o conhecimento dos processos de fabricação pelos clientes foi o fator determinante na conquista. Ao abrir o sítio para a visita, atraiu e consolidou clientes, aproximando produtor e consumidor, fortalecendo o elo do circuito curto de comercialização. No entanto, imagina que nunca teve problemas com o órgão, porque boa parte de sua comercialização se deu fora do município de Araraquara. Aponta que as leis sanitárias são rígidas, não podendo comercializar alimentos caseiros artesanais em seu território sem que estejam dentro das normas e padrões. Exemplo disso são as feiras do município que sofrem eventuais fiscalizações da Vigilância Sanitária, com proibições de comercialização de ovos e queijos e olhares desconfiados sobre os artesanais. Sua fala, a seguir, chama a atenção ao resumir o sentimento que transpassa as mulheres da pesquisa:

Se tratando de Araraquara, é um empecilho, porque são leis muito rígidas. Nas leis deles, a gente não pode comercializar produtos caseiros. Para mim, é uma lei que não deveria existir, porque se a gente mora no sítio, o meio de a gente sobreviver é o que a gente produz. A gente não poder comercializar isso, eu acho errado. Tanto que em outras cidades não tem, como Matão. Lá você pode levar frango e ovos e vender (JUSSARA, 2019)¹⁷.

Jussara encontra no trabalho sua força, mesmo acumulando muitas funções. Ainda que isso favoreça o desenvolvimento de sua autonomia e da equidade de gênero, no núcleo familiar continua a desenvolver o trabalho reprodutivo não remunerado. Mesmo quando não consegue realizar algumas tarefas, são outras mulheres que se colocam na função: mãe e irmã, o que garante a manutenção dessa condição da mulher na sociedade.

Nos núcleos associados, a AMCA apresentou dificuldades financeiras e falta de equipamentos, sendo ainda dependente de ajuda externa, como universidades e município. Apesar das dificuldades que enfrentam na consolidação da padaria devido à falta de incentivos sólidos, de políticas públicas voltadas às mulheres do campo e recursos financeiros escassos, elas se mostram gratas aos auxílios externos que outras instituições oferecem nesse processo. As instituições como UNESP (Campus Araraquara), Instituto Federal (Campus Matão), UFSCAR (Campus Lagoa do Sino) e o grupo de pesquisa NUPEDOR da UNIARA,

¹⁷ Entrevista concedida por Jussara [11. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (53m).

vem realizando diversos projetos de extensão e pesquisa nos assentamentos há muitos anos, dentre eles alguns voltados às mulheres. São esses incentivos que somam-se às lutas e garantem a manutenção da resistência das mulheres pela terra e pela busca de suas independências, pensando alternativas e facilitando caminhos para que elas se desenvolvam. A presença das universidades nesse contexto é essencial, mostrando a importância da atividade de pesquisa e extensão desenvolvidas por elas. Diante do cenário nefasto no qual o Brasil está mergulhado nesse momento histórico, o desmonte das universidades, dentre outros retrocessos, ameaça a frágil democracia do país.

O outro núcleo de associação, a AMA, apresentou-se mais consolidado, uma vez que conseguiu impulsionar a padaria após ser contemplada com o Orçamento Participativo (OP)¹⁸ do município no início das atividades e por ter o apoio do ecoturismo desenvolvido no assentamento Monte Alegre. Entretanto, um obstáculo significativo, do ponto de vista da análise da pesquisa, é ressaltado na fala das entrevistadas e relaciona-se com as questões burocráticas apontadas por elas. Relatam que não conseguem fazer a venda dos pães para a escola do assentamento, localizada a poucos metros da padaria, por não se adequarem a participar das licitações municipais. Hoje, os pães distribuídos às crianças na merenda escolar vem do município de São Paulo, cuja empresa fornecedora ganhou a licitação, procedimento padrão da administração pública. A padaria não consegue participar das licitações por pendências no CNPJ e pela necessidade de adequação das embalagens dos produtos às exigências das normas sanitárias (Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969). A fala a seguir mostra como as integrantes enxergam essa situação e o pesar que sentem pela situação:

E aí, você imagina, um pão fresquinho aqui, que a gente pode estar usando a cenoura daqui, a mandioca, o milho, como agora mesmo que estou fazendo um pão de milho e o milho é do meu sítio. Aí, vem o pão de lá de não sei quantos dias, com conservante, né? Mas para a gente conseguir... Nossa, é tanta coisa que o rapaz da Vigilância, que chegou a vir aqui, pediu para a gente estar mudando (LÚCIA, 2019)¹⁹.

Além dessa preocupação com a procedência e qualidade dos pães oferecidos às crianças, a agricultora também mostra-se bastante preocupada com a questão dos agrotóxicos utilizados nas plantações, tendo decidido há anos não produzir de maneira convencional.

¹⁸ OP é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos de participação da comunidade (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2015)

¹⁹ Entrevista concedida por Lúcia [05. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (58m).

Acredita que seu posicionamento beneficia não só a padaria e seus consumidores como também é um importante mecanismo de conservação do meio ambiente, tornando-se mais uma ação de resistência frente à imposição do agronegócio na região, posicionando as mulheres no fronte das questões ambientais.

Os pontos em comum das falas, no que se refere aos entraves encontrados pelas mulheres tanto com relação a sua liberdade e autonomia quanto ao processo de comercialização, mostram leis engessadas e, portanto, inflexíveis. Leis que não conseguem atender às demandas dessa parcela da população tão à margem da sociedade, muito por falta de vontade política. Exemplo disso está o município vizinho, Matão, cuja flexibilização já acontece, não havendo implicações nas vendas dos alimentos artesanais, nem de ovos. Outro exemplo é o município de São Paulo, um clássico exemplo da flexibilização, cujas feiras livres compõem a história da cidade, onde de tudo se comercializa.

O Estado fomenta as ações da Vigilância Sanitária ao perpetuarem essas leis, deixando sob a responsabilidade de cada governante aplicá-las ou não. Acaba cúmplice das grandes corporações do ramo alimentício ao ceder cada dia mais espaço para alimentos ultraprocessados em detrimento dos produtos artesanais, sazonais, da agricultura familiar e de produção de base ecológica sob o discurso de atenderem às burocracias administrativas e exigências da lei referentes ao processo licitatório.

A medida em que as mulheres inserem-se na organização associativa, é notório que tomam consciência da sua condição de opressão e violência que sofrem em todos os ambientes. A partir disso, percebem que é possível transformar essas relações desiguais. Através da conjuntura de vida dessas mulheres e suas histórias de luta, evidencia-se a possibilidade de se falar em feminismo como movimento político, que é um movimento de libertação e emancipação da humanidade (CINELLI; CONTE, 2010). Essas mulheres desejam através dessa libertação deixar um legado dentro e fora do assentamento. Deixam claro que querem que suas filhas e netas participem das associações e que um dia possam ver seus produtos comercializados em diversos espaços. Pelo sentimento de pertencimento, poderão ressignificar o lugar de onde vieram e reproduzirem em outros espaços o exemplo de luta de suas mães, avós, tias, como pode ser apreendido na fala a seguir:

Então, a ideia é fazer com que as meninas do assentamento, o assentamento, os meninos também, por que não?, vejam o quanto pode se produzir, porque a partir do momento que a gente realmente tiver uma boa produção dentro dessa associação, vai

fazer com que os nossos meninos, as nossas meninas parem de vir tanto para a cidade. Se tem produção, se tem comida na minha casa, eu não preciso buscar lá fora. Você está entendendo? Não tem necessidade disso (JOANA, 2019)²⁰.

Elas estão reconstruindo outras identidades a partir do coletivo, com novas formas de relações que passam a estabelecer em casa e na sociedade. Começam a entender que podem ser donas de si e não mais se reconhecem em seu mero papel reprodutivo dentro da família. Essa construção da identidade feminista acontece no desenvolvimento da consciência crítica, em que as mulheres passam a sentir-se livres e tornam-se donas de suas vontades. Tal construção é um processo cansativo frente à sociedade patriarcal machista que lhes nega voz e vez pelo fato de serem mulheres empobrecidas da roça (CINELLI; CONTE, 2010).

As entrevistas com os agentes públicos intencionalmente não foram exploradas individual e detalhadamente, nem tiveram seus nomes expostos para que se preservassem os sujeitos. Pela análise das falas, os agentes aparecem distanciados dos processos que envolvem os entraves enfrentados pelas mulheres, colocando-se como reprodutores de normas e leis a que se submeteram cumprir dentro dos cargos que ocupam. Porém, reconhecem os problemas e incoerências contidos nos artigos das leis que regulam a produção e comercialização dos alimentos artesanais. O trecho a seguir mostra um desses momentos:

Eu acho... Você pode ver que ela é bem antiga... que ela (a legislação) deve ser reformulada, principalmente, visando os aspectos regionais de cada segmento do estado, e definir pontos mais claros de quando você enquadra ou não e dar algumas outras alternativas, não apenas essa redução de documentação e algumas exigências. Viabilizar mais, porque é um viés hoje que a gente tem, acho que em todo o Brasil, essa valorização do produto artesanal. Só que, por enquanto, eu como agente, como equipe aqui da V. S. de Araraquara, entendo que ela é muito restritiva e acaba saindo um pouco da concepção do artesanal, que em outros segmentos está mais estabelecido (PAULO, 2019)²¹.

Justificam suas práticas pautando-se nos artigos da Portaria e das leis que falam sobre “qualidade” dos alimentos, referindo-se às questões sanitárias, não definindo claramente quais os critérios que determinam um alimento com qualidade. No termo, contido no artigo 7º da Portaria CVS - 5, de 12 de maio de 2005, não há qualquer detalhamento sobre o que entende-se por “qualidade”, dispõe-se da seguinte forma:

²⁰ Entrevista concedida por Joana [04. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (55m52).

²¹ Entrevista concedida por Paulo [06. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (19m).

Os alimentos artesanais de origem vegetal constantes no Anexo I da presente portaria devem ser produzidos conforme regulamentos técnicos de padrões de identidade e qualidade e demais exigências estabelecidas pela legislação de alimentos e pelo Código de Defesa do Consumidor (Artigo 7º da Portaria CVS - 5, de 12 de maio de 2005).

Outra controvérsia das exigências sanitárias relaciona-se com a potabilidade da água que deve ser utilizada no preparo dos alimentos. Essa exigência está presente no Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, Anexo 4.4.1, da Resolução-RDC nº 216, de 15 de Setembro de 2004, e prevê que a água:

Deve ser utilizada somente água potável para manipulação de alimentos. Quando utilizada solução alternativa de abastecimento de água, a potabilidade deve ser atestada semestralmente mediante laudos laboratoriais, sem prejuízo de outras exigências previstas em legislação específica (Resolução-RDC nº 216, de 15 de Setembro de 2004).

Nota-se que, ao exigir o teste de potabilidade da água para que possa ser usada na preparação dos alimentos, o Estado isenta-se da responsabilidade por garantir essa característica, mesmo que sejam direitos humanos fundamentais o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico, declarado pela Organização das Nações Unidas em 2010 (ONU, 2010). Ao ser reconhecido pela Assembleia Geral da ONU, o Direito-Humano à água passa a ter caráter universal, cabendo aos Estados pensar sobre essa questão por novas perspectivas. No entanto, apesar desse reconhecimento, ainda não consta na Constituição Federal Brasileira, o que desobriga estados e municípios. Está em trâmite desde maio de 2019, parada no Plenário do Senado Federal para deliberação, a proposta de emenda à Constituição (PEC 4/2018) que garantirá o acesso à água potável como direito humano fundamental (AGÊNCIA SENADO, 2019).

A isenção do Estado da responsabilidade de garantir potabilidade da água para a sociedade está diretamente relacionada a essa lacuna na Constituição. Por todos esses afrouxamentos é que as incongruências das leis acontecem e abrem espaço para casos de contaminação e sujidade da água destinada ao consumo humano sem que ninguém seja responsabilizado. O assentamento Bela Vista tem recorrentes problemas com a falta e a sujeira da água que recebem, como o ocorrido em fevereiro de 2020 (FILHO, 2020), o que compromete os cuidados básicos do dia-a-dia dos moradores, assim como das criações, das plantações e das atividades da AMCA.

Ao reconhecerem todas as inconformidades das leis, os funcionários entrevistados afirmam, sem detalhes, que o órgão está articulando medidas para tentar viabilizar a produção de alimentos artesanais através de uma regulamentação específica para esses produtos, flexibilizando a atividade. O que se tem de concreto é a regulamentação da profissão de artesão no município de Araraquara, que incluirá os produtores de alimentos artesanais. Essa medida foi articulada pela Comissão de Economia Solidária da prefeitura e terá como produto uma abertura para a atividade dos artesãos em feiras promovidas pela prefeitura. No entanto, os produtores de alimentos artesanais não estarão isentos das exigências sanitárias previstas na lei. O que a Vigilância Sanitária aprovou foi uma pequena flexibilização no Código de Posturas para o início das atividades, tendo, o produtor, que fazer toda a adequação em um período de tempo que será estipulado pela gerência do órgão sanitário. Caso contrário, não poderá continuar participando das feiras.

Os agentes sanitários acrescentaram, ainda, que as principais reclamações de quem sofre as fiscalizações vão no sentido da dificuldade do licenciamento junto à Vigilância e das exigências requeridas para que esse licenciamento seja expedido. Reconhecem a vulnerabilidade da população do assentamento e que essas normativas são um empecilho determinante para o fracasso de suas atividades. Dentre o rol de produtos artesanais considerados de risco pela Vigilância Sanitária e que são alvos de inspeção, nenhum deles é produzido no assentamento. Explicam que o órgão se preocupa em avaliar o processo e não o produto, com exceção, por exemplo, de amendoim e palmito, havendo legislação específica para eles. No geral, avaliam o risco sanitário dos produtos através da estrutura físico-funcional, dos procedimentos e matéria-prima do local. Reconhecem, também, que a obrigatoriedade do licenciamento dos alimentos artesanais leva boa parte das produtoras à clandestinidade, por conta das dificuldades e restrições encontradas na legislação. As produtoras preferem iniciar dessa forma, mesmo correndo o risco de terem seus produtos apreendidos, para se empoderarem, e depois vão se adequando.

No momento, não há nenhum programa ou política pública que atenda especialmente às necessidades e demandas das mulheres do campo no município de Araraquara, mesmo diante de tantas problemáticas. Para a Secretaria da Agricultura, as reclamações feitas pelas mulheres não refletem a realidade concreta e que elas ficam a espera do assistencialismo governamental. Esse posicionamento reflete certo descuido frente às condições sociais,

políticas, de gênero e de saúde a que são submetidas, seguindo na contramão da perspectiva ecofeminista. Por um lado, há razão ao afirmar que "esperam pelo assistencialismo", por outro não reconhece a necessidade de que a ajuda do município, através de ações que as fortaleçam, é imprescindível para que consigam deixar esse estado de submissão e dependência.

A Secretaria da Agricultura declara cumprir leis, reforçando, assim, as ações da Vigilância que as direcionam, mesmo reconhecendo que elas não atendem às especificidades territoriais. Suas ações estão pautadas na legalidade e ilegalidade, recorrendo sempre aos aparatos jurídicos para justificar essa controvérsia que envolve a produção e comercialização dos alimentos artesanais, apontando as compras institucionais como modo de ajuda viável. Afirma não ser possível uma política pública feita de modo a atender exigências específicas e individuais, isto é, só é possível se forem pensadas para grupos formalizados, como cooperativas e associações. Porém, para isso, sustenta que é necessário que tenham estrutura para que consigam participar das compras institucionais e licitações, o que pode justificar o problema que enfrentam com a venda dos pães para a escola do assentamento. Para a Secretaria, a AMA não tem condição de realizar a venda, pois a estrutura da padaria não tem capacidade de atender a demanda da escola, além de não possuírem um carro para o transporte da mercadoria, mesmo a escola localizando-se a poucos metros do local de fabricação.

A ausência de políticas públicas voltadas às mulheres do campo garante a manutenção de suas precárias condições de vida, assim como as discontinuidades políticas sedimentam o *status quo* da administração pública, deixando a sociedade presa às condições assistencialistas de existência. Na fala a seguir, essa análise é validada, podendo-se observar o refúgio na legalidade como justificativa de todas as ações:

Elas são uma associação. Primeiro, elas não tem... É o que eu falei, você não entra em uma compra para fornecer para a creche se agora eu tenho e quando falta farinha, não tenho. Elas não têm um fluxograma que garanta que todo dia as crianças tenham pão. Elas não têm um carro para levar para a creche todo dia o pão. Você está entendendo? Só não basta vontade de querer o pão da padaria lá. Como que essas mulheres vão levar o pão se elas não têm carro? Comprou um carro. Mas elas podem assumir todas as escolas de Araraquara? (...) Imagina só, é possível, mas olha como encarece... Você vai fazer uma chamada pública e aí eu não posso, por lei, direcionar. O processo é público. Então, eu não posso dizer assim "Por que eu vou comprar o pão da padaria do Monte Alegre?". A padaria Cristal da Vila vai querer fornecer para a escola daqui. O município não tem autonomia para comprar de quem ele quer. A gente também segue a legislação. Não dá para comprar. Por exemplo, para fazer uma chamada pública para as meninas da padaria, tem que fazer

uma única chamada e aí todas participam... Lógico que a gente vai falar assim: A gente quer para as escolas do campo. Um edital de chamada pública para as escolas do campo e os critérios, se é padaria artesanal, colocar tudo isso, de modo que outras possam participar, mas elas têm que ser do campo também. Mas não dá para falar que eu vou comprar ali da padaria do Monte Alegre, eu não posso, isso é ilícito (TEREZA, 2019).²².

Não pretende-se, aqui, colocar em julgamento o trabalho da equipe da Secretaria da Agricultura nem da Vigilância Sanitária. Trata-se de analisar um conjunto de mecanismos que balizam as ações de cada órgão, que serve ao Estado, e como isso influencia o desenvolvimento da sociedade. Há muitas contradições que não conseguem dar conta de justificar essa relação, apontando o caráter definidor do aparato estatal na vida dessas mulheres. Como exemplo concreto, está o importante papel que teve a prefeitura no atendimento à demanda do orçamento participativo da AMA e agora não estar criando estímulos efetivos para valorizar a produção das assentadas pela perspectiva de contribuição a uma alimentação mais autônoma e menos vigiada. Também não criar as condições necessárias para que a AMCA consiga se desenvolver a exemplo da AMA. Percebe-se, assim, ao se comparar o desenvolvimento de cada associação, que a ajuda do Estado aparece como elemento fundamental nesse processo.

As mulheres enfrentam muitas dificuldades, em todas as fases do processo. Há uma série de exigências a que devem se adequar para atenderem ao padrão de venda, que pode inviabilizar a atividade. A presença da Vigilância Sanitária se materializa em alguns espaços de venda, como as feiras livres, mas a incerteza com relação à ela parece ser maior do que sua força. De fato as leis e portarias existem e ficam na iminência de serem aplicadas, no entanto há insuficiência de funcionários fiscalizando todos os estabelecimentos do município. Isso significa que o órgão apresenta-se mais como espectro ameaçador do que efetivamente uma ameaça, mesmo duas das entrevistadas terem relatado não comercializar no município de Araraquara por conta das rígidas normas sanitárias, optando pelos municípios vizinhos.

Apesar desse espectro, a existência das normas sanitárias não intimida as mulheres, que as conhecem superficialmente, já que não são construídas visando o fácil acesso da população às leis. Iniciam a atividade enfrentando toda essa estrutura burocrática, buscando posteriormente pelas adequações necessárias, mesmo que isso signifique desacelerar os trabalhos.

²² Entrevista cedida por Tereza [05. 2019]. Entrevistadora: Elisa Racy Carlini, 2019. Arquivo .mp3 (1h12m).

É claro que as leis, em essência, são mecanismos que visam garantir que os alimentos sejam produzidos em condições salubres para o consumo humano, mas o que pretendeu-se aqui foi discutir seu caráter descontextualizado, que não beneficia as produtoras e os consumidores, assim como questionar a ausência do poder público pensando alternativas sólidas sobre essa questão. Ao se pensar no espaço rural, as implicações das exigências normativas e das burocracias político-administrativas atingem essas mulheres de maneira acentuada. Aceleraram o processo de êxodo para as cidades, abrindo espaço para o domínio do agronegócio, o que acarretará sérias consequências ao ecossistema regional. As mulheres procuram trabalho na cidade, os jovens são impelidos a deixar o campo e os homens cedem à pressão das grandes usinas. É vital uma ação imediata do poder público com relação às leis sanitárias dos alimentos artesanais, pensando as especificidades culturais do território voltadas ao benefício das mulheres, independente se associadas ou não. Isso trará benefício tanto à elas quanto ao próprio município que, ao valorizar as especificidades locais e o patrimônio cultural, promoverá o turismo, gerando trabalho, renda e movimentando a economia.

Para enfrentar toda essa estrutura, as mulheres do campo precisarão de uma rede de apoio disposta a mobilizar ações concretas que possibilitem desenvolver atividades capaz de superar o modelo econômico vigente, proporcionando a verdadeira autonomia e equidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconstrução patriarcal dentro do assentamento e sua bandeira de luta não atingem e transformam apenas as mulheres envolvidas diretamente nesse processo. Seus ideais de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente correta, passando pela agroecologia e conseqüentemente por uma alimentação limpa e livre de venenos, atingirão a toda sociedade. Ao darem importância aos seus quintais ecológicos, à diversidade de alimentos ali cultivados e às sabedorias culinárias, estão tendo um papel fundamental na manutenção da biodiversidade e da cultura local, constantemente ameaçada pelo agronegócio, base da economia brasileira, e conseqüentemente da soberania alimentar de todo o país.

Fica claro que a construção da identidade feminista tem acontecido fortemente na ação coletiva e, assim, buscam repensar relações entre os seres humanos e destes com a natureza. As mulheres vão percebendo a importância de sua organização e que, além de trabalhar, podem também se reunir, discutir problemas e buscar, juntas, soluções, mesmo que enfrentem dificuldades no relacionamento coletivo.

Foi fundamental explicitar as conquistas da resistência camponesa feminina frente à violência sustentada pelo aparato estatal, interligando-as às questões centrais. Ao evidenciar a atividade das mulheres do campo, dando ênfase à necessidade do trabalho remunerado, suas raízes na terra são fortalecidas, uma vez que é no espaço do lote que o trabalho é desenvolvido. No entanto, diferentemente daquele já realizado por elas, o não remunerado, deste obtém-se renda. Por essa razão, as mulheres acabam sendo importante voz de resistência e conservação do meio ambiente e da desconstrução da monocultura alimentar imposta pelas grandes corporações do ramo alimentício, tendo a cozinha como espaço dessa resistência e transformando o alimento artesanal no símbolo da independência dessas corporações.

Organizadas em associações, as mulheres ganham força e expressam-se frente à realidade opressora da sociedade patriarcal e, em alguns casos, à revelia dos maridos. Suas atividades, muitas vezes, são alvo da lógica que rege as ações do Estado, o que acaba por enfraquecer as práticas culinárias baseadas em sabedorias tradicionais, subjugando até seus ideais e estatutos construídos sob esses ideais. Tais práticas são sufocadas pelo consumo de

alimentos industrializados e permitem a homogeneização de hábitos alimentares, sustentados pelas leis e normas sanitárias, responsáveis pela manutenção de uma monocultura do saber²³.

A reflexão sobre esse processo e sobre o papel das mulheres no resgate das práticas artesanais possibilitará repensar os rumos da sociedade e seus hábitos alimentares, assim como subverter as leis exigindo maneiras mais justas de se relacionar no mundo. Essa nova (ou nem tanto) forma de se relacionar se faz ainda mais urgente diante da pandemia de coronavírus que assola o mundo no momento da defesa dessa dissertação. Por conta do isolamento social que se fez necessário para conter o avanço da doença, muitas pessoas retomaram, ou iniciaram, o hábito de cozinhar, ressignificando alimentos e o espaço da cozinha. Outras encontraram na cozinha uma fonte de renda para enfrentar o caos do desemprego. Além disso, nunca foi tão propício discutir sobre hábitos alimentares do que durante uma pandemia que teve como origem práticas alimentares insustentáveis num mundo como o de hoje: Uma população de mais de 7 bilhões de habitantes.

A propagação dos saberes e o fortalecimento das mulheres acontece por meio do reconhecimento entre as próprias mulheres, do empoderamento do conhecimento tradicional, mas, sobretudo, do poder que os grupos sociais unidos poderão exercer sobre o Estado exigindo a construção de políticas públicas que se dirijam às mulheres do campo. Só assim o Estado pensará a flexibilização das leis, adequando-as a diversos contextos. Caso contrário, continuará servindo ao grande capital. É importante reconhecer a bagagem de conhecimentos e sabedorias que as mulheres adquiriram na cozinha ao longo da história para que as leis possam ser revistas e reformuladas. Assim será garantida a inter-relação de saberes, impedindo que o conhecimento científico solape o não-científico.

É preciso conceituar o que vem a ser “qualidade” e definir, assim, os parâmetros a serem adotados em circuitos curtos e regionais de produção, distribuição e consumo, considerando que seu contexto é diverso. É através da prática de comercialização de circuito curto que os alimentos artesanais se destacam e ganham força, revolucionando a lógica sanitária, uma vez que não precisam viajar longas distâncias para serem consumidos. Desta maneira, a segurança do alimento e do consumidor estarão garantidas. É preciso dar espaço a uma grande transformação que substitua o modelo de economia ortodoxa, não só nos modos de produção como também nos padrões de consumo das sociedades. Além disso, é iminente

²³ Referência ao conceito encontrado em Santos (2002): Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.

pensar em ações educativas para os consumidores que sejam capaz de estimular o reconhecimento dos produtos artesanais produzidos pelas mulheres rurais.

Essa forma de comercializar impulsionará a reflexão sobre a necessidade de valorização dos espaços historicamente femininos como forma de inclusão da mulher na economia familiar, o que gerará impacto na economia local e no desenvolvimento das autonomias dessas mulheres. No entanto, é preciso muito mais do que inclusão. Inclusão e diversidade não são suficientes, porque elas não querem ser incluídas em uma sociedade machista e racista. Se dizem não ao patriarcado, isso quer dizer que não querem ser assimiladas com uma sociedade misógina e patriarcal. Se dizem não a pobreza, não querem ser contidas por uma estrutura capitalista que valoriza mais o lucro do que seres humanos e a natureza. Parafraseando Davis (2019), quando as mulheres se levantam em resistência, o mundo inteiro levanta com elas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 268 p.

ANDRADE, T. F. S. Produção e comercialização de alimentos artesanais: Saiba por onde começar para regularizar seu negócio. **Food Safety Brazil**, 2019. Disponível em: <<https://foodsafetybrazil.org/producao-e-comercializacao-de-alimentos-saiba-por-onde-comecar-para-regularizar-seu-negocio/>>. Acesso em 05. jan. 2020.

AGUINAGA, M. **Aportes feministas acerca de la soberania alimentaria.** In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (compiladores). Soberanías. Quito, Ecuador, Ediciones Abya- Yala, 2010.

AZEVEDO, E. **Alimentação e modos de vida saudável.** Saúde em Revista, Piracicaba, SP, v. 6, n. 13, p. 31-36, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0104-1290201200010001100002&lng=es>. Acesso em: 10. set. 2017.

_____. Comer: ato político. Piseagrama, Belo Horizonte, **Seção Extra!**, 17. abr. 2019a. Disponível em: <https://piseagrama.org/comer-ato-politico/>. Acesso em: 16. jan. 2020.

_____. **Venenos na agricultura: quem ganha com isso e como diminuir?** Le Monde Diplomatique, Brasil, 10 de maio de 2019b. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/venenos-na-agricultura-quem-ganha-e-como-diminuir/>. Acesso em: 16. jan. 2020.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: **BATALHA, M. O. (Org.). Gestão agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuição da antropologia da alimentação. Piracicaba. **Saúde Revista**, v.6. n.13, p. 37-44, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>>. Acesso em: 22. set. 2017.

BRANCO, M. C. et al. Agricultura apoiada pela comunidade: poderia a experiência dos agricultores americanos ser útil para os agricultores urbanos brasileiros? **Horticultura Brasileira**, v. 29, n. 1, 2011, p. 43-49.

BRASIL. Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>. Acesso em 25. nov. 2019.

_____. **Governo regulamenta o selo arte que vai permitir a venda interestadual de alimentos artesanais.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/governo-regulamenta-o-selo-arte-que-vai-permitir-a-venda-interestadual-de-alimentos-artesanais>. Acesso em: 10. jan. 2020.

_____. Lei nº 1.283, de 18 de Dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano

1950, Página 18161 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1950, Página 108 Vol. 7, 19 dez. 1950. PL 76/1949 CA.

____ Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos. **Diário Oficial da União:** seção 1 - 21/10/1969, Página 8935 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1969, Página 188 Vol. 7 (Publicação Original). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0986.htm. Acesso em: 15. ago. 2019.

____ Lei nº 7.889, de 23 de Novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1 - 24/11/1989, Página 21529 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1989, Página 2946 Vol. 6. MPV 94/1989.

____ **O que é orçamento participativo?** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>. Acesso em: 20. jan. 2020.

____ Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. **Diário Oficial da União:** seção 1 - 16/09/2004; Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/RESOLU%25C3%2587%25C3%2583RDC%2BN%2B216%2BDE%2B15%2BDE%2BSETEMBRO%2BDE%2B2004.pdf/23701496-925d-4d4d-99aa-9d479b316c4b>. Acesso em: 15. ago. 2019.

____ Portaria CVS 5 de 12/05/2005. Aprova as normas que dispõem sobre a elaboração e a comercialização de alimentos artesanais de origem vegetal no Estado de São Paulo. **Diário Oficial da União:** seção 1 - 19/05/2005, p.14 - Nº 93 - Republicada em 16/07/2005 - p.56- Seção 1 - Nº 133.

____ Lei nº 13.680, de 14 de Junho de 2018. **Diário Oficial da União:** seção 1 - 15/6/2018, Página 2 (Publicação Original).

____ **Consulta Pública para revisão de norma referente aos alimentos artesanais de origem vegetal.** Disponível em: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/ler.asp?nt_codigo=2861&nt_tipo=0&te_codigo=1. Acesso em 12. dez. 2019.

____ **Proposta que inclui água potável como direito fundamental vai a Plenário.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/08/proposta-que-inclui-agua-potavel-como-direito-fundamental-vai-a-plenario>. Acesso em: 15. mar. 2020.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura:** a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis (SC), v. 12, n. 01, p. 205-227, 2004. Disponível em <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 15. nov. 2019.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova, revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (68), 1 de agosto de 2007.

CARVALHO, N. J. S.; MYRRHA, L. J. D. Quanto custa o trabalho invisível das mulheres? Uma análise atuarial do valor do benefício previdenciário que elas teriam direito. **Anais**, p. 1-21, 2019. Disponível em: <http://www.abep.org.br/xxiencontro/arquivos/R0119-3.pdf>. Acesso em: 20. nov. 2019.

CHIFFOLEAU, M; DIAS, J. Normas sanitárias, culturas alimentares e padronização do gosto: O que está em risco na hora de assegurar a qualidade dos alimentos. **FBSSAN**, 2017. Disponível em: <http://fbssan.org.br/2017/10/normas-sanitarias-culturas-alimentares-e-padronizacao-do-gosto/>. Acesso em: 10. nov. 2019.

CINTRÃO, R. P. **Segurança, qualidade e riscos:** a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas Gerais. Tese de doutorado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2016. 330 f.

_____. Segurança alimentar, riscos, escalas de produção - Desafios para a regulação sanitária. Rio de Janeiro. **Visão em Debate**. 2017. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/files/971-4958-2-PB.pdf>. Acesso em: 22. out. 2018.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **A Importância do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) na Gestão Pública e para o Desenvolvimento Agroindustrial**. Brasília: CNM, 2015. p. 44. Disponível em [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Servico%20de%20Inspecao%20Municipal%20-%20SIM%20\(2015\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Servico%20de%20Inspecao%20Municipal%20-%20SIM%20(2015).pdf). Acesso em: 10. dez. 2019.

COLLAÇO, J. H. L. **Saberes e Memórias:** cozinha italiana e construção identitária em São Paulo. Tese de doutorado - Departamento de Antropologia, FFLCH, USP, 2009.

CORDEIRO, R. de L. M. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco. In: WOORTEMAN, Ellen F., HEREDIA, Beatriz, MENASCHE, Renata (Orgs). **Margarida Alves – Coletâneas sobre estudos rurais e de gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006.

COSTA, E. A.; ROZENFELD, S. Constituição da vigilância sanitária no Brasil. In: ROZENFELD, S., org. **Fundamentos da Vigilância Sanitária [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, pp. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 22. out. 2018.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019. 247 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>. Acesso em: 10. dez. 2019.

CRUZ, F. T.; R. MENACHE. O debate em torno de queijos feitos de leite cru: entre aspectos normativos e a valorização da produção tradicional. **Revista Visão em Debate**, p. 34-42, 2014. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/408>. Acesso em: 16. jan. 2020.

CSA BRASIL. Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 02. jun. 2019.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

ESTÉS, C. P. **A ciranda das mulheres sábias**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. 124 p.

ESTEVES, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 269 p.

_____. **O que é a soberania alimentar?** Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/02/10/o-que-e-a-soberania-alimentar-artigo-de-esther-vivas/>>. Acesso em: 04. dez. 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p.

_____. **O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019, 388 p.

FERRANTE, V. L. S. B., et al. **Relatório de Pesquisa Estadual de assentamentos e quilombos**. Pesquisa INCRA/UNIARA Nº 100000/2010. Araraquara, 2012.

_____. 30 anos de assentamentos rurais em São Paulo: Um balanço das contradições, bloqueios e perspectivas. Araraquara, 2015.

_____. **A Chama verde dos Canaviais**. Tese (Livre Docência em Sociologia), UNESP, Araraquara, 1992.

_____; BARONE, L. A. **Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, vol. 20/21, 1997/1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108130>>. Acesso em: 10. ago. 2019.

FERREIRA, J. W., WAYNE, L. S. **A cozinha das mulheres: De espaço de domesticação ao de empoderamento a partir de saberes e fazeres culinário**. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/espacialidades/v13/2018-dossie05.pdf>>. Acesso em: 09. out. 2019.

FILHO, M. **Moradores do Assentamento Bela Vista reclamam de água suja**. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1483276,moradores+do+assentamento+bela+vista+reclamam+de+agua+suja.aspx>. Acesso em: 15. mar. 2020.

FIONA, H. **Crise climática está aumentando a violência contra as mulheres**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/jan/29/climate-breakdown-is-increasing-violence-against-women>. Acesso em: 27. jan. 2020.

GALDINO et al. Os circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos das mulheres da vila rural Santa Clara. In: Seminário de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, I e IV, 2017, Marechal Cândido Rondon. **Anais...** Brasília, DF: Embrapa Pantanal, 2018. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1087802>. Acesso em: 20. jan. 2020.

GOMES, T. P. **Do sonho à realidade: um estudo da trajetória de mulheres assentadas na constituição de práticas agroecológicas através do resgate de saberes tradicionais.** Araraquara. 166 f. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23. jan. 2018.

IZIDORO, L. T. **O machismo das políticas públicas: o caso do PRONAF Mulher no assentamento rural Monte Alegre (SP).** Dissertação de Mestrado - Universidade de Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Araraquara. 2017. 94 f.

KATZ, S. E. **A arte da fermentação.** 2ª ed. São Paulo: Tapioca, 2014.

LAWSON, M. et al. **Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade.** Oxfam Brasil, 2020. 21 p. Disponível em: <https://oxfam.org.br/blog/trabalho-de-cuidado-uma-questao-tambem-economica/>. Acesso em: 25. jan. 2020.

LEAL, L. S. G. **As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara (SP): rompendo invisibilidades.** Dissertação de Mestrado - Universidade de Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Araraquara. 2019. 105 f.

MAGIOLI, C. A. **A polêmica dos alimentos artesanais.** Disponível em: <<http://www.crmvrj.org.br/a-polemica-dos-alimentos-artesanais/>>. Acesso em: 15. jan. 2020.

Manual de Orientações sobre Constituição de Serviço de Inspeção Municipal. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/MANUAL%20-%20SIM%20-%20Servico%20de%20Inspecao%20Municipal.pdf>>. Acesso em: 22. out. 2018.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.424-438, 2000.

_____. T. A condição da sustentabilidade rural. Assen: Van Gorcun. 2003.

_____. T. A questão para ecologia moderna: **re-espacializando o desenvolvimento rural e as cadeias agroalimentares.** Sociologia Ruralis, Oxford, v. 44, n.2, 2004.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1992.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Água potável: direito humano fundamental.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agua-potavel-direito-humano-fundamental/>. Acesso em: 20. jan. 2020.

PASCHOALINO, A. **Na contramão da lógica do agronegócio: Uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara.** Dissertação de Mestrado - Universidade de Araraquara,

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Araraquara. 2019. 91f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. Disponível em: <<http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/servico-de-inspecao-municipal-fomenta-o-desenvolvimento-economico-diz-edinho/>>. Acesso em: 22. out. 2018.

PREZOTTO, L. Legislação Sanitária: limitações e possibilidades para a pequena agroindústria, **VII curso de implementação de programas de verticalização da pequena produção familiar**, Brasília/df, Aprove, agosto de 2002a. p 10-24. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigosauluis.pdf>>. Acesso em 05. jan. 2020.

FOOD SAFETY BRASIL. Produção e comercialização de alimentos artesanais – saiba por onde começar para regularizar seu negócio. Disponível em: <<https://foodsafetybrazil.org/producao-e-comercializacao-de-alimentos-saiba-por-onde-comecar-para-regularizar-seu-negocio>> Acesso em: 15. dez. 2019.

RODRIGUES, S. M. R. Soberania Alimentar e as mulheres. In: ARAÚJO, M. ... [et al.] (orgs.). **A agricultura familiar e o Direito Humano à Alimentação: Conquistas e desafios.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 166 p.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 344 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19. jan. 2020.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/10810>. Acesso em: 15. nov. 2019.

_____. **Apresentação no Colóquio Internacional Epistemologias do Sul.** 2014. (59m09s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=380&v=c99TduIwkT4&feature=emb_title. Acesso em: 17. jan. 2020.

SANTOS, L. R. S.; SANTOS, J. de L. A soberania alimentar: Construção política desde a organização das mulheres camponesas. **Boletim DATALUTA.** 2015. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_1_2015.pdf. Acesso em: 20. de nov. 2019.

SAWANABORI, S. **Teikei system, the producer-consumer co-partnership and the movement of the Japan organic agriculture associantion.** In: IFOAM ASIAN CONFERENCE, 1993, Saitama, Japan.

SHIVA, V. Vandana Shiva aposta no Ecofeminismo. **Outras Palavras**, São Paulo, 21 de set. de 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/vandana-shiva-aposta-no-ecofeminismo/>>. Acesso em: 05. dez. 2019.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *In* Lagarde, Marcela; Valcárcel, Amelia (coords.) **Feminismo, género e igualdad**. Pensamiento Iberoamericano, 2011 no. 9 p. 169-183.

SILVA, B. G. **A marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Dissertação de mestrado - Universidade de Brasília/UnB, Instituto de Ciências Sociais. 2008. 172 f.

SILVEIRA, P. R. C da; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. *In*: **I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar**. 2005. p. 1-9.

_____; ZIMERMANN, S. A Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar, em: FROELICH, M. & DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**, Ijuí, ed.UNIJUÍ, Relatórios de Pesquisa, 2004.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. **Mulheres do campo construindo a autonomia: experiências de comercialização**. São Paulo: SOF, 2016.

TOOGE, R. Governo autoriza mais 57 agrotóxicos; total de registros em 2019 chega a 382. **G1**, Brasil, 03 de out. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/10/03/governo-autoriza-mais-57-agrotoxicos-total-de-registros-em-2019-chega-a-382.ghtml>. Acesso em: 20. jan. 2020.

Universidade Araraquara (UNIARA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Buenos Aires (UBA). (2016). **Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais**. (Projeto de Pesquisa). Brasília, Do: UnB, UNIARA, UBA.

VASCONCELOS, P. Angela Davis analisa nosso potente feminismo negro. **Outras Palavras**, São Paulo, 25 out. de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/angela-davis-analisa-nosso-potente-feminismo-negro/>. Acesso em: 05. dez. 2019.

VIDUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WILKINSON, J. A agricultura familiar na redefinição do sistema agroalimentar. *In*: MIRANDA, D. S.; CORNELLI, G. (orgs.). **Cultura e Alimentação: saberes alimentares e sabores culturais**. São Paulo: SESC, 2007, 176 p.

APÊNDICE

I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1.1 TCLE Vigilância Sanitária

Dados de identificação

Título do Projeto: Circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar no município de Araraquara (SP): Um olhar sobre a Vigilância Sanitária

Pesquisador Responsável: Elisa Racy Carlini

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Responsável legal (quando for o caso):

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “Circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar no município de Araraquara (SP): Um olhar sobre a Vigilância Sanitária”, de responsabilidade da pesquisadora Elisa Racy Carlini.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem o objetivo de avaliar as ações da Vigilância Sanitária e entender os bloqueios na comercialização dos produtos artesanais feitos pelos agricultores familiares dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre no município de Araraquara (SP). Investigará as relações entre sabedorias tradicionais, consumo de alimentos industrializados e soberania alimentar através de entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares e Vigilância Sanitária. A análise dos dados terá como apoio literaturas sobre modos de vida, agricultura familiar, sociobiodiversidade, legislações sanitárias, tradição alimentar, costumes e soberania alimentar, que ajudarão na discussão sobre a padronização dos hábitos alimentares, perda da biodiversidade e o impedimento das práticas artesanais pelas leis e normas impostas e que são responsáveis pela manutenção de uma monocultura alimentar. Por fim, o propósito é facilitar a comunicação entre o poder público e os agricultores familiares para que seja providenciada uma nova lei adequada à realidade dessa comunidade.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevista realizada com a pesquisadora responsável e relatar sobre todos os processos e leis (restritivas e impeditivas) que envolvem a comercialização dos alimentos artesanais produzidos pelos agricultores no assentamento. A entrevista será feita preferencialmente na sede da Vigilância Sanitária, situada na Avenida Antônio Ivo Magnani n. 430, Fonte Luminosa – CEAR, será gravada em áudio e transcrita posteriormente com total sigilo, resguardando todas as identidades.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela lembrança de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional, etc. Para impedir ou amenizar esses riscos a pesquisadora responsável dará toda a orientação necessária, fará pausas em respeito aos limites do entrevistado ou interromperá a entrevista caso seja preciso.

4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo com os propósitos da pesquisa e ajudarei, através de meus relatos, na elaboração de uma cartilha de orientação de práticas para produção dos alimentos artesanais, assim como, a longo prazo, contribuirei com melhorias sociais, em especial a vida dos agricultores familiares dos assentamentos.

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de 1 hora em média, podendo ser refeita ou complementada em um novo dia, caso seja necessário, com aviso antecipado.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.

8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

10. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

11. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Elisa Racy Carlini, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (11) 98438-2446, e-mail: elisaracy@hotmail.com, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, _____ de _____ de 20____.



Assinatura do participante

Impressão dactiloscópica

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

1.2 TCLE Mulheres Assentadas

Dados de identificação

Título do Projeto: Circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar no município de Araraquara (SP): Um olhar sobre a Vigilância Sanitária

Pesquisador Responsável: Elisa Racy Carlini

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Responsável legal (quando for o caso):

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “Circuitos curtos de comercialização da agricultura familiar no município de Araraquara (SP): Um olhar sobre a Vigilância Sanitária”, de responsabilidade da pesquisadora Elisa Racy Carlini.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem o objetivo de avaliar as ações da Vigilância Sanitária e entender os bloqueios na comercialização dos produtos artesanais feitos pelos agricultores familiares dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre no município de Araraquara (SP). Investigará as relações entre sabedorias tradicionais, consumo de alimentos industrializados e soberania alimentar através de entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares e Vigilância Sanitária. A análise dos dados terá como apoio literaturas sobre modos de vida, agricultura familiar, sociobiodiversidade, legislações sanitárias, tradição alimentar, costumes e soberania alimentar, que ajudarão na discussão sobre a padronização dos hábitos alimentares, perda da biodiversidade e o impedimento das práticas artesanais pelas leis e normas impostas e que são responsáveis pela manutenção de uma monocultura alimentar. Por fim, o propósito é facilitar a comunicação entre o poder público e os agricultores familiares para que seja providenciada uma nova lei adequada à realidade dessa comunidade.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevista realizada com a pesquisadora responsável e contar à sua maneira sobre todos os processos que envolvem a comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores no assentamento, assim como sobre os bloqueios e impedimentos dessa comercialização. A entrevista será feita preferencialmente no lote de cada agricultor, será gravada em áudio e transcrita posteriormente com total sigilo, respeitando todas as identidades.
3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela lembrança de memórias ou pela estimulação sobre uma condição física ou psicológica incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional, etc. Para

impedir ou amenizar esses riscos a pesquisadora responsável dará toda a orientação necessária, fará pausas em respeito aos limites do entrevistado ou interromperá a entrevista caso seja preciso.

4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo com os propósitos da pesquisa e ajudarei, através de meus relatos, na elaboração de uma cartilha de orientação de práticas para produção dos alimentos artesanais, assim como, a longo prazo, contribuirei com melhorias sociais, em especial a vida dos agricultores familiares dos assentamentos.

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de 1 hora em média, podendo ser refeita ou complementada em um novo dia, caso seja necessário, com aviso antecipado.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.

8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

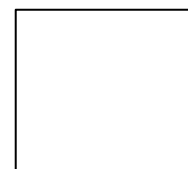
10. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

11. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Elisa Racy Carlini, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (11) 98438-2446, e-mail: elisaracy@hotmail.com, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

II. Roteiro para entrevista semiestruturada

Sobre a assentada

- História no assentamento
- Trabalhos domésticos realizados
- Trabalhos no lote
- Há divisão dos trabalhos domésticos
- Alimentação: Quem é responsável? De onde vem os alimentos? Quais alimentos compõem a alimentação da família? Com quem aprendeu a cozinhar?
- Cansaço e saúde
- Relação com o marido/ Marido impediu a atividade individual na produção de artesanais?
- Enxerga-se como liderança na família na família ou grupo?
- Reconhece-se como mulher camponesa?
- Integra algum grupo/associação/cooperativa? Se sim, qual seu papel nele? Como enxerga essa prática coletiva?

Sobre a produção

- Tipos de alimentos produzidos
- Matéria-prima: própria, comprada, orgânica, quintais, convencional, industrializada?
- Agroecologia: Tem conhecimento? Utiliza-se das práticas e/ou ideologias?
- Utiliza técnicas artesanais e conhecimentos tradicionais adquiridos na produção?
- Economia feminina na renda familiar e pessoal: A renda obtida dessa venda é mínima, parcial ou total? Complementa a renda do marido ou é uma renda obtida somente para uso próprio?
- Há entraves na produção e comercialização dos produtos artesanais? Se sim, como entende cada um deles e qual o impacto negativo em sua vida?
- Quanto à fiscalização sanitária, o que sugere que a melhora desse sistema de fiscalização com relação aos produtos artesanais?

Vigilância Sanitária e Secretaria da Agricultura

1. Qual o cargo e atividades?
2. Quais os alvos do setor?
3. O que consideram alimentos artesanais?
4. Há rígida fiscalização de produtos artesanais em Araraquara?
5. Quais as principais reclamações e dificuldades dos produtores artesanais?
6. Quem fiscaliza os produtos nos locais de produção dentro do assentamento?
7. Quais os produtos que consideram de risco?
8. Há histórico e recorrência de problemas sanitários relacionados aos alimentos artesanais?
9. Como vê as leis que regulamentam essa fiscalização?
10. O que sugere como melhoria das leis de fiscalização de produtos artesanais?